

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

Versão Corrigida

RAFAEL SICOLI PACHECO

Língua e norma: um estudo das ideias linguísticas presentes nas polêmicas de
Cândido de Figueiredo

São Paulo
2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

Versão Corrigida

Língua e norma: um estudo das ideias linguísticas presentes nas
polêmicas de Cândido de Figueiredo

RAFAEL SICOLI PACHECO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Filosofia e Língua Portuguesa da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
da Universidade de São Paulo, para obtenção do
título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof. Dra Maria Aparecida Torres
Morais

Coorientadora: Prof. Dra Marli Quadros Leite

São Paulo
2023

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE**

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

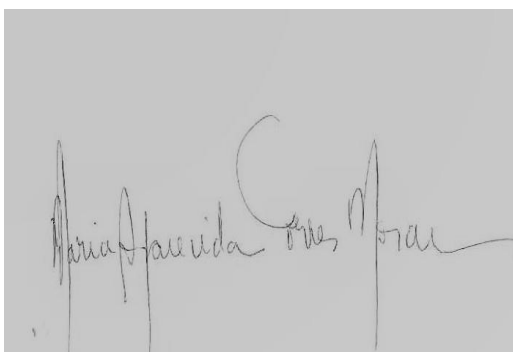
Nome do (a) aluno (a): Rafael Sicoli Pacheco

Data da defesa: 12/06/2023

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Profa. Dra. Maria Aparecida C.R.
Torres Morais**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 10/08/2023

A rectangular box containing a handwritten signature in black ink. The signature is written in a cursive style and appears to read 'Maria Aparecida C.R. Torres Morais'.

(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P1 Pacheco, Rafael
Língua e norma: um estudo das ideias linguísticas presentes nas polêmicas de Cândido de Figueiredo / Rafael Pacheco; orientador Maria Moraes; coorientador Marli Leite - São Paulo, 2023.
120 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Cândido de Figueiredo. 2. pronomes. 3. português. 4. Heráclito Graça. 5. Paulino de Brito. I. Moraes, Maria, orient. II. Título.

SICOLI PACHECO, R. Língua e norma: um estudo das ideias linguísticas presentes nas polêmicas de Cândido de Figueiredo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em 12.06.2023

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof.Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof.Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Hoje, 28/02/2023, faz 1 ano e meio que você está em outra dimensão. Mesmo assim, você deve estar orgulhoso de eu ter chegado até aqui. Obrigado, Vô.

AGRADECIMENTOS

A Yeshua, criador dos céus e da Terra, por escrever certo em linhas tortas e fazer com que, depois de 10 anos sem qualquer compreensão, eu encontrasse o caminho para aquilo que faz sentido em minha vida.

À Profª Drª Maria Aparecida Torres Morais, que nesses anos de convivência, muito me ensinou, contribuindo para meu crescimento científico e intelectual.

À Profª Drª Marli Quadros Leite, por ter me acolhido em novembro de 2020, e desde então ter me dado tantos ensinamentos e servido como um grande modelo para mim.

À Sra. Elaine Sicoli, minha mãe, por não permitir que eu abandonasse a graduação em 2013. Sem isso, hoje não poderia estar aqui.

À Ana Gabriela R. Sicoli Pacheco, minha esposa, por ter me acompanhado e, mesmo recém-casada, me aguentar falando sobre Cândido de Figueiredo.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso.

Muito obrigado.

“Figura-se-me todavia que não trabalho inutilmente, porque os que vão passando pela estrada batida e clara, e disponham de braço mais robusto, ânimo mais persistente, e espírito mais alumiado, talvez sintam a tentação de me ir no encalço, e talvez consigam levar ao campo das demonstrações filológicas as observações e os conceitos que eu vou formulando timidamente, sem desmedida fé no êxito evidente das minhas modestas convicções.”

Cândido de Figueiredo

RESUMO

Nesta dissertação analisamos o pensamento linguístico de Cândido de Figueiredo, muitas vezes rigoroso e normativo, na abordagem descritiva de diferentes fenômenos gramaticais. Para nossa reflexão, tomamos por base duas polêmicas linguísticas: a primeira travada entre Cândido de Figueiredo e Paulino de Brito, versa sobre a colocação dos pronomes clíticos, numa perspectiva comparativa entre o português brasileiro e o português europeu; a segunda, a qual se desenrola entre Cândido de Figueiredo e Heráclito Graça, abrange questões sobre morfologia e sintaxe, novamente dentro de um crivo normativo que aponta como erros certos usos inovativos na escrita literária de autores brasileiros. Nosso objetivo é o de examinar os discursos de Cândido de Figueiredo e inseri-los no contexto histórico, social e cultural de sua época, de modo a tornar possível uma avaliação mais precisa de suas ideias conservadoras. O material que nos serviu de base é composto por dez livros, sendo oito deles escritos pelo próprio Cândido de Figueiredo, um de Paulino de Brito e um de Heráclito Graça. Esta dissertação está inserida na área da Historiografia Linguística, dentro do plano da História das Ideias Linguísticas, com base na proposta teórico-metodológica de Sylvain Auroux.

Palavras-chave: Cândido de Figueiredo; Paulino de Brito; Heráclito Graça; português europeu; português brasileiro.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the linguistic thinking of Cândido de Figueiredo related to the use of Portuguese language in Brazil. The Portuguese grammarian has become famous by his opinions, most of them rigorous and with normative purposes, with respect to many areas of the Portuguese grammar. To give support to our analysis, we consider two linguistic controversies: the first one, developed between Cândido de Figueiredo and Paulino de Brito, is about the placement of the clitic pronouns in Brazilian Portuguese, in a comparative perspective with European Portuguese; the second controversy, developed between Cândido de Figueiredo and Heráclito Graça, evolves mainly around questions of morphology and syntax. Our goal in this dissertation is to examine the ideas of Cândido de Figueiredo, trying to understand them in a historical and cultural context in which the author was inserted, and thus to show a new version of his normative posture. The material we consider is composed by ten books written by the author, one book written by Paulino de Brito, and one book written by Heráclito Graça. This dissertation is developed in the field of the History of Linguistics, inside the project named The History of Linguistic Ideas, based on the theoretical-methodological proposal of Sylvain Auroux.

Keyword: Cândido de Figueiredo; Paulino de Brito; Heráclito Graça; European Portuguese; Brazilian Portuguese.

RÉSUMÉ

Dans son ensemble, ce travail présente une analyse de la pensée linguistique de Cândido de Figueiredo sur la langue portugaise et son usage, surtout au Brésil. Le grammairien portugais est devenu célèbre par ses opinions, parfois rigoureuses [sévères], à propos du lexique, de l'emploi des pronoms et de la mise en valeur de l'éthimologie, de la morphologie et aussi de la sémantique. Pour faire l'analyse proposée, il a été pris comme point de départ deux polémiques linguistiques tenues par Cândido de Figueiredo: la première avec Paulino de Brito à propos de l'emploi des pronoms clitiques et la deuxième avec Heráclito Graça au sujet de la grammaire, de la morphologie et de la syntaxe. Notre but est celui d'examiner les discours de CF et de les expliquer en replaçant le grammairien dans le contexte dans lequel il était intégré et ainsi proposer une nouvelle interprétation de sa pensée linguistique. Le corpus de l'étude est composé de dix livres dont huit de CF, un de PB et un autre de HG. Le support théorique utilisé dans ce travail est lié au domaine de l'Historiographie Linguistique dans le cadre de l'Histoire des Idées Linguistiques, un canevas théorique et méthodologique proposé par Sylvain Auroux.

Mots-clés: Cândido de Figueiredo; grammaire; Paulino de Brito; Heráclito Graça.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gráfico de periodização do Português.....	80
Figura 2 - Gráfico de autores.....	81
Figura 3 – Mapa de Portugal.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....	página 30
Quadro 2	página 33
Quadro 3.....	página 41
Quadro 4.....	página 63
Quadro 5.....	página 69
Quadro 6.....	página 69
Quadro 7.....	página 96
Quadro 8.....	página 111

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
RÉSUMÉ	11
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	12
LISTA DE QUADROS	13
INTRODUÇÃO	18
Capítulo 1. PERFIL INTELECTUAL DE CÂNDIDO DE FIGUEIREDO (1846-1925)	25
1.1 Percurso inicial	25
1.2 A entrada na Universidade e publicação das primeiras obras	28
1.3 Cândido de Figueiredo e a ortografia	31
1.4 Entrando em contato com a Sra. Polêmica	33
1.5 Da filologia ao léxico, passando pela gramática	36
1.5.1 A trajetória na imprensa e os frutos desse trabalho	44
1.5.2 Consultório gramatical	45
1.6 A publicação de suas últimas obras	47
Capítulo 2. O PRONOME CAUSA POLÊMICA	50
2.2 Debate pronominal – O início	52
2.6 Quadro de análise	68
2.6.1 A análise do Professor Silva Ramos	71
2.7 O juízo sobre o debate	73
Capítulo 3. O DEBATE ABRANGENTE	76
3.1 O cenário brasileiro	77
3.2 Quem é Heráclito	80
3.3 Periodização da língua portuguesa	87
3.4 Juízo crítico e o fim do debate	93
Capítulo 4. HORIZONTES DE CÂNDIDO DE FIGUEIREDO	96
4.1 O Portugal do século XIX	97
4.2 Os temas: a Linguística	101
4.3 Os temas: a gramática	105
4.4 Os temas: literatura	107
4.5 Horizonte de restrospeção	110
4.6 Camilo Castelo Branco, a primeira referência, a maior influência	111
4.7 João de Deus, inspiração para a educação	113
4.8 Cândido Lusitano: influência do século XVIII	114
4.9 Cândido de Figueiredo e o Orientalismo	116

4.10	Cândido de Figueiredo, os neogramáticos e a filologia comparada	117
	CONCLUSÃO	119

INTRODUÇÃO

Cândido de Figueiredo é um autor que sempre despertou sentimentos diversos, tais como admiração e repulsa, isto pelo fato de que sempre foi um homem de opiniões rigorosas, fortes e contundentes. Após sua morte, em 1925, ocorre no Brasil um processo de deterioração de sua imagem como homem de Letras. Gladstone Chaves de Melo (1917-2001), por exemplo, propõe que os livros de Cândido de Figueiredo deveriam ser queimados em praça pública para o bem das gerações vindouras. Para o filólogo carioca, Cândido de Figueiredo foi responsável por criar falsas regras de gramática, além de ocasionar a decadência literária. Essa afirmação do filólogo brasileiro pode ser observada na seguinte passagem:

Essa triste herança de Cândido de Figueiredo forma a resistência passiva à ação dos bons professores e filólogos verdadeiros, fornece pretextos para os defensores da “língua brasileira”¹, - que se insurgem, cheios de razão, contra as falsas regras de gramática impingidas à nossa chamada mocidade estudiosa - , e contribuiu poderosamente para o estado de decadência a que chegou a nossa pobre língua literária, pelo horror que a muitos escritores inspirou o impraticável estudo das normas da língua-padrão (CHAVES DE MELLO, 1946, p.223).

Na mesma obra, usando de ironia, Gladstone Chaves de Melo confirma esse sentimento de rejeição ao gramático português:

Realmente, Figueiredo fez escola. Muitos lhe seguiram as pegadas, continuaram-lhe a obra, enriqueceram-lhe o código de proibições, imitaram-lhe o tom emproado e suficiente, tornaram-se mestres na palmatória, e fizeram-se temidos e respeitados em certas rodas porque "encontraram erros até em Camões", "sabem análise lógica" (à moda deles, bem entendido!), "sabem colocar pronomes", e discutem com qualquer um "assuntos de vernaculidade" (CHAVES DE MELLO, 1946, p.218).

De fato, o gramático português foi muito rejeitado, tanto por colegas portugueses quanto por brasileiros. Outro grande nome da galeria dos filólogos e gramáticos brasileiros que apresentava muitas reservas à obra de Cândido Figueiredo era Said Ali. A partir da leitura de suas *Investigações Filológicas* (1911), uma obra contemporânea a Cândido de

¹ Ao analisarmos a crítica de Chaves de Melo, podemos verificar o posicionamento do autor referente à língua brasileira. Para o filólogo carioca, Cândido de Figueiredo, ao criar tantas regras gramaticais, dava motivo àqueles que buscavam uma língua independente, diferente da de Portugal.

Figueiredo, e não produzida após a morte deste. Assim, tivemos a ideia de investigar qual teria sido a razão pela qual as suas ideias linguísticas tivessem sido tão desprezadas, não apenas pelas gerações sucessoras a ele, mas também pelos seus contemporâneos. Said Ali afirmava que Cândido de Figueiredo era produtor de fatos especiosos e de argumentos precários e incompletos. E, ao ressaltarmos o fato de que *Investigações Filológicas* é uma obra contemporânea a Cândido de Figueiredo, e não produzida após a morte deste, queremos evidenciar que as críticas não se restringiam apenas àqueles que vieram após ele, ou seja, não eram apenas autores que baseavam as suas posições em outras obras e que, talvez, sequer tivessem lido a obra de Cândido de Figueiredo.

Outro exemplo de rejeição nos vem do filólogo Leite de Vasconcelos (1858-1941), o qual publica, em 1893, *As Lições de Linguagem do Sr. Figueiredo*, um livro destinado a refutar as ideias propostas por Cândido de Figueiredo em *suas Lições Práticas da Língua Portuguesa* (1930). Na sua obra, Leite de Vasconcelos chega a condenar o seu compatriota: “Sr. Figueiredo provou a sua incapacidade científica, a sua ignorância philologica, e a sua falta de senso e de seriedade: está, pois, julgado” (LEITE DE VASCONCELLOS, 1893, p.12).

Por seu lado, Eugênio Vilhena de Moraes (1887-1981), conhecido como historiador e professor brasileiro, publica um artigo denominado *Ilogismos Gramaticais*, no *Jornal do Comercio*, de 1º de agosto de 1916, onde tece críticas à *Gramática Sintética*, produzida por Cândido de Figueiredo (1916). Para Vilhena de Moraes, a obra contém deslizes de definição, divisão e classificação.

O rol dos oponentes inclui ainda os que criticaram aspectos de sua personalidade, como foi o caso de Laudelino Freire (1873-1937), o qual, em uma de suas publicações, dessa vez na *Revista da Língua Portuguesa* (1920), assina um artigo denominado *Irritabile Genus*, acusando Cândido de Figueiredo de ser uma pessoa irascível, sem polidez, atribuidor de adjetivos pejorativos como *João Ninguém* e *Parvo* a qualquer pessoa que o contestasse.

Finalmente, o personagem por nós escolhido para ilustrar a rejeição provocada pelas ideias de Cândido de Figueiredo é Paulino de Brito, cuja polêmica travada com o autor será o tema tratado no Capítulo 2 desta dissertação. No Capítulo 3, temos oportunidade de registrar mais um exemplo de reação às ideias de Cândido de Figueiredo, dessa vez, com Heráclito Graça.

Há, porém, um elenco de admiradores da obra do autor. Clovis Monteiro (1898-1961), por exemplo, afirma em sua *Nova Antologia Brasileira* (1952) que Cândido de Figueiredo despertou o interesse pelos estudos linguísticos em muitos jovens do Brasil, incluindo o próprio

autor declarante dessa afirmação. Da mesma forma, José Veríssimo², assim como Gonçalves Viana, apresentam parecer muito favorável a Cândido de Figueiredo, afirmando ambos que eram sempre convincentes os argumentos usados pelo autor na defesa de suas ideias relacionadas às suas obras polêmicas.

A mesma perspectiva se encontra na obra *Serões Gramaticais* (1915)³, na qual Carneiro Ribeiro (1839-1920), algumas vezes, adota as teses gramaticais de Cândido de Figueiredo. Em uma delas, Carneiro é bastante significativo ao afirmar que “A sintaxe autorizada por Cândido de Figueiredo, em que se dá por sujeito do verbo *haver* o vocábulo ou vocábulos que se lhe seguem, no singular ou plural, bem que diferente, remata no mesmo sentido *de não difícil explicação*” (RIBEIRO, 1915, p.440). Entendemos que a avaliação de Carneiro Ribeiro é importante por dois motivos: primeiramente pela expressão “sintaxe autorizada”, que reflete o fato de estar sendo atribuído a Cândido de Figueiredo a autoridade pelo seu conhecimento. O segundo motivo diz respeito à expressão “de não difícil explicação”, ou seja, o gramático português era visto como um bom professor, na medida em que sua explicação era de fácil entendimento aos seus consulentes.

Por fim, vejamos como o próprio Gladstone Chaves de Mello, embora crítico severo, explana de forma muito clara o marcante prestígio atribuído ao filólogo português:

As suas "lições" e "respostas" sobreviveram ao efêmero das folhas das gazetas, juntaram-se em livros, cujas edições se sucederam, chegando o lexicógrafo ao fim da vida aureolado de glória e com respeitável bagagem de obras especializadas, várias nos assuntos tratados, mas solidarizadas na preocupação do purismo gramatical e no combate aos erros de toda casta (CHAVES DE MELLO, 1946, p.219).

Com essas considerações a respeito da dualidade das reações à atuação de Cândido de Figueiredo, em particular, às obras que aqui selecionamos, direcionadas para o nosso tema das polêmicas, encontramos o objeto de nosso trabalho: a investigação sobre as ideias de Cândido de Figueiredo para entender a razão do paradoxo de um estudioso da língua portuguesa ser, ao mesmo tempo, admirado e rejeitado.

A razão de tal paradoxo será analisada e estudada no decorrer do presente trabalho. Para tanto, nos orientarão duas questões a serem respondidas:

² As declarações de José Veríssimo e Gonçalves Viana estão presente, em forma de enxerto, no livro *O Problema da Colocação dos Pronomes* (1913).

³ Vale ressaltar ainda que, do outro lado do Atlântico, em Portugal, havia muitos estudiosos da língua que citavam Cândido de Figueiredo para sustentar suas teses, como é o caso de Vasco Botelho do Amaral (1912-1980)³, gramático fundador da Sociedade da Língua Portuguesa, cujo primeiro presidente foi o Professor Hernani Cidade (1887-1975).

- 1- Quais são as razões que levaram Cândido de Figueiredo a ter uma visão tão conservadora de língua, e, por consequência, realizar uma defesa tão obstinada a respeito do uso e das regras da língua e da linguagem, levando-o a polemizar com diversos contemporâneos?
- 2- O que de tão especial e diferente havia nas ideias de Figueiredo para que ele fosse admirado e, ao mesmo tempo, criticado?

Para responder a essas questões, recorreremos, então, aos pressupostos teóricos e metodológicos da *História das Ideias Linguísticas*, cujo principal expoente é Sylvain Auroux (1992, 1994, 2008). A categoria a que recorreremos é a de *horizonte de retrospectão*, que pode ser definido como o conjunto de conhecimentos que já temos sobre determinado objeto. Auroux explana detalhadamente esse conceito do seguinte modo:

O ato de saber (a produção de conhecimento) não é ele mesmo algo sem relação com a temporalidade. Para simplificar, imaginemos um sujeito S na sua atividade cognitiva. Ele dispõe de competências adquiridas e desenvolvidas durante a sua formação. Quando se propõe a resolver um problema, dispõe igualmente de conhecimentos; ora, estes conhecimentos necessariamente foram produzidos *antes* da atividade cognitiva em questão. Nós nomeamos *horizonte de retrospectão* o conjunto destes conhecimentos antecedentes (AUROUX, 2008, p.141).

O horizonte de retrospectão é a memória dos resultados, os problemas, os conceitos desenvolvidos antes dele (cf. COLOMBAT et al, 2017, p.18). Dessa maneira, vamos buscar entender os problemas e conceitos desenvolvidos antes de Cândido de Figueiredo, e nesse sentido, que o influenciaram, conformaram suas ideias sobre língua e linguagem, correção, norma e vernacularidade, e o fizeram ter uma postura conservadora em relação à língua e seus usos.

Quanto à metodologia do trabalho, além de analisarmos e compararmos as ideias de Cândido de Figueiredo com outros autores, também utilizaremos os parâmetros de Auroux (2008), conforme exposto e comentado em Leite (2019). De acordo com as observações dos autores, são consideradas cinco dimensões e as relações existentes entre elas: um sistema de objetos; um parâmetro temporal; um parâmetro espacial; um sistema de parametragem externo; um sistema de interpretantes. Todos esses conceitos serão explicados no capítulo 4, quando buscaremos interpretar as ideias de Cândido de Figueiredo e as compararmos e confrontarmos

com as de outros autores, para entender, se, realmente, as ideias do autor português eram realmente ultrapassadas e, se, sim, analisar o porquê de assim serem.

Apesar de Cândido de Figueiredo ter se envolvido em várias polêmicas, consideramos que as duas escolhidas para esta dissertação são suficientes para ilustrar as ideias linguística do autor. Assim, a polêmica com Paulino de Brito foi escolhida por tratar da colocação dos pronomes, um fenômeno gramatical que, como sabemos, foi amplamente discutido no final do século XIX e início do século XX, chegando a ser considerada “ordem do dia” entre filólogos, gramáticos, escritores e até políticos⁴. Já a polêmica entre Cândido de Figueiredo e Heráclito Graça foi escolhida por ser a única que agregou diversos pontos em um só debate: morfologia, sintaxe, estilística, fonética. Ademais, nos pesou para essa escolha o fato de Heráclito Graça ter sido um grande estudioso das Letras, e atuado como Presidente da Academia Brasileira de Letras.

A base da nossa investigação foi constituída por obras de Cândido de Figueiredo, divididas em 2 conjuntos⁵:

- i. Aquelas em que o autor respondia aos consulentes, em seu Consultório Gramatical: *Lições Práticas sobre a Língua Portuguesa*, volumes I, II, III (1898);
- ii. A obra autobiográfica *Os Meus Serões* (1925) e *Figuras Literárias* (1906).

Em relação aos seus oponentes, temos o seguinte material de consulta:

- i. *Factos da Linguagem* (2005);
- ii. *Brasileirismos de colocação de pronomes: resposta ao sr. cândido de figueiredo* (1908);
- iii. *Colocação dos Pronomes* (1907).

Um dos pontos relevantes da produção deste trabalho surgiu da verificação de que, desde os anos 20 e 30 do século XX, alguns gramáticos, linguistas e filólogos brasileiros assumiam certa postura sociolinguística e entendiam as diferenças normativas entre as variedades portuguesa e brasileira. Outros bradavam pela independência da língua e, conseqüentemente, lutavam pelo reconhecimento do modo brasileiro de se expressar. A normalização da variante brasileira começava a ser reivindicada academicamente (cf. ELIA,

⁴ O livro *A língua do Brasil*, de Luiz Viana Filho, aponta um projeto de lei ocorrido em 1936, que buscava denominar “língua brasileira” a língua falada no Brasil, língua esta que, entre outras questões, teria como particularidade o uso de próclise no início de frases (VIANA FILHO, 1936, p.15).

⁵ O corpus paralelo foi necessário para a produção do capítulo em que é feita a biobibliografia de Cândido de Figueiredo.

1963). Cândido de Figueiredo, entretanto, tinha outros princípios e os defendia. Dessa maneira, podemos tê-lo como um conservador intolerante ou um filólogo mal interpretado, ou melhor, mal julgado, como diria Antenor Nascentes (cf. NASCENTES, 1955).

Nossa hipótese é a de que ele é um homem conservador, com pensamentos linguísticos presentes no século XIX, período em que nasceu. Os pensamentos linguísticos daquele período, lembramo-nos, é o da gramática descritiva e da filologia comparada, em que o uso dos clássicos literários é o melhor molde para se avaliar o uso linguístico de alguém, seja na língua escrita ou falada, por mais que a primeira sempre se sobrepunha à segunda naquele período. Dessa maneira, para defendermos essa hipótese, se faz mister analisar as ideias linguísticas presentes na obra de Cândido de Figueiredo, por meio de suas polêmicas.

Para desenvolvermos este trabalho, procuramos analisar o horizonte de retrospectão do autor, buscando o fundamento das ideias linguísticas discutidas em cada polêmica e estabelecendo relações entre os fatos, ideias e os personagens que colaboraram para fundamentar o pensamento de Cândido de Figueiredo sobre linguagem e língua portuguesa.

A presente dissertação está dividida em 4 capítulos. No primeiro, trazemos um conjunto representativo das obras de Cândido de Figueiredo, relacionando seu percurso intelectual com as diversas áreas em que atuou, como lexicografia, gramática, filologia e poesia.

No segundo, abordamos a polêmica sobre a colocação dos pronomes, travada entre Cândido de Figueiredo e o gramático paraense Paulino de Brito. Primeiramente, apresentamos as regras sobre a colocação pronominal que cada um dos gramáticos defendia: a norma lusitana e a norma brasileira. Após isso, mostramos o pensamento de Cândido de Figueiredo sobre a influência linguística africana para a colocação pronominal do português no Brasil, e mostramos uma comparação entre o uso dos pronomes pelos autores, Cândido de Figueiredo e Paulino de Brito, em seus respectivos livros que tratam dessa polêmica: *Colocação dos Pronomes, artigos publicados na Província do Pará*; para o gramático paraense; e *O Problema da Colocação de Pronomes* (1913), do autor português.

Para comprovar que o português quinhentista é, na maior parte dos casos, proclítico, recorreremos nesse capítulo às ideias de Tânia Lobo (2002) e Esperança Cardeira (2021), apresentadas em estudos diacrônicos que contemplam o percurso histórico do português entre os séculos XV e XX. Por fim, trazemos o julgamento sobre a polêmica, visto pela óptica de estudiosos da época, em particular, Silva Ramos, José Veríssimo, e Gonçalves Viana.

Já no terceiro capítulo, abordamos a polêmica em que o autor se envolveu com Heráclito Graça, na qual são debatidos temas como morfologia, sintaxe, fonética e estilística. O ponto

principal da polémica, que nos chama a atenção, refere-se às ideias divergentes que ambos os autores defendem para o conceito de “factos da linguagem”. Também divergentes são as suas ideias a respeito das denominadas autoridades literárias, as quais foram consideradas em suporte de suas alegações. Por fim, apresentamos o juízo crítico sobre esse debate, segundo Bechara (2012) e Girão (2012).

No quarto capítulo, de acordo com a teoria de Auroux, segundo exame do *horizonte de retrospecto* de Cândido de Figueiredo, destacaremos autores e obras fundamentais ao desenvolvimento das análises e prescrições linguísticas normativas de Cândido Figueiredo. Além disso, não descuidamos de associar as ideias do autor a seu tempo e espaço, ou seja, de reconhecer que estão ancoradas na realidade cultural e social portuguesa, entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

Capítulo 1. PERFIL INTELECTUAL DE CÂNDIDO DE FIGUEIREDO (1846-1925)

O objetivo central deste capítulo é traçar as linhas mestras que revelam o perfil intelectual de Cândido de Figueiredo em suas diferentes facetas como escritor, gramático, filólogo e polemista. Em particular, interessa-nos preparar o terreno para os capítulos 2 e 3, onde destacamos as polêmicas em que ele se envolve, sendo elas: a polêmica pronominal e a polêmica normativa, ambas incluindo questões de ordem sintática, fonológica, morfológica e etimológica.

O capítulo está dividido em seis seções. Na seção 1, revelaremos alguns fatos da infância do autor e primeiros anos da juventude, com o objetivo de ressaltar o seu envolvimento com as letras, ainda restrito ao ambiente familiar e terra natal. Na seção 2, mostraremos a importância dos anos universitários para a sua vida intelectual, destacando as primeiras obras, publicadas entre 1868 e 1875. Por sua vez, na seção 3, abordaremos o primeiro envolvimento com o que será um dos pontos fundamentais em seu percurso nas letras: a polêmica. A seguir, na seção 4, trataremos a trajetória do autor por entre a Filologia, Gramática e o Léxico, a qual trará importantes consequências para a sua marcante atuação nos periódicos, tanto no Brasil quanto em Portugal. Por fim, na última seção, traçamos a fase final de seu percurso intelectual, como revelado nas obras que são produzidas e publicadas entre 1876 e 1925. Na mesma seção, concluímos o capítulo.

1.1 Percurso inicial

Neste capítulo, que tem como objetivo central o percurso intelectual de Cândido de Figueiredo, tomamos como principal fonte para as nossas reflexões o seu livro póstumo intitulado *Meus Serões*, no qual o autor narra fatos de sua vida, da infância à velhice, ressaltando os personagens que reconhece como tendo sido fundamentais para a sua formação intelectual no campo das Letras⁶. A essa obra autobiográfica, acrescentamos o livro *Homens e Letras*⁷, onde encontramos reflexões do autor sobre as suas relações com literatos de Portugal e do Brasil. Por fim, consideramos relevantes dois livros ditos heterobiográficos, termo que designa

⁶ *Os Meus Serões* é uma obra póstuma, publicada em 1928. A partir da primavera de 1919, Cândido de Figueiredo, então com 73 anos, decide publicar as histórias mais interessantes de sua vida. O grande influenciador dessa produção é seu filho Otávio, aquele que sempre demonstra grande interesse pelos relatos de seu pai.

⁷ A obra intitulada *Homens e Letras: Galeria De Poetas Contemporâneos* foi escrita em 1881, no período em que Cândido de Figueiredo sofreu de uma doença que o levou à cegueira, por dois anos. A obra foi escrita por Cândido de Figueiredo, mas transcrita, pelo motivo da doença, por Caetano Ribeiro Viana.

a compreensão de um personagem através da história (obras) do outro. São eles: *Factos e Homens do meu Tempo*, de autoria de Brito Aranha⁸, e *Cartas do Professor Caldas ao Cândido de Figueiredo*, de Pereira Caldas⁹.

António Cândido Pereira de Figueiredo nasceu em 19 de setembro de 1846, vindo de uma família de aldeões de Lobão da Beira, na região de Beira Alta, Portugal. Nesta época, Portugal vive um turbulento período político, de disputas entre partidários de Dom Miguel e Dom Pedro, herdeiros e postulantes ao trono Português.

Seu primeiro envolvimento com as letras dá-se em tenra idade, aos 6 anos, com a ajuda de seu tio paterno, visto que o menino tinha vocação para os estudos¹⁰. Posteriormente, já com 12 anos, começa a ter aulas de Latim com o Padre Dinis, pároco da Aldeia e primo de sua mãe. Como Cândido de Figueiredo relata em suas memórias, o padre lhe parecia um homem erudito, conhecedor de Literatura, Economia Política, Ciências Naturais, uma vez que “de tudo conversava com seguro e claro critério, se havia quem o atendesse e o entendesse” (FIGUEIREDO, 1925, p.25).

Entre os ilustres portugueses da época que, possivelmente, merecem destaque na sua formação intelectual, podemos citar ainda Anselmo José Franco de Assis de Andrade, economista, grande proprietário agrícola, escritor e político português. Como era também um dos admiradores do referido padre, aproveitava as suas férias na Beira Alta para debater literatura com ele.

Vale destacar que esse personagem, ao lado de outros de grande destaque intelectual e literário da época, como Eça de Queiroz, Antero de Quental, Oliveira Martins, entre outros, fazia parte da denominada Geração de 70, a qual pretendia revolucionar várias dimensões da cultura portuguesa, da política à literatura. De fato, essa geração, que tinha como objetivo contestar muitos aspectos representativos da sociedade portuguesa de então, vive num compromisso assumido e proveitoso com o governo, ocupa cargos privilegiados, domina a administração pública, a imprensa, a política e a literatura¹¹. Esses valores que a Geração de 70

⁸ Livro dividido em 3 tomos, escrito por Brito Aranha, no ano de 1907, nos quais, a cada capítulo, o autor, que é jornalista, fala sobre recordações vividas com os homens de letras de seu tempo, entre eles, Cândido de Figueiredo.

⁹ Livro escrito em 1874, e que trata, por meio de cartas, da amizade de Cândido de Figueiredo com o Professor Pereira Caldas. Este Professor lecionou matemática a Cândido de Figueiredo, no período escolar do autor, mas a amizade fortaleceu-se após ambos apresentarem gosto pelo estudo dos temas da Índia.

¹⁰ A convivência de alguns anos com o padre rendeu ainda ao jovem aluno a tarefa de redigir documentos relativos aos assentos paroquiais dos casamentos, nascimentos e óbitos de Lobão da Beira. Tais documentos estão hoje digitalizados e disponibilizados pelo governo de Portugal. Para mais informações, consulte o endereço <https://tombo.pt/f/tnd10>

¹¹ Esse perfil burocrata já estava presente em sua vida profissional, o que irá refletir nessa sua preocupação normativa, de correção gramatical, de ordem.

combate são conhecidos como ultrarromânticos, e tem em António de Castilho seu representante máximo.

No período de sua primeira juventude, porém, Cândido de Figueiredo não é apresentado aos grandes trabalhos literários da época. Em suas memórias, ele revela que sua experiência com as letras se resumia a um acesso basicamente limitado a folhetos vendidos em feiras e a livros escolares. Nesse contexto, o *Almanaque de Lembranças*¹², dirigido por Alexandre de Castilho, exerce enorme influência em sua formação, a ponto de tê-lo classificado como o seu *Evangelho Literário* (FIGUEIREDO, 1925, p.28). E, talvez, inspirado por essas leituras, aos 13 anos, ele elabora uma descrição da sua aldeia natal, Lobão da Beira, e a envia ao diretor do referido Almanaque. O artigo é publicado, começando ali a saga do autor com a “letra redonda”, termo usado na época para publicações de livros ou jornais.

Cândido de Figueiredo continua a colaborar com o *Almanaque de lembranças* até 1862, mas seu gosto pela poesia sobrepuja o gosto pela prosa. Dessa forma, pouco a pouco, começa a estudar as obras de João de Lemos e Tomás Ribeiro, poetas que ele considera modelos no estilo e na medida dos versos.

Aos 15 anos, em 1861, Cândido de Figueiredo deixa sua aldeia e vai para Viseu cursar o liceu daquela cidade. No Liceu de Viseu, torna-se aluno interno do diocesano e tem distinção no estudo do Latim. Já em relação ao francês, apesar de ter estudado a língua e, inclusive, traduzido alguns livros¹³, ele faz parte de toda a geração dos gramáticos portugueses, a qual combate, como ele diz, “a nefasta influência que ela tem exercido na língua portuguesa” (FIGUEIREDO, 1906, p.10). Esta nefasta influência, de acordo com o autor, deve-se às mudanças que a língua francesa impôs às diversas línguas novilatinas, principalmente ao português¹⁴.

Nesse mesmo período, em 1861, Cândido de Figueiredo entra de forma definitiva na produção literária, não se limitando somente ao jornal *Viriato*, o único da cidade, para o qual o

¹² O Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro foi um periódico, em formato de almanaque, fundado em 1851 por Alexandre de Castilho, e que foi publicado anualmente de 1851 a 1932, tanto em Portugal como no Brasil. Cada volume tinha, em média, quinhentas páginas, e contava com assuntos de poesia, textos em prosa, passatempos e curiosidades, por vezes com a colaboração dos leitores.

¹³ Livraria Clássica Editora. CHATEAUBRIAND. 1870. *O montanhez no exílio [poesia]. Recreio Litterario: jornal para todos.*

ALBALAT, Antoine. 1912. *A Formação do Estilo pela Assimilação dos Autores.* Trad. Cândido de Figueiredo. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

¹⁴ O combate à influência francesa, porém, ocorre somente algumas décadas depois. Enquanto Cândido de Figueiredo é um jovem estudante do Liceu, não há qualquer referência ao combate àquela língua; o único registro que temos é o que diz que o autor tem aulas de francês com um rigoroso professor chamado Eugênio Fernandes da Silva (FIGUEIREDO, 1928).

jovem autor já colaborava com muitos versos, mas também com as revistas *Hinos e Flores*¹⁵ e *A Crisálida*, as quais estampam por diversas vezes seus poemas¹⁶.

Pelo fato de ser aluno interno do Seminário a partir de outubro de 1864 e, naturalmente, estar impedido de sair da escola, Cândido de Figueiredo não tem acesso a livros que não sejam compêndios escolares. Poucas vezes, no entanto, tem acesso a obras consideradas profanas, como quando consegue, por meio de seu amigo Alfredo de Campos, diversas obras de Camilo Castelo Branco.

E é assim que o encontramos como um ávido leitor de Camilo Castelo Branco¹⁷, o qual, sem dúvida, teve influência indubitável no que viria a ser a “marca registrada” que ele mesmo reconhece: “Camilo foi uma influência decisiva no meu amor à pureza e correção da linguagem” (FIGUEIREDO, 1928). Apesar disso, Cândido Figueiredo também não economizou críticas ao próprio Camilo, como veremos no capítulo 3.

Ao término desta seção, inferimos que, apesar do ambiente acanhado da terra natal, sem muitas oportunidades para o acesso a materiais literários, esses aparecem no início de sua juventude, de forma que o jovem Cândido de Figueiredo não deixa de reconhecê-los e mergulha avidamente na leitura dos grandes autores portugueses da época. Como não poderia ser de outra forma, ele sofre uma profunda influência vinda das obras românticas de Camilo Castello Branco, Antonio de Castilho e Tomás Ribeiro.

Ao longo do terceiro capítulo, teremos a oportunidade de discutir a influência que esses autores tiveram na construção normativa da língua portuguesa¹⁸.

Na próxima seção, trataremos da entrada de Cândido na Universidade de Coimbra, bem como dos percalços que ele enfrenta para alcançar esse objetivo.

1.2 A entrada na Universidade e publicação das primeiras obras

¹⁵ A revista *Hinos e Flores* foi um periódico mensal de poesias, fundada por Alfredo Elísio Pinto de Almeida, em novembro de 1862. Encerrou as atividades em novembro do ano seguinte.

¹⁶ A revista *A Crisálida* foi um periódico mensal de versos, fundado em meados de 1863 e que teve duração de pouco mais de um ano, com sua última publicação em dezembro de 1864.

A Crisálida foi fundada como meio de renda de Duarte de Vasconcelos, então estudante muito pobre, segundo Cândido de Figueiredo avalia em sua biografia *Os meus serões*. Nesse periódico, Cândido de Figueiredo afirma ter escrito muito, e apenas, versos.

¹⁷ Como poderemos ver no terceiro capítulo, no entanto, Cândido de Figueiredo também aponta algumas falhas de seu mestre, sendo o galicismo a principal delas.

¹⁸ Como nos explica Emílio Pagotto, em *Norma e Condescendência* (PAGOTTO, 1993, p.52) “Na primeira metade do século XIX, mudanças na sociedade portuguesa, com a ascensão da burguesia, e no plano da cultura, com o movimento literário do Romantismo, teriam criado as condições para o “alcançamento das formas gramaticais emergentes à condição de poder figurar no texto escrito”, forjando “a atual norma culta portuguesa”.

Encerramos a seção anterior fazendo referência aos anos iniciais da vivência de Cândido de Figueiredo com as Letras. Nas seções subsequentes, importa-nos acompanhar os seus primeiros trabalhos de Filologia, Poesia, Estudos de Lexicografia e Polêmicas, e até algumas obras voltadas à Educação, referentes ao período em que ocupa cargo público no Governo Português. Daremos destaque às primeiras obras do autor, no período entre 1868 e 1875, por meio das quais passaremos a analisar os resultados iniciais de sua carreira nesse período

Inicialmente, a mudança na vida de Cândido de Figueiredo dá-se com a presença de João da Silva Mendes, jornalista fundador do *Jornal de Viseu*¹⁹. O jovem autor conta com o patrocínio necessário para que pudesse matricular-se no curso de Direito da Universidade de Coimbra, o qual tem início em outubro de 1869, sem que o jornalista lhe exigisse algo em troca por essa ajuda.

Assim, no ambiente acadêmico favorável, Cândido de Figueiredo convive com colegas como Teófilo Braga, Marçal Pacheco, Guerra Junqueiro e Baptista de Souza, afirmando, cada vez mais, o seu gosto pela poesia. Finalmente, após uma difícil caminhada para a publicação de seus poemas, o que ocorre somente em janeiro de 1868, o autor vê publicada a sua primeira coletânea com o título *Quadros Cambiantes*²⁰. A respeito dessa obra, assim se manifesta o autor:

Guiado por esse influxo múltiplo é que, desde os meus dezesseis aos vinte anos, com palheta trêmula e mal segura, hei esboçado alguns quadros que, em vista da multiplicidade de impressões, não podiam deixar de ser cambiantes: coisas do céu e coisas da terra, sorrisos e lágrimas, esperanças e desalentos, alegrias e decepções não próprias senão alheias, a tudo isso consagrei alguns traços, imperfeitos sim, mas filhos todos do coração (FIGUEIREDO, 1868, p.6-7).

Vale ressaltar que a obra é reconhecida e recebida com atenção pelos literatos da época, incluindo o ponto mais alto, que se efetiva na carta que lhe é escrita por seu mentor maior, o escritor e poeta Camilo Castelo Branco, além da menção elogiosa no jornal de prestígio da época, a *Gazeta Literária do Porto*, feita por Antonio de Castilho²¹.

¹⁹ O *Jornal de Viseu* foi fundado em 1868 por João da Silva Mendes. Além deste periódico, o jornalista já havia fundado o *Liberal*, em 1854. Apesar de ter trabalhado em diversos periódicos, Cândido de Figueiredo não escreveu para nenhum destes dois jornais.

²⁰ O historiador de literatura portuguesa João Gaspar Simões revela em seu *História da Poesia Portuguesa*, que este livro trata de “pouco mais de um prurido de juventude”, e que Cândido de Figueiredo, nessa época, é um “versejador correto, mas sem estrito, e sem brilho, destituído de imaginação e de intuição” GASPAS SIMOES (VOL 2, p.486).

²¹ A obra ganha uma reedição, em 1874. Para o autor, isso evidencia a boa aceitação que a obra tem perante os leitores e críticos.

Destaque-se ainda que, nesse primeiro biênio, Cândido de Figueiredo publica outras obras. No ano de 1868, publica *Um anjo mártir*, livro de poemas em que o autor relata a história verídica de uma criança que padece de febre tifoide, aos 6 anos. O trabalho, nas palavras de Cândido de Figueiredo, poderia ter sido colocado junto dos *Quadros Cambiantes*, mas por outros motivos, não explicados pelo autor, o livro é publicado isoladamente.

Em 1870, são publicadas duas obras. Primeiramente, *Parietárias*²², livro de versos, e, depois, *Tasso*²³. Sobre o primeiro livro, *Parietárias*, Pinheiro Chagas, autor muito atuante, principalmente em defesa da norma pronominal portuguesa, faz uma homenagem a Cândido de Figueiredo, conforme podemos observar no trecho abaixo, reproduzido pelo próprio autor:

Eu sigo, há muito, com verdadeira admiração, os passos do Sr. Cândido de Figueiredo na carreira das letras. Não são tão abundantes os talentos poéticos da nova geração que se não sintam um verdadeiro prazer, quando se encontra uma inspiração tão robusta como o autor de *Parietárias* (PINHEIRO CHAGAS in FIGUEIREDO, 1908, p.133).

A respeito de *Tasso*, o segundo livro supracitado, Antero de Quental acredita que é uma obra que deve permanecer, pelo seu talento como poeta, para a posteridade, como nos diz, a seguir:

A sua maneira de ver a arte é elevada e pura, cheia de medida, e, por assim dizer, clássica no romantismo. A sua obra há de ficar porque teve, independente das intenções do autor, mais ou menos discutíveis, uma coisa que ninguém discutirá, penso em talento, conhecimento da arte, altos conceitos e versos impecáveis (QUENTAL, 1896, p.10).

Nesse livro, o autor narra, por meio de sete cantos, em forma de poesia, a vida de Torquato Tasso, poeta italiano do século XVI. Cândido de Figueiredo faz questão de colocar, inclusive no subtítulo do livro, que esta é baseada em fatos do período em que Tasso vive, ou seja, o século XVI.

Não foi, porém, unânime a aceitação desse livro de Cândido de Figueiredo. O próprio Antero de Quental lhe encaminha uma carta, que depois ganha a forma de um pequeno livro, na verdade um opúsculo de 12 páginas, chamado *Sobre Tasso de Cândido de Figueiredo*, no qual Quental questiona se o livro *Tasso*, pela maneira na qual é escrito, pode ser considerado um poema histórico, como fica evidente pelo trecho a seguir:

²² Para Cândido de Figueiredo, *Parietárias* são versos de adolescência, que registram uma época, para ele, em que a imaginação muito produz. “Quem, dos 20 aos 24, não é poeta, não merece a primavera que Deus nos manda” (FIGUEIREDO, 1908, p. 9).

²³ *Tasso* é publicado em 1870, com a ajuda do editor Xavier Rodrigues Cordeiro, que também havia trabalhado no *Almanaque de Lembranças*.

Mas não lhe parece que o poema histórico, tratado da maneira abstracta que ali indica, interpretando num sentido moderno os caracteres e as paixões, perde muito da sua realidade e, por conseguinte, do seu interesse, e fica sendo, em vez de um indivíduo localizado e com suas feições próprias, uma generalidade filosófica e uma entidade abstracta? (QUENTAL, 1896, p.8)

Após essa crítica, somente dois anos depois, em 1898, Cândido de Figueiredo volta a entrar no campo da História. *Amores de um marinheiro*²⁴ aborda a vida de Pero de Alenquer, piloto da frota de Vasco da Gama. O ponto que merece ser colocado aqui é a preocupação de Cândido de Figueiredo com usar ou a linguagem quinhentista ou o português padrão do século XIX:

[...]Verdade é que a velha indumentária e o falar quinhentista não se amoldam, por si, à percepção de toda a gente que lê histórias e romances, e esta ponderação impôs-se-me naturalmente, ao findar a primitiva redacção deste livro. (FIGUEIREDO, 1898, p.13)²⁵.

Na seção 1.5, abordaremos especificamente como o autor decidiu a respeito do uso da linguagem na obra acima, se usaria nos moldes dos personagens, ou seja, quinhentista, ou usaria a linguagem acessível a todos os seus leitores, isto é, aqueles do século XIX.

Encerramos por aqui esta seção, que buscou tratar das primeiras obras de Cândido de Figueiredo. A seguir, veremos a relação do autor com a ortografia.

1.3 Cândido de Figueiredo e a ortografia

É em 1868, contudo, que Cândido de Figueiredo tem o primeiro contato com a ortografia simplificada, por meio de um jornal chamado *Bejense*. Como sabemos, nesse período, a ortografia portuguesa ainda não era normatizada, o que só vai ocorrer no século XX, com a reforma de 1911. Nesse periódico, o poeta João de Deus escreve com a ortografia simplificada, a qual chama a atenção do jovem autor, que adota esse estilo a partir da publicação de *Tasso*, em 1870, e tornou-se defensor intransigente desse modo de escrita.

A ortografia simplificada foi pensada por alguns filólogos, como Antonio de Castilho, João de Deus e Abade D'Arcozelo. Basicamente, o objetivo é simplificar a forma gráfica das

²⁴ ~~É concedido a esta obra o prêmio de 200 mil réis, no concurso aberto pelo *Diário de Notícias*, por ocasião do quarto centenário do descobrimento da Índia.~~

²⁵ Pelo fato de esta seção se dedicar somente às primeiras obras, será em outra que abordaremos um pouco mais profundamente esse livro, quando falaremos da relação de Cândido de Figueiredo com a Filologia.

palavras. Visando diminuir o índice de 75% de analfabetos em Portugal, João de Deus elabora um livro, publicado em 1876, intitulado *Cartilha Maternal*, que combatia o processo de alfabetização pela soletração, e julga que o correto processo de aprendizagem reside na palavra. Antes disso, porém, Castilho já havia elaborado um método de simplificação, chamado *Método Castilho*.

Só em 1898, no entanto, é que ocorre a primeira portaria referente à questão ortográfica emitida pela Direcção Geral da Instrução Pública: *Conjugação dos verbos e synopses grammaticais*.

A respeito de a palavra ser o ponto principal da alfabetização, João de Deus afirma:

[...] E o que é a leitura senão a pronúncia sucessiva dos elementos simples ou compostos, certos ou incertos da palavra escrita? Por isso é que a leitura é a verdadeira soletração; porque só na leitura se dá aos caracteres o seu justo valor (...) a soletração é a leitura. Ensinemos as regras; e a prática fará o resto (FIGUEIREDO, 1925, p.37).

Cândido de Figueiredo explica sua tese a respeito da ortografia simplificada na introdução do livro *Tasso*²⁶:

[...] Desde que me apresentei ao público com os primeiros frutos literários de algumas horas de ócio, tenho manifestado decidido pendor para²⁷ a ortografia fonética ou racional, com desprezo das leis mais severas da ortografia etimológica. Ninguém ignora que, entre nós, a ortografia se tem amoldado à opinião de cada qual, a ponto de já o Garret ter dito que em Portugal não havia ortografia. (FIGUEIREDO, 1870, p.5).

Ao voltarmos, pois, ao mentor de Cândido de Figueiredo no que tange à ortografia simplificada, assim é resumida e definida a influência de João de Deus em sua obra:

[...] Li atentamente o Bejense, e a tal ponto me impressionou a sensatez e a lógica do seu redator, que, desde as minhas primeiras publicações, e antes ainda de terem aparecido os trabalhos filológicos de Breal, Meyer, Gastão Paris, Reinach e outros sábios, sobre as vantagens da ortografia simplificada, já eu praticava essa ortografia, e por ela pugnei tenazmente por quarenta anos (FIGUEIREDO, 1925, p.188).

²⁶ Essa ortografia, dita por Cândido de Figueiredo como não padronizada, só ganha uma forma oficial com a reforma ortográfica, no Brasil em 1908, e em Portugal em 1911, em que o autor tem participação direta em ambas e será analisada em outra seção deste capítulo.

²⁷ A frase de Cândido de Figueiredo traz uma referência à teoria racional dos padres de Port-Royal, que defendiam o ensino pela fonética e o que, mais tarde, levou gramáticos racionalistas a incluírem em suas obras um capítulo ou dois dedicados à fonética. Muitas gramáticas trazem, então, um capítulo dedicado à ortografia fonética e outro à ortografia convencional, baseada na etimologia.

Quanto à tese de que o conhecimento filológico de Cândido de Figueiredo limitava-se apenas a Portugal, na citação acima é possível entrever que não é exatamente isso, pois minimamente, ao que parece, o autor conhecia os linguistas e filólogos franceses.

Não foi somente em *Tasso* que Cândido de Figueiredo fala da ortografia simplificada. Em *Poema da Miséria*, livro de 1874, o autor também fala sobre esse mesmo tema, e se envolve em sua primeira polêmica, que será tratada na seção a seguir.

Abaixo, temos uma relação das obras citadas no decorrer desta seção, em ordem cronológica.

QUADRO 1. PRIMEIRO PERIODO

1868	Quadros cambiantes
1868	Anjo Mártir
1870	Parietárias
1870	Tasso
1874	O poema da miséria
1875	Os companheiros de Vasco da Gama

Fonte: Elaboração própria (2020).

1.4 Entrando em contato com a Sra. Polêmica

Como observado no final da seção acima, 1874 é o ano em que Cândido de Figueiredo entra em contato com um gênero literário que o irá acompanhar por boa parte de sua trajetória intelectual, isto é, quando o autor se envolve em sua primeira polêmica.

Assim que seu *Poema da Miséria* é publicado, a obra recebe críticas depreciativas e é interpretado como um livro revolucionário/socialista, embora se tratasse de uma obra lírica, como o autor avalia. Vejamos nas suas palavras abaixo:

[...] O meu confrade Fernandes Costa, vendo no livro um repto às suas convicções de conservador, azedou-se deveras e com o seu azedume encheu não sei quantos folhetins do Diário Ilustrado, dizendo do Poema da Miséria o que Mafoma não disse do tocinho — desculpem a vulgaridade do paralelo. Apodou-me de comunista, anarquista, carbonário, e, se não tingiu no meu sangue a sua espada de capitão, foi porque, aproximando-se mais de mim, verificou, talvez sem espanto, que o autor do maldito livro era a criatura mais pacífica e inofensiva dos quatro bairros de Lisboa e quintas adjacentes (FIGUEIREDO, 1908, p.196).

Além desse ponto, Cândido de Figueiredo comenta, ao fim desse livro, que quaisquer críticas a respeito do uso da ortografia simplificada já estariam respondidas no livro *Tasso*,

desenvolvido aqui na seção anterior. Dessa maneira, o autor não dá espaço a mais juízos sobre essa obra.

Para a produção desse livro, Cândido de Figueiredo tem como seu inspirador o historiador francês Jules Michelet, o qual também escrevia temas como pobreza, sofrimento e miséria, como nos revela:

[...] Dado à luz em 1846, ano em que o desconhecido autor destas linhas, num desconhecido lugarejo de Portugal, abria os olhos à luz, parece que o destino associara desde logo a minha simpatia àquele grande e formoso livro, *O povo* de Michelet.

Filho do povo, amei aquelas páginas escritas para o povo e por um filho do povo escritas (FIGUEIREDO, 1874, p.216).

Por tratar-se de um tema notadamente, se assim podemos dizer, delicado, o autor parece pressentir as polêmicas e críticas que viriam posteriormente. Por esse motivo, coloca, ao final do livro, um recado aos leitores, vejamos:

[...] Os que de boa-fé lerem o *Poema da Miséria* não o tomarão por um livro de propaganda demagógica, mas por um livro de arte, um livro de coração, e um livro de consciência. Verão, demais disso, que me não alistei num apostolado inútil, e, se não fora o mesmo que ajustar a um edifício modesto um pórtico majestoso, diria eu deste livro o que o poeta da *Lenda dos Séculos* diria de seus miseráveis: Enquanto sobre a terra houver ignorância e miséria, não serão os livros como este, de certo, inúteis (FIGUEIREDO, 1874, p.208).

Podemos saber que, em 1874, há a recente experiência revolucionária da Comuna de Paris e do avanço do proletariado nas questões sociais. Isso faz, certamente, com que Cândido de Figueiredo se preocupe com a “propaganda demagógica”, como havia dito acima. Essa situação do avanço do proletariado faz o autor acreditar que é importante abordar temas como a pobreza e a miséria:

[...] Nos tempos que vão correndo, tempos em que o problema do proletariado suplanta os problemas políticos e religiosos, põe em atividade os laboratórios da ciência moderna e percorre eletricamente todos os órgãos do corpo social, não vem fora de ponto enquadrar nas molduras da arte as paisagens melancólicas da miséria (FIGUEIREDO, 1874, p.207).

Ademais, o *Poema da Miséria* leva o bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva a propor a entrada de Cândido de Figueiredo na Academia de Ciências de Lisboa, o que ocorre em 3 de junho de 1875. O convite, no entanto, ocorre um ano antes, período em que Cândido de Figueiredo está em Coimbra, terminando o curso de Direito.

No mesmo ano, ainda, Cândido de Figueiredo é surpreendido por deparar-se com outra polêmica, desta vez tendo como pano de fundo os estudos sobre a Índia Antiga, tema pelo qual o autor se aprofunda de forma contundente.

Desde quando era aluno de Direito, em Coimbra, Cândido de Figueiredo escreve vários textos sobre esse tema, conforme revela ao dizer estudar Max Muller, Ampere e Jacolliot, para compreender o conceito da história da Índia e seus monumentos literários. Essa adoração do ocidente para com a velha Índia é uma consequência deixada pelo Romantismo. (ELIA, 1985).

Ocorre que Guilherme de Vasconcelos Abreu, matemático de Coimbra e inaugurador dos estudos de sanscritologia em Portugal, ao tomar ciência da obra *Morte de Yaginadatta* (1873) de Cândido de Figueiredo, publica no *Jornal do Commercio* uma severa crítica a esse livro. Para Vasconcelos Abreu, a tradução de Cândido de Figueiredo é diletante, digna de erros palmares, contando com termos indianos de pouca sinceridade, além de não identificar e omitir um caso de tradução indireta.

Essa nota faz com que Cândido de Figueiredo também responda no mesmo jornal às ofensas de seu antagonista. Alguns meses depois, Cândido de Figueiredo recebe um convite para participar da *Associação Promotora do Desenvolvimento dos Estudos Orientais*, desafio que é aceito na mesma hora, conforme podemos ver na carta a seguir:

[...] Agradeço-lhe o convite lisonjeiro que me dirige, e que de boamente aceito.

Felicito-o pela sua simpática iniciativa, e oxalá que a nova sociedade orientalista não esfrie diante de invejas e da parvulez de uns quidans ^[28] que falam muito e não entendem nada. Eu, por mim, serei dos últimos no mérito, mas dos primeiros no trabalho, e na dedicação que nos merecem as coisas do oriente (FIGUEIREDO, 1874, p.10).

Nessa carta, Cândido de Figueiredo faz uma referência a seu antagonista ao afirmar que na associação há pessoas que “falam muito e não entendem nada”.

Após essa polêmica, Cândido de Figueiredo é convidado a participar da segunda sessão do *Congresso de Orientalistas* de 1874, o que revela como se dão os seus primeiros passos em direção à Filologia, e os seus estudos referentes ao léxico e à gramática.

Vejamos abaixo um quadro com os primeiros livros publicados durante o período descrito nesta seção, ou seja, de 1873 a 1875.

²⁸ De acordo com o dicionário latino *Gaffiot*, *quidam* é um pronome indefinido que significa “um certo indivíduo”, “um qualquer”.

QUADRO 2. PRIMEIROS LIVROS PUBLICADOS

1873	<i>A Fome</i>
1873	<i>A Índia antiga, introdução.</i>
1873	<i>A Índia antiga, monumentos literários.</i>
1873	<i>A penalidade na Índia. Segundo o código de Manú.</i>
1873	<i>Morte de Yaginadatta. Episódio do poema épico o Ramayana.</i>

Fonte: O AUTOR (2020)

1.5 Da filologia ao léxico, passando pela gramática

Em 1876, Cândido de Figueiredo se matricula no Curso de Paleografia da Torre do Tombo. Seu intuito, ali, é estar habilitado a ler diversos documentos de diferentes séculos. Sendo assim, é no local onde se ministram as aulas que vem a conhecer pessoalmente diversos mestres da língua portuguesa, dentre eles João de Deus, o homem responsável por apresentá-lo à ortografia simplificada. Como Filólogo, a sua primeira incursão filológica é em 1898, com o livro *Amores de um Marinheiro*, em que o autor narra a vida de Pero de Alenquer, piloto da frota de Vasco da Gama.

Como ele reconhece, para escrever esse livro, há que se deparar com uma decisão difícil, isto é, fazer seus leitores entenderem o contexto, narrando uma história em que os protagonistas usavam a linguagem quinhentista.

[...] Pareceu-me que, tratando-se de sucessos marítimos, a linguagem do marinheiro não devia ser estranha à minha narrativa, como também pareceu-me que, tratando-se de personagens que viveram há quatro séculos, mal avisado andaria quem lhes pusesse na boca a linguagem do século XIX, e quem os entrajasse nos fraques e casacas dos nossos contemporâneos (FIGUEIREDO, 1898, p.13).

Para decidir-se sobre como deveria escrever a obra, se usaria a linguagem quinhentista, o português padrão da norma culta, ou até uma mistura de ambas, o autor consultou algumas

figuras do campo das letras, e, mesmo assim, não obteve resultado convincente, como nos revela o trecho abaixo.

[...] A ponderação carregou-me hesitações, e, como quem não fia minimamente de suas luzes, fui-me ouvir autoridades letradas. Foi radical, porém, a divergência entre elas: a umas, se figurava que o diálogo, recheado de locuções e termos arcaicos, embora esclarecidos em notas, desagradaria à generalidade dos leitores, e, julgando preferível a linguagem de hoje na boca dos homens que falaram a nossa língua há quatro séculos, citavam, em favor deste processo, exemplos que eu muito acato. Outras, e estas em maior número porventura, reagiram contra o sentir daqueles e quase me pediam que não inutilizasse um vocábulo sequer da larga e utilíssima colheita que eu fizera na linguagem de nossos avós, disseminando-a discretamente nas páginas do meu livro (FIGUEIREDO, 1898, p.14).

Por fim, o autor escolhe um meio termo, o qual poderia agradar a todos os leitores e críticos, na medida do possível. No trecho abaixo podemos perceber a sua escolha eclética, e de certo modo, podemos dizer, moderna, pois o autor não se debruça sobre os clássicos, ou tampouco coloca a língua quinhentista como um português melhor, como alguns de sua época fizeram, vejamos:

[...] Em meio de tão encontrados juízos, seguiria o meu, mantendo a redação primitiva da obra com todas as suas preciosas velharias, se eu escrevesse para os seis ou sete indivíduos que em Portugal ainda apreciam os mais raros tesouros da língua pátria.

Mas um romance não se escreve só para esses, e por isso, no mais conciliador intuito, fiz-me eclético: eliminei a maioria das locuções e termos mais estranhos ao vocabulário corrente, e, os que ainda mantive por necessidade da história ou conselho da arte, todos esclareci em nota na respectiva página.

E, assim, terei um livro inteligível para toda a gente, sem perpetrar o absurdo e o vulgar anacronismo de confundir, quanto à linguagem, ao vestuário e aos costumes, um português do século XV com um lisboeta do século XIX (FIGUEIREDO, 1898, p.14).

Ao verificarmos a decisão de Cândido de Figueiredo, concluímos que o autor não tem um comportamento classicista, ou seja, de valorizar padrões quinhentistas da língua, além de manter o rigor em busca de uma pureza formal.

Em 1914, Cândido de Figueiredo escreve um artigo que é publicado pela Universidade de Coimbra, com o título *Transformações Vocabulares: esboço filológico* e, encerrando o seu percurso filológico, publica, em 1921, um livro denominado *Linguagem de Camões nas suas relações com a linguagem de hoje*. Acrescente-se, ainda, que, embora o autor não conheça as ideias clássicas de Ferdinand de Saussure, expressas no seu *Cours de Linguistique Générale*

(1916), o livro acima mencionado apresenta uma espécie de análise diacrônica, ao comparar o português quinhentista de Camões com a língua portuguesa do século XIX.

Como afirmamos anteriormente, acrescenta-se aos seus interesses filológicos um outro campo ao qual o autor demonstrou intensa participação: a lexicografia. De fato, o seu interesse pelo léxico o leva à tarefa de reunir um acervo de palavras, compiladas de diversos livros, principalmente dos que tratavam de etimologia. Esse interesse particular o leva ainda a aceitar a proposta, feita à época pelo editor Avelino Tavares Cardoso, para produzir um dicionário de língua portuguesa. A obra deveria ser produzida em volume único, em um prazo de 2 anos.

Para a produção do dicionário, Cândido de Figueiredo, que começa o trabalho em 1895, recolhe todo o seu acervo de palavras, além de usar como orientação os dicionários Calepino²⁹, Forcellinni³⁰, Freund³¹, Quicherat³² para consulta de latim, Littrè³³ para o francês, Crusca³⁴ para o italiano, para o castelhano o Valdez³⁵, e português o Bluteau³⁶, Santos Valente³⁷, e Morais³⁸.

²⁹ O dicionário *Calepino* de Latim deve seu nome a Ambrogio Calepino, lexicógrafo italiano que viveu entre 1440 e 1510. A primeira edição do dicionário dá-se em 1502, e conta com 16 reedições até 1592, quando já havia sido publicado em 10 línguas (hebraico, grego, francês, italiano, alemão, belga, espanhol, polonês, húngaro e inglês).

³⁰ O dicionário *Forcellinni* foi elaborado pelo presbítero italiano Egidio Forcellinni, que viveu entre 1688 e 1768. A obra é concluída em 1761 e finalmente publicada em 1771, de forma póstuma. O dicionário teve reedições no século XIX, sob responsabilidade de Giuseppe Furlanetto.

³¹ Dicionário de Latim-Alemão, traduzido para o inglês em 1852 e revisto em 1879.

³² *Dicionário latino* escrito por Louis Marie Quicherat, latinista francês que viveu entre 1799 e 1884 e publicou sua obra mais importante, o *Dictionnaire Latin Français*, em 1857.

³³ Dicionário de francês, escrito por Emillè Littrè, tradutor e filósofo francês. A ideia de escrever a obra surgiu em 1841, entre Littrè e Louis Hachette. Os primeiros impressos aparecem somente em 1863. Littrè dedicou-se à confecção do seu dicionário durante 30 anos.

³⁴ A Accademia della Crusca, fundada em 1583, é a mais importante instituição linguística da Itália. O dicionário pertence a esta academia.

³⁵ Juan de Valdés escreveu um dicionário de língua castelhana. Valdés foi um autor católico, que viveu entre 1498 e 1541. Foi perseguido pela inquisição por conta de sua obra “*Diálogo de Doutrina cristã*” e fugiu para Nápoles, onde permaneceu até a morte.

³⁶ O dicionário do Padre Rafael Bluteau é o primeiro a ser escrito na língua portuguesa, publicado em 1712. O autor nasceu em Londres, mas viveu em Portugal. A obra encontra-se totalmente digitalizada desde 2008.

³⁷ O *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* foi iniciado por Caldas Aulette, e, após sua morte, Antonio Lopes dos Santos Valente assume a autoria e conclui o processo com a publicação em 1881.

³⁸ O *Dicionário da Língua Portuguesa*, popularmente conhecido por *Dicionário Morais*, foi escrito por Antonio de Morais Silva, lexicógrafo e advogado brasileiro (1813).

Prossegue assim a atividade da obra, e dentro de poucos meses já é reconhecida a impossibilidade de se fazer o dicionário, em um volume somente, dentro do prazo anteriormente suposto. Cândido de Figueiredo dedica, por dia, de 12 a 16 horas de trabalho, o que ocasionou algumas complicações nervosas, a ponto de fazê-lo ditar, certas vezes, à filha mais velha, Rosalinda, o que deveria ser escrito. Por fim, o dicionário fica pronto em 5 anos, em dois volumes, tendo a primeira edição esgotada com 7 mil exemplares.

Antenor Nascentes, filólogo brasileiro, faz uma análise das propriedades que teriam levado à boa aceitação do dicionário de Cândido de Figueiredo no Brasil, como expresso no trecho a seguir:

[...] O de Figueiredo tem boas definições, nem sempre figura a pronuncia, traz pouca fraseologia, abona seus relativamente poucos exemplos indicando a fonte, claudica muito na parte etimológica. Entretanto, com todos estes defeitos e mais alguns que seria ocioso apresentar, é o dicionário por excelência da língua portuguesa. Quando se fala em dicionário da língua portuguesa, cita-se logo Figueiredo. Porquê? Por vários motivos, alguns até extrafilológicos. É o mais copioso dicionário da língua portuguesa. Quem precisa saber o significado de uma palavra, tem certeza de encontrá-la nele. É isto o que o consulente médio quer. Importa-se pouco com a exatidão da explicação. Contenta-se com ter encontrado. Em Moraes não encontra, em Aulete tão pouco, mas em Figueiredo encontra. Está satisfeito! Vejamos o principal dos motivos extrafilológicos. O dicionário que substituiu o de Moraes, o de Aulete-Santos Valente, saiu em 1881. Só teve a segunda, revista por Silva Bastos, em 1925. Por conseguinte, levou quarenta e quatro anos sem competidor. Neste intervalo sai o Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Figueiredo (1899) (NASCENTES, 1955).

A boa aceitação do dicionário garantiu a participação de Cândido de Figueiredo em ambas as reformas ortográficas, em Portugal e no Brasil. No Brasil, a reforma ortográfica, que ocorreu em 1907, teve o dicionário de Cândido de Figueiredo como modelo, o que pode ser confirmado no trecho a seguir:

[...] que em todas as suas publicações officiaes se adopte a orthographia usual, tal como a consigna o Diccionario de Candido de Figueiredo, feitas nellas as seguintes alterações:
(...)
Sala das sessões da Academia Brasileira, em 25 de abril de 1907²²
(FIGUEIREDO, 1929, p.7-13).

Já na reforma ortográfica Portuguesa, de 1911, Cândido de Figueiredo trabalha com Gonçalves Viana, Carolina Michaellis e Leite de Vasconcelos. Este último, em 1891, protagoniza um grande debate gramatical com Cândido de Figueiredo, que não será tratado nesta dissertação, mas que é narrado por Maria Helena Mira Mateus em *Caminhos do português: exposição comemorativa do Ano Europeu das Línguas* (2001). O leitor interessado nessa faceta lexical do autor, poderá consultar outras fontes, nas quais encontrará publicações que, mais ou menos, tiveram relevância para a sua época.

Entretanto, para encerrarmos a passagem de Cândido de Figueiredo pelos estudos do léxico, não podemos nos esquecer de falar de *Estrangeirismos*³⁹, escrito em 1902, e que trata, basicamente, de um dicionário de expressões estranhas à língua portuguesa.

Nessa obra, o autor preocupa-se muito com o galicismo, a ponto de tratar a língua francesa como uma erva daninha que se enraizou na língua portuguesa. Cândido de Figueiredo ainda revela que não é somente em *Estrangeirismos* que há condenação de galicismos:

[...] É incalculável o dano que a predilação das leituras francesas tem causado às letras portuguesas, no decurso do século que findou. Durante a minha longa peregrinação através da literatura contemporânea de Portugal e do Brasil, tive ocasião de registrar centenas de destemperados galicismos, a muito dos quais me referi, para condenar, no Novo Dicionário de Língua Portuguesa e noutros livros meus. É infinita, porém, a seara dessas plantas daninhas e exóticas (FIGUEIREDO, 1906, p.10).

Nessa perspectiva, ao reconhecer outras influências lexicais no português, entre elas, as provenientes do céltico, latim, grego, gótico, o autor argumenta que nenhuma língua exerceu papel tão nocivo quanto o francês, principalmente por haver portugueses adotando, além dos vocábulos, a ortografia francesa:

[...] Mas o pior não foi isso: foi que a turba-multa dos petulantes e dos ineptos, a que Filinto chamava pinturescamente de galiciparlas, entraram de mascarar o seu idioma, enxertando a torto e a direito, no velho e robusto tronco da língua de Camões, uma gafaria de francesismos que fariam rir um morto, se não fosse o enjoo que causam e o dano que tem feito. (FIGUEIREDO, 1906, p.10).

Ao fim desta apresentação, Cândido de Figueiredo conclui que o objetivo do livro é apontar os erros, dando ênfase, assim, a seu tom normativista, que tanto o perseguiu, principalmente pelos críticos. Assim podemos observar:

³⁹ Em 1902, mesmo ano da citada obra, Cândido de Figueiredo escreve um Boletim a respeito dos estrangeirismos. O período analisado é restrito, e por isso a pequena obra ganha o nome de *Breves reflexões a respeito de alguns galicismos* (1898-1902).

[...] Como meus intuitos de obscuro crítico nunca têm nada de pessoal, e miro apenas indicar o erro, onde quer que me depare, para que os homens de boa vontade o vejam e meditem, apontarei os trechos inquinados de galicismos (FIGUEIREDO, 1906, p.11).

O autor, porém, deixa para uma obra seguinte, não produzida, os estudos de expressões ditas “italianizadas”, como revela o trecho abaixo:

[...] Um dos melhoramentos que, se Deus o permitir, eu introduzirei em edições subsequentes, são os numerosos italianismos, que a música difundiu por todas as nações cultas. Tão numerosos, porém, e tão discutíveis eles são, que os deixarei por ora para menos ocupados dias, que os meus de agora (FIGUEIREDO, 1906, p.312).

Ainda damos destaque a uma publicação datada de 1911. Trata-se de um pequeno livro, de 90 páginas, destinado ao estudo da palavra cólera em português, cujo título é *A cólera morbo e suas relações na língua portuguesa*. O autor, assim como outros estudiosos de letras, acredita no gênero feminino para esta palavra. Para Cândido de Figueiredo, a questão é etimológica, visto que “a cólera” com o sentido de raiva e “a cólera”, doença descoberta na Índia no século XIX, têm a mesma etimologia, o latim *cholera*. Como podemos ver, Cândido de Figueiredo atribui à influência francesa o uso disseminado no gênero masculino:

[...] A França, pela boca de alguns médicos e pela pena de vários jornalistas que se não preocupam com questões de linguagem, atirou cá para dentro com a beleza de o cólera; mas ainda estamos muito a tempo de o enjeitar. Portanto, guerra a o cólera como inimigo da língua portuguesa (FIGUEIREDO, 1911, p.75).

Para finalizar essa seção, entremos na área gramatical propriamente dita, com o objetivo de destacar um surpreendente aspecto da postura do professor Figueiredo a respeito do ensino gramatical, o qual revela uma perspectiva pedagógica, que é a que está sendo adotada pelos educadores modernos, considerada como a mais adequada para o êxito do ensino gramatical nas escolas. Para exemplificar, trazemos a notícia da publicação de uma gramática de língua portuguesa, intitulada *Gramática Sintética da Língua Portuguesa*, com a primeira edição datada de 1915.

Vale ressaltar que, sobre essa primeira edição, o professor brasileiro Vilhena de Moraes escreve, no *Jornal do Comércio*, no dia 1º de agosto de 1916, uma análise crítica na qual afirma

que a obra apresenta deslizos em sua definição, divisão e classificação. A respeito dessas críticas, Cândido de Figueiredo anuncia que uma segunda edição da gramática com atualizações já estava sendo realizada.

[...] Embora eu não possa acompanhar o Senhor Moraes, passo a passo, na sua estirada viagem, já lhe deixo demonstrado que faço justiça às suas intenções e ao seu estudo. Demais, quando o senhor Vilhena folheou e analisou a gramática sintética, já estava feita a segunda edição, que ele não conhecia, e que apresenta modificações sensíveis, até em alguns pontos a que se refere o articulista: os pronomes, por exemplo (FIGUEIREDO, 1925, p.53).

O trecho a seguir deixa claro que o professor Figueiredo sempre optou pela não utilização de gramáticas em seus métodos de estudo, justificando essa postura pelas dificuldades por elas apresentadas.

[...] Quando era professor de português no único liceu que havia em Lisboa, nunca adotou compêndio para o ensino da gramática: esta, ensinava-a ele exclusiva e praticamente sobre textos lidos. As gramáticas conhecidas ofereciam-lhe dificuldades, pouco menos que insuperáveis. Por um lado, via nelas deficiências importantes, quanto ao registro dos fatos da linguagem, e exuberância inúteis, que fariam perder tempo e fatigar baldadamente o espírito do aluno (FIGUEIREDO, 1948, p.7).

Cândido de Figueiredo ressalta ainda que, dentre as gramáticas da língua portuguesa, não há convergência entre seus processos e doutrinas. Por isso, coloca a simplificação da doutrina como um dos objetivos principais ao produzir sua gramática. O trecho da sua obra citada a seguir vem ratificar essa ideia:

O autor, porém, desta gramática não a empreendeu com o estulto prurido de divergir de outros autores. Outro alvo o arrastou: contribuir, por um dos mais profícuos meios, para a vulgarização da ortografia oficial, deduzir dos fatos de linguagem ensinamentos que os gramáticos não registraram, tornar prática e, quanto possível, simples a doutrinação gramatical, e expô-las em linguagem chã, acessível a mestres e discípulos (FIGUEIREDO, 1948, p.10).

Cabe destacar também a obra publicada em 1918, denominada *Gramática das Crianças*. A respeito dela, Cândido de Figueiredo comenta:

Em geral, os gramáticos de mais competência e saber não escreveram para crianças. Homens de ciência, adestrados a técnica da alta Filologia, dificilmente baixam de sua elevada esfera, para que os ouçam e os compreendam as pequenas criaturas, que procuram o primeiro ensinamento metódico da arte de falar e escrever a sua língua; e o modesto professor, que

fala a essas crianças (...) acata o processo dos sábios, tentando transmiti-lo a quem tarde o compreenderá (FIGUEIREDO, 1918, p.5).

A *Gramática das Crianças* pode ser considerada uma gramática muito simples, que não aborda assuntos como processos sintáticos, por exemplo. Ao fim, o autor dedica, às crianças, algumas palavras, como conselhos sobre como ler e escrever a língua portuguesa, observemos o trecho citado:

Ler os escritos dos melhores mestres da língua, e ter a convivência das pessoas que melhor a falam. Como estas não são numerosas, mais se nos deparam por boa fortuna do que por diligência nossa. Mas são muitos os mestres da língua, antigos e modernos, que a escreveram exemplarmente, e que com proveito podem e devem ser lidos. (...) A gente moça bem pode recrear-se e esclarecer-se com a leitura de muitos escritos modernos, entre os quais sobressaem todos os que devemos a Alexandre Herculano, Antonio Feliciano de Castilho, José Maria Latino Coelho, e a maior parte do que nos deixou Camilo Castelo Branco (FIGUEIREDO, 1925, p.108).

Portanto, como já comentado acima, parece seguro afirmar que Cândido de Figueiredo apresenta um perfil pedagógico moderno, com destaque para o ensino gramatical primário, ao propor um método de ensino das regras gramaticais que se baseia na prática da leitura de textos, rejeitando o ensino decorativo com base nas gramáticas da língua portuguesa, como era o padrão convencional do professor de português da época.

A seguir, apresentamos o Quadro 3 como demonstrativo das obras publicadas durante o segundo período, a saber: de 1898 a 1924.

QUADRO 3. LIVROS DO SEGUNDO PERÍODO

1898	<i>Amores de um marinheiro</i>
1900	<i>Dicionário da Língua Portuguesa</i>
1902	<i>Estrangeirismos</i>
1910	<i>Vícios da Linguagem Médica</i>
1911	<i>Cólera morbo</i>
1914	<i>Transformações Vocabulares: esboço filológico</i>
1916	<i>Linguagem de Camões nas suas relações com a linguagem de hoje</i>

1918	<i>A gramática das crianças</i>
1924	<i>Vade Mecum dos Estudiosos Da Língua</i>

Fonte: elaboração própria (2020).

1.5.1 A trajetória na imprensa e os frutos desse trabalho

Cândido de Figueiredo teve profícua passagem nos periódicos, tanto em Portugal como no Brasil. Para começar com o lado de lá do Atlântico, o autor trabalhou no *Jornal da Noite*, *Correspondência de Portugal*, *Repórter*, *Diário de Notícias*, foi diretor do *Diário de Portugal*, além de fundar e redigir *A Capital*.

No *Diário de Notícias*, ele usou dois pseudônimos, Cedef e João Caturra Junior. Este último foi notabilizado como um personagem proposto a denunciar e esclarecer as práticas ruins dos jornalistas. Assim é apresentado o personagem:

[...] Deploráveis abusões que chegam a invadir a esfera dos mais claros espíritos, fixando-se na linguagem como fórmulas legítimas. Viu isto Caturra Junior, um ingênuo e obscuro cultor da língua pátria, e consagrou algumas horas de ócio ao respingo das numerosas incorreções, que passam, sem contestação nem reparos, através do jornalismo e do povo que lê (FIGUEIREDO, 1930, p.6).

Podemos notar que este trabalho, desenvolvido sob o pseudônimo de Caturra Junior, teve grande sucesso, visto que estas cartas são reunidas e publicadas em um livro, *Lições Práticas da Língua Portuguesa* (1891)⁴⁰, o qual alcança expressiva aceitação. Nas palavras do autor:

Esse livro, de que já se fizeram seis edições, foi o início de um empreendimento, que eu julgo patriótico, pois se traduziu na feitura e publicação de vinte volumes, que eu consagrei a assuntos da língua portuguesa. De vários documentos publicados vê-se que, segundo o parecer dos mais entendidos e competentes, ninguém consagrou ainda à língua portuguesa o mais extenso trabalho, nem serviços mais evidentes (FIGUEIREDO, 1925, p.117).

⁴⁰ À parte os dicionários, *Lições Práticas da Língua Portuguesa* é o livro de Cândido de Figueiredo que conta, até hoje, com o maior número de edições, considerando o conjunto de toda a sua obra.

É a partir dessa obra que se originam duas polêmicas de Cândido de Figueiredo. A primeira, que não será tratada nesta dissertação, com o português Leite de Vasconcelos, citada por Leite (1999) em *Metalinguagem e Discurso* e Mira Mateus (2001) em *Caminhos do português: exposição comemorativa do Ano Europeu das Línguas*. A segunda, com Heráclito Graça, e que será abordada no terceiro capítulo desta dissertação.

Em um dos jornais em que Cândido de Figueiredo trabalhou, o *Jornal da Noite*, o autor torna-se responsável por escrever notícias e comentar literatura. Concomitantemente a isso, ele também trabalha no *Correspondência de Portugal*, trabalho esse que consiste em tomar ciência dos jornais franceses e escrever uma correspondência como se estivesse em Paris e encaminhá-la ao responsável do jornal.

No início de sua trajetória com as letras, já havia publicações em periódicos de sua autoria no Brasil. Em 1868, ano da publicação de seu primeiro livro, como dito em outra seção, Cândido de Figueiredo tem sua poesia, *O Lírio*, publicada no *Almanaque Familiar para Portugal e Brasil*.

É, no entanto, somente em maio de 1890, que Cândido de Figueiredo estreia sua coluna *Consultório Gramatical*, no maior jornal da América Latina, *Jornal do Commercio*. Nessa época, Cândido de Figueiredo e o italiano Vincenzo Grossi, tornam-se assim, os únicos estrangeiros a trabalhar na imprensa nacional (SODRÉ, 1999, p.293).

1.5.2 Consultório gramatical

A participação do autor nos consultórios gramaticais foi tão marcante, que até Mario de Andrade, ícone do Modernismo, geração posterior à de Cândido de Figueiredo, expõe, em uma carta a Carlos Drummond, seu desgosto com a rigidez da norma imposta por Cândido de Figueiredo.

[...] Em Portugal tem uma gente corajosa que, em vez de ir assuntar como é que dizia lá na Roma latina e materna, fez uma gramática pelo que se falava em Portugal mesmo. Mas no Brasil o Sr. Carlos Drummond de Andrade diz “cheguei em casa” “fui na farmácia” “vou no cinema”, e quando escreve veste um fraque debruado de galego, telefona pra Lisboa e pergunta pro ilustre Figueiredo: “Como é que está se dizendo agora no Chiado? É “chega na estação” ou “chega à estação”, e escreve o que o sr. Figueiredo manda (PINTO, 1978, p.153).

No *Jornal do Commercio*, na seção *Consultório Gramatical*, o autor respondia a dúvidas gramaticais de leitores, e, muitas vezes, por causa de suas respostas, criava algumas polêmicas com gramáticos e estudiosos brasileiros.

Um desses debates, entre Cândido de Figueiredo e Paulino de Brito, professor paraense e escritor brasileiro, será exclusivamente analisado no segundo capítulo desta dissertação, quando Cândido de Figueiredo publica *O Problema da Colocação dos Pronomes*, em 1913. A passagem de Cândido de Figueiredo pelo *Jornal do Commercio* rendeu a produção de algumas obras, tais como *O que se não deve dizer*, *Problemas da Linguagem* e *Falar e Escrever*.

No ano de 1916, Cândido de Figueiredo participa de duas obras presentes em Portugal e no Brasil. A primeira, *Atlântida: mensário literário e social para Portugal e Brasil*, e a segunda, *Brasil e Portugal: Revista Quinzenal Ilustrada*. Ambos os periódicos foram criados tendo como objetivo a união dos dois povos, o brasileiro e o português. Não obstante, tinham como público-alvo a elite dos dois países, e contavam com assuntos como história, literatura, arte e sociologia. A importância desse fato é para mostrar que, não obstante as discordâncias com alguns brasileiros, a relação de Cândido de Figueiredo com a grande parte do Brasil é, seguramente, muito amistosa.

Cândido de Figueiredo escreve, em 1869, no periódico *A voz feminina*, publicado em Portugal, sob influência da sua primeira mulher, Mariana Angelica Andrade, que era simpática à causa feminista. Nesse período, Cândido de Figueiredo troca correspondências com sua futura esposa, então admiradora de suas poesias. O ponto interessante aqui é que Mariana Angélica, que era feminista, ao indicar que Cândido de Figueiredo participasse do periódico, transgrediu a norma da revista, que dizia que *A Voz Feminina* era um jornal científico, literário e noticioso, exclusivamente colaborado por senhoras.

Já no ano de 1875, Cândido de Figueiredo funda uma revista literária chamada *Cenáculo*⁴¹, a qual contém, em cada edição, 32 páginas e conta com a colaboração de figuras de destaque no meio das letras portuguesas. Essas serão citadas em outros capítulos deste trabalho, por exemplo, os literatos Adolfo Coelho, Silva Ramos, Gonçalves Crespo e Antero de Quental.

Enquanto esteve na Universidade, o autor, junto de Guerra Junqueiro, Gonçalves Crespo, Camilo e Castilho, publica seus textos na *Folha*, considerada a mais interessante revista acadêmica da época. Nesse periódico, discutiam-se temas como literatura, educação, e até questões da Universidade de Coimbra. O único assunto não debatido era a política, isso porque,

de acordo com Cândido de Figueiredo, este era um assunto que não interessava à juventude coimbrã.

Cândido de Figueiredo também colaborou, sem muito destaque, em *A Grinalda*, *Vozes do Ermo*, e *O Panorama ao Progresso*, principalmente pelo fato de, neste último, ter colaborado em 1868, no quinto e último ano de atividades do periódico.

Para encerrar esta seção, cabe mencionar um texto publicado pelo autor na revista *Serões* no qual fala sobre a exposição nacional do Brasil, de 1908, e expõe seu desejo de promover uma união literária e científica entre os povos de aquém e além mar:

Vejam a situação os que podem e devem vê-la, e creiam que, nas atuais condições, a confraternização literária e científica dos dois povos pouco mais é que um generoso ideal, alimentado por todos os espíritos claros, alheios a preconceitos e possuídos da nobre ambição de se estreitarem intimamente os laços espirituais dos dois povos, que falam a mesma língua e procedem do mesmo tronco (FIGUEIREDO, 1908, p.291).

O ponto a ser destacado aqui é a questão, para o autor, da existência da mesma língua portuguesa presente nas duas nações. Em outro capítulo, porém, veremos que a formação da língua brasileira é admitida por Cândido de Figueiredo.

Na próxima seção, que será a última deste capítulo, examinaremos o segundo período de suas obras, que vai de 1876 a 1925, ano de sua morte.

1.6 A publicação de suas últimas obras

Na segunda seção deste capítulo, apresentamos as primeiras obras de Cândido de Figueiredo, de 1868 a 1875. Analisaremos, a seguir, as suas últimas obras, que são publicadas entre 1876 e 1925.

Em 1883, Cândido de Figueiredo publica *Nictagínias*, livro de versos, o qual, para Antero de Quental, foi seu melhor livro. Esta obra destacou-se, também, pelo tratamento dado à língua portuguesa, como afirma a crítica da *Revista Occidente*, assim que o livro foi publicado:

[...] É um lindo volume de 144 páginas, mais 2 de rosto, e anterrosto e duas de índice. Quem não conhece os versos do ilustre escritor derramados por muitas folhas periódicas e coligidos em volumes tão apreciados por todos que amam a boa poesia aliada ao conhecimento e bom trato da língua? Não podemos citar, porque ou teríamos que copiar o índice ou transcrever o volume. Lemos, leremos e rerelemos tão simpático o volume (FIGUEIREDO, 1883, p.272).

No ano de 1889, Cândido de Figueiredo publica o romance *As Espingardeiras*, como uma forma de brindar os assinantes do periódico *Diário de Notícias*. Passados três anos dessa publicação, sai a obra intitulada *Lisboa no Anno Três Mil*, um romance na qual o autor imagina uma sociedade futurista, falante de uma língua única, de modo que todos os seus falantes sejam capazes de se entender mutuamente. Recentemente, Curado (2012)⁴²*colocar nota para apresentar Curado apresenta uma avaliação a respeito dessa obra, como a seguir:

[...] Cândido de Figueiredo, interessado profissionalmente nos estudos linguísticos, não sublinha o trabalho da linguagem no acesso à memória profunda. O papel diminuto da linguagem no acesso ao inconsciente é compensado pela utopia futura de uma língua comum a todos os povos da terra. Figueiredo (...) apouca o papel instrumental da linguagem como via de acesso ao inconsciente, mas compensa esta limitação com referências à utopia da superação das diferenças linguísticas entre os povos e as pessoas (cf. CURADO, 2012, p.18).

Em 1894, Cândido de Figueiredo produz uma obra inédita à época, ao traduzir um texto bíblico, *O Livro de Jó*, a partir da *Vulgata*, em versos portugueses. Sobre essa obra, há algumas divergências entre os críticos, principalmente entre aqueles que consideravam a obra puramente religiosa. Para Cândido de Figueiredo, no entanto, tratava-se de uma obra puramente literária.

Trindade Coelho, escritor e político português, por exemplo, fez, no jornal, uma apologia sobre a supracitada tradução do *Livro de Jó* de Cândido de Figueiredo.

[...] É dever de nós todos felicitar-mo-nos pela difícilíssima obra empreendida e levada a cabo pelo Sr. Cândido de Figueiredo, e agradecer-lh'á muito. O advento do livro de Job, tão castiço e formoso na sua linguagem, como correto e comovido na sua poesia, marca na moderna história literária de Portugal uma das suas efemérides mais notáveis (FIGUEIREDO, 1925, p.263).

Poucos anos depois, em 1897, o autor publica o livro *Crisântemos*, livro de poesias. A obra é, em suas próprias palavras, “a coleção a que dá mais apreço entre todas a que publicou”.

No ano seguinte sai publicado *Amores de um Marinheiro*, uma obra que já citamos brevemente, na seção que tratou do percurso do autor na Filologia. E, finalmente, dez anos depois são publicadas as obras, denominadas *Entre Lençóis*, e *Peregrinações*.

⁴² Marcelo Curado é Professor de Filosofia da Universidade do Minho. Dedicou-se a pesquisar a Ética Biomédica, a Filosofia da Mente e a História das Ideias. Escreveu notáveis obras, tais como *O Mito da Tradução Automática* (2000), *Luz Misteriosa: A Consciência no Mundo Físico* (2007), e *Porquê Deus Se Temos a Ciência?* (2009).

Em *Peregrinações*, Cândido de Figueiredo faz um balanço de suas obras, de 1868 a 1908, contando alguns relatos sobre cada uma delas, bem como a fase em que vivia quando as escrevia:

[...] Ao peregrinar largamente pelas regiões da imaginação e da arte, não deixei marcos miliários a atestar aos pósteros a minha passagem; mas deixei ligeiras construções, que o vento de amanhã esboroará, mas de que me apraz lembrar a forma e o significado, como paragens queridas e saudosas num longo itinerário: *Quadros Cambiantes, Tasso, Parietárias, Poema da Miséria, Nictagineas, Livro de Job, Crisântemos*, e várias notas esparsas, que não chegaram a congregar-se em volumes (FIGUEIREDO, 1908, p.9).

Ao término deste capítulo, vimos aspectos relevantes da trajetória intelectual de Cândido de Figueiredo, desde o início, com seus primeiros passos com a poesia, depois nos estudos de filologia, até a publicação de suas obras gramaticais e seus estudos sobre o léxico, trazendo como corolário a publicação do seu dicionário. É importante frisar também que, ao apresentarmos as divergências entre Cândido de Figueiredo e Guilherme Vasconcelos de Abreu, na Associação Promotora do Desenvolvimento dos Estudos Orientais, criamos um elo que conecta este ponto aos outros capítulos, que estão destinados a analisar as polêmicas travadas pelo gramático português.

Capítulo 2. O PRONOME CAUSA POLÊMICA

O presente capítulo aborda a polêmica sobre a colocação pronominal, ocorrida entre Cândido de Figueiredo e Paulino de Brito, e busca responder a como pensavam a respeito desse assunto e por quais ideias esses autores eram influenciados.

Na primeira seção é apresentada a origem dos debates linguísticos na comunidade intelectual da época, como elemento contextual para enquadrar o debate principal que será o tópico da seção, a saber, a polêmica que gira em torno da colocação pronominal travada entre Cândido de Figueiredo e Paulino de Brito.

A segunda seção trata dos argumentos gramaticais utilizados pelos autores para justificar as regras da colocação proclítica ou enclítica dos pronomes como complementos verbais.

Na seção subsequente, apresentamos o que Paulino de Brito entende por brasileirismos, com base em um conjunto de obras de alguns autores brasileiros.

Na quarta seção abordamos tanto a relação entre Cândido de Figueiredo e João Ribeiro no debate sobre o tema pronominal, como algumas das ideias defendidas pelo gramático sergipano e que estão postas em sua gramática.

A seção seguinte contempla dados extraídos de estudos de Tânia Lobo e Esperança Carneira, com o objetivo de apresentar ao leitor, sob perspectiva diacrônica, as mudanças ocorridas no sistema pronominal do português.

Na sexta seção, tratamos de outras questões, em particular, a que versa sobre a influência tupi e a africana na língua portuguesa, destacando a questão fonológica relevante para a interpretação do assunto em causa. No período narrado em que ocorre a polêmica entre os dois autores, a fonologia ainda não era considerada decisiva para a compreensão da variação que envolvia o uso dos pronomes. Por fim, veremos os resultados que essa questão trouxe para o debate.

Por sua vez, a sétima seção busca descrever a gramática da colocação pronominal que ambos os autores utilizam na sua prática literária, associada ao estilo de cada um deles, como evidenciado em suas respectivas obras. O resultado da pesquisa é apresentado em um quadro, como forma de ilustrar de modo mais claro essas diferenças.

Há, ainda, nas duas últimas seções, o parecer de Silva Ramos a respeito da relevância da fonologia, – para interpretação do uso dos pronomes; e dos brasileirismos, e, ainda, o juízo crítico do debate, que é feito por Gonçalves Viana e José Veríssimo, influentes filólogos e estudiosos da língua portuguesa.

Para um maior entendimento das polêmicas que são apresentadas no decorrer deste capítulo, é necessário conhecer um pouco da origem dos debates e polêmicas gramaticais sobre a língua portuguesa, próprias da época. Da mesma forma, torna-se necessário entender com maior clareza como se deu o fato de que, embora tendo sido formado dentro das raízes linguísticas e culturais portuguesas, Cândido de Figueiredo tenha sido tão influente no debate sobre a questão da colocação pronominal no Brasil. Começamos por este ponto.

2.1 Origem dos debates no Brasil

Como argumentamos nas linhas acima, para iniciarmos este capítulo, no qual trataremos da contenda ocorrida entre Cândido de Figueiredo e Paulino de Brito, acreditamos ser necessário, antes de tudo, um breve relato sobre a primeira polêmica da questão pronominal no Brasil, a qual revelou, invariavelmente, postura intelectual idêntica por parte dos envolvidos: um autor português criticando o modo como escrevia determinado autor brasileiro. Esse primeiro debate pronominal ocorre entre Pinheiro Chagas e José de Alencar⁴³. Após a publicação de *Iracema*, em 1865, no Rio de Janeiro, José de Alencar recebe duras críticas de Pinheiro Chagas publicadas em seu *Novos Ensaios Críticos*, de 1867.

Entre os pontos de crítica de Pinheiro Chagas, há um grande destaque ao tema de correção e zelo de linguagem. Essa abordagem parece muito similar aos temas abordados por Cândido de Figueiredo, como veremos ao longo do capítulo. Para Pinheiro Chagas, *Iracema*, de José de Alencar, carece de correção. Vejamos abaixo, em trecho citado por Elia, que cita observação de Pinheiro Chagas:

⁴³ Embora nos limitemos a falar sobre a questão pronominal, cabe dizer aqui a informação de que José de Alencar foi o primeiro autor a trazer para a literatura as formas do então chamado “dialeto brasileiro”. De acordo com Silvio Elia, em *O problema da Língua Brasileira*, o primeiro escrito teórico sobre esse uso literário foi feito por Visconde de Pedra Branca.

[...] O defeito que eu vejo nessa lenda, o defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes, a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português (ELIA, 2003, p.138).

Nesse debate, não foi somente Pinheiro Chagas quem criticou a obra de José de Alencar. Elia, novamente, nos chama atenção para a revista *Questões do Dia, observações políticas e literárias*, composta de 40 números, e que, em 1871, publica um parecer informando que José Feliciano de Castilho⁴⁴ participa de “campanha de acusação” contra José de Alencar.

2.2 Debate pronominal – O início

Nesta seção, veremos como se origina o debate pronominal que ocorre entre Cândido de Figueiredo e Paulino de Brito. Primeiramente, cabe apresentarmos ao leitor quem é o adversário de Cândido de Figueiredo.

Paulino de Almeida Brito (1858-1919) foi escritor, jornalista e professor paraense. É autor de mais de uma dezena de livros de contos e ficção, além de ter escrito duas gramáticas. Formado em Direito, no Recife, não atuou na área e optou pelas Letras. Tem exitosa carreira nos jornais de Belém, chegando a redator chefe do jornal *A província do Pará*⁴⁵.

Os debates entre Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo se originaram a partir do que ambos os autores publicavam a respeito do uso dos pronomes na língua portuguesa. Enquanto Paulino de Brito defende que o brasileiro possa ter liberdade, por exemplo, de usar próclise em início de frases, e que não deva existir tanta rigidez no que tange às palavras “atrativas”; Cândido de Figueiredo defende a regra de atrativos para próclise, ênclise como preferência em caso de opção entre as duas, e mesóclise como alternativa à próclise no início de frase.

Interessante é lembrar que, como exposto em Benveniste (1902-1976), a natureza gramatical dos pronomes deve ser entendida de uma forma mais ampla, uma vez que ativa questões não apenas para as diferentes línguas, mas também para a própria linguagem:

Ora, todas as línguas possuem pronomes e, em todas, eles se definem como referindo-se às mesmas categorias de expressão (pronomes pessoais,

⁴⁴ Em palestra proferida sobre a norma culta, na UFPR, Carlos Alberto Faraco afirma que Dom Pedro II financiava intelectuais e, inclusive, apoiou Castilho a criticar José de Alencar, principalmente após uma reprimenda que Alencar faz ao governo do Monarca.

⁴⁵ Paulino de Brito organizou suas publicações do *Jornal do Pará* em uma obra que se chama *Collocação de Pronomes*.

demonstrativos etc). A universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem (cf. BENVENISTE, 1995, p.277).

De fato, é por entender que a colocação dos pronomes clíticos deve expressar valores de correção nas diferentes línguas, portanto, causar um problema de linguagem, que os adversários irão debater, como veremos ao longo deste capítulo. Essas contendas, que começam nas linhas dos periódicos e tomam forma de livros, resultam em três obras. Da parte de Paulino de Brito, temos a obra denominada a *Colocação dos Pronomes, artigos publicados na Província do Pará*, em 1907, e *Brasileirismos de colocação de pronomes: resposta ao Sr. Cândido de Figueiredo*, em 1908. Da parte de Cândido de Figueiredo temos uma resposta às críticas do seu oponente na obra *O problema da colocação de pronomes* (1913).

A polêmica gira em torno de três principais pilares: a deslocação do pronome sujeito de orações interrogativas na ordem direta sujeito pronominal -verbo (*Quando ele veio?* em lugar de interrogativas com a ordem sujeito -verbo inversa. *Quando veio ele?*); a anteposição do pronome em orações enunciativas (*Me diga, Me diz* em vez de *Diga-me, diz-me*); a posposição do pronome em oração com relativo (*O homem que viu-me* em vez de *O homem que me viu*).

Logo na segunda página de seu livro, Paulino de Brito usa de uma estratégia para justificar uma possível desvantagem que ele tem no debate, qual seja, o difícil acesso a seus livros:

[...] o Sr. Candido de Figueiredo teve a seu favor a esmagadora superioridade de escrever para um público que em geral não nos podia ler. Desta vantagem não deixou de se utilizar o ilustre philólogo, às vezes terrivelmente (BRITO, 1907, p.2).

Possivelmente, aqui, Paulino de Brito se refira ao fato de que ele, que residia no Pará, não poderia atingir o público que lia Cândido de Figueiredo, que habitava na capital federal, Rio de Janeiro, e estava acostumado a ler os “consultórios gramaticais”, publicados no *Jornal do Commercio*. Inclusive, o autor afirma que o principal mercado de livros portugueses são as livrarias brasileiras (BRITO, 1907, p.10). Podemos, entretanto, formular uma outra hipótese para a sua afirmação: Paulino de Brito teria se referido ao fato de residir na capital paraense, geograficamente muito distante da capital republicana, o que, conseqüentemente, tornaria muito difícil aos seus conterrâneos o acesso às ideias de Cândido de Figueiredo publicadas em seus

consultórios. O Brasil era um país predominantemente rural, com uma taxa de analfabetismo de 97%. Ou seja, enquanto nas situações de comunicação o português do Brasil ainda se afirmava em seus caminhos gramaticais, esse grupo de gramáticos e filólogos, ao qual Cândido de Figueiredo pertencia, insistia no objetivo muito nobre e louvável da correção, mas impossível de ser alcançado diante das circunstâncias sociais e demográficas acima mencionadas.

Paulino de Brito, de toda forma, esperava, como diz no prólogo de seu livro, uma resposta do autor desde 1906, porque, afinal, o debate já ocorria como uma espécie de “guerra fria” nos jornais. A *casus belli*, no entanto, dá-se bem antes. Em 1891, um dos consulentes de Cândido de Figueiredo solicita, no consultório gramatical, sua opinião a respeito da seguinte frase: *Um soneto pediste-me, criança*.

Como resposta, Cândido de Figueiredo afirma que a frase é um brasileirismo que deve ser substituído por três possibilidades: (i) *Pediste-me um soneto, criança* ou (ii) *Um soneto me pediste, criança*, e apresenta a explicação por meio de duas regras:

- (i) O complemento direto lexical atrai o objeto indireto pronominal.
- (ii) Os numerais atraem os pronomes pessoais objetivos e terminativos.

Podemos verificar que, ao expor essas duas regras, Cândido de Figueiredo condena o uso da ênclise em um contexto de topicalização do objeto direto (um soneto), com interpretação enfática ou contrastiva. Dessa forma, há próclise em *Um soneto me pediste*, pois o elemento contrastivo/enfatizado é um dos determinantes da próclise, assim como a negação, pronomes interrogativos, pronomes relativos etc. Já a outra sentença, *Pediste-me um soneto, criança*, é assim validada por Cândido de Figueiredo pelo fato de que esta oração, com ênclise categórica, evita a próclise no início da frase, como o caso seria em *Me pediste um soneto, criança*.

Essas regras formuladas por Cândido de Figueiredo levariam, segundo Paulino de Brito, a um terrível dilema:

Aceitas as tais colocações como brasileirismos, e os tais brasileirismos como incorreções grosseiras, o dilema é este: ou confessamos que muito o espírito da nossa nacionalidade se tem abastardado de uns anos a esta parte, ou convimos que os nossos prosadores e poetas, ainda os melhores, não passaram de uns reles escrivinhadores sem imputação literária (BRITO, 1906, p.12).

Tal declaração faz com que Cândido de Figueiredo dedique uma parte de seu livro *O Problema da colocação dos pronomes* ao estudo de escritores brasileiros. Vejamos essa questão em seguida, na próxima seção.

2.3 Brasileirismos de brasileiros?

Para Paulino de Brito, a preocupação do brasileiro em relação à adequada colocação de pronomes é nova — e teria menos de cinquenta anos, ao contrário do que diz o escritor brasileiro José Veríssimo. Esse escritor, em artigo publicado no *Jornal do Commercio*, coloca a responsabilidade dessa discussão acerca da questão pronominal nos ombros de Artur Barreiros, em 1880. Mesmo assim, ele não deixa de responsabilizar Cândido de Figueiredo pelo levantamento da questão, e enfatiza “Cabe-lhe certamente a glória como primaz, outros pregariam antes de Cândido, mas no deserto” (BRITO, 1907, p.25).

De acordo com Paulino de Brito, o gramático brasileiro Arthur Barreiros até pode ter sido o primeiro a estudar a questão pronominal, mas o Brasil, muito influenciado pela corrente lusitana, preferia usar como parâmetro o trabalho de Cândido de Figueiredo ao trabalho de Arthur Barreiros⁴⁶. Essa corrente lusitana é devida, principalmente, ao atraso na criação de instituições de curso superior no Brasil, o que faz com que grande parte dos brasileiros vá estudar, especialmente, em Coimbra (COELHO et al, 2014).

Para demonstrar que Paulino de Brito estava incorreto quanto à declaração de que os prosadores e poetas brasileiros seriam “escrevinhadores” que usariam somente brasileirismos, Cândido de Figueiredo elabora uma lista com alguns autores brasileiros, bem como suas obras, para verificar o modo como usavam os pronomes clíticos. São escolhidos por Cândido de Figueiredo os seguintes autores: Ruy Barbosa; Tomás António Gonzaga; Machado de Assis; Castro Alves; Raimundo Correia; Gonçalves Dias, e, por fim, o próprio Paulino de Brito.

Em todas as oportunidades possíveis, os referidos escritores utilizaram o pronome de acordo com o que Cândido de Figueiredo defendia, isto é, o autor português prescrevia que pronomes relativos, pronomes indefinidos, orações negativas e advérbios, como *nunca* e *jamais*, deveriam atrair o pronome clítico. Havia, também, a condenação ao uso do pronome átono em início de frases.

Todos esses pontos fazem parte da norma pronominal lusitana. É por isso que Paulino de Brito afirma que os brasileiros devem seguir os escritores que utilizam a norma brasileira. Vejamos:

O Sr. Cândido de Figueiredo está no seu papel, como estiveram Pinheiro Chagas, Camillo e outros, quebrando uma lança ou uma dúzia delas pelo

⁴⁶ O autor publica na *Revista Brasileira* o artigo sobre o uso dos pronomes na língua portuguesa. Para Paulino de Brito, a circulação dessa revista é exígua, e até nula fora da capital federal, Rio de Janeiro, não exercendo nenhuma influência sobre a opinião dos brasileiros.

purismo, pelo classicismo e pela fixidez da língua. Nós, brasileiros, para estarmos também no nosso, devemos conservar-nos ao lado dos escritores que, com levantado espírito e superior capacidade, lançaram os fundamentos do nosso edifício literário (BRITO, 1906, p.13).

Assim como Paulino de Brito compara Cândido de Figueiredo a Pinheiro Chagas, é comum vermos, ainda hoje, afirmações de pesquisadores que acreditam que Cândido de Figueiredo, como português, tem o objetivo de exercer tutela da língua portuguesa⁴⁷. Acontece, todavia, que o autor sempre admite que as pontuações a respeito da língua portuguesa se referem à língua portuguesa falada em Portugal, nunca em outro lugar. Para isso, ele é claro em dizer que:

Nem no Brasil, nem sequer em Portugal, eu faço leis. Em Portugal, registo factos e consigno as regras que deles deduzo; no Brasil, reproduzo essas regras e fatos, para uso dos que pretendam falar o português de cá, e para recreação e leituras comparadas dos que preferem o português de lá. Mal avisado andaria eu, se me pusesse a dar sentenças em casa alheia. O Brasil tem o pleníssimo direito de se governar como entende, e de falar como lhe parecer (FIGUEIREDO, 1909, p.49).

Aqui temos que Cândido de Figueiredo deseja mostrar como se colocam os pronomes da melhor maneira, em Portugal. Isso, porém, não o isenta de ser apresentado como nacionalista exacerbado, por Paulino de Brito, como podemos ver em seguida:

O Sr. Candido de Figueiredo, como uma dose de orgulho nacional que não censuramos, mas até invejamos para nossos patrícios, entendeu e ensinou que daquelas duas maneiras de falar dos brasileiros só uma era legítima – a usada pelos portugueses, devendo a outra ser condenada e banida como erro crasso (BRITO, 1908, p.12).

Ora, aqui o interessante é o pensamento um tanto paradoxal de Paulino de Brito. Enquanto condena o nacionalismo de Cândido de Figueiredo, bem como seu método rigoroso de usar os pronomes clíticos, segue a cartilha lusitana ao escrever seus textos, e até sua gramática. Inclusive, em sua *Gramática Primária*, opta pela ênclise ao ensinar sintaxe: “Se dissermos: “Me Pedro procurou”, o erro será de construção, pois devíamos dizer: “Pedro procurou-me”” (Brito, 1908, p.97). Na descrição desse “erro” de colocação pronominal, Paulino de Brito, na verdade, chama a atenção para o fato de que os pronomes átonos obedecem a uma regra que alguns estudiosos atribuem, até hoje, à prosódia, outros à sintaxe, qual seja: a

47 Tal entendimento foi expresso no artigo intitulado *Língua e poder: revisitando os debates entre Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo*, de Hosana Santos Silva (2017, p.117-118).

de que os clíticos sempre se cliticizam a uma forma verbal, seja ela flexionada ou no infinitivo. Dada essa propriedade dos clíticos, Paulino de Brito poderia, e não o fez, utilizar a próclise, construindo o exemplo “Pedro me procurou”, ratificando, portanto, o uso vigente na fala brasileira.

Entendemos, pois, que a crítica de Brito se dirige à postura normativa de Cândido de Figueiredo, ao usar uma régua de correção na colocação pronominal brasileira, que hoje é reconhecida sem nenhum problema na fala e escrita, seja esta formal ou literária. Ficou claro, porém, pelo exemplo citado anteriormente, que o autor sugere um uso lusitano da colocação pronominal, em flagrante paradoxo com a sua crítica aos preceitos normativos, ou seja, da mesma forma que luta pela identidade da gramática brasileira, adota os moldes lusitanos.

Essa regra do uso pronominal, que, em tese⁴⁸, foi desenvolvida por Cândido de Figueiredo, também tem participação de um brasileiro em sua elaboração: João Ribeiro. Vejamos, na próxima seção, a participação do gramático sergipano nesta polêmica pronominal.

2.4 João Ribeiro e Cândido de Figueiredo.

Paulino de Brito afirma em seu *Colocação de Pronomes* que Cândido de Figueiredo é o primeiro⁴⁹ a ventilar a discussão pronominal, em 1901⁵⁰, no livro *Lições Práticas da Língua Portuguesa*. Faremos uma pequena digressão, para noticiar que, além de Cândido de Figueiredo, o filólogo João Ribeiro⁵¹ também se preocupa com questões pronominais, a ponto de registrá-las em sua gramática e ser igualmente alvo de críticas de Paulino de Brito, o qual é fiel ao viés avaliativo de que bem andariam algumas gramáticas que não fixaram regras a respeito da utilização de pronomes (BRITO, 1906). O autor ainda acredita que João Ribeiro⁵²

⁴⁸ Aqui usamos o termo “em tese”, pois já foi provado por Leite (2011a, p.671) que *Contador de Argote* é a primeira gramática que sistematiza, por exemplo, o fenômeno da ênclise na língua portuguesa.

⁴⁹ Sabemos, hoje, que isso não é verdade. Possivelmente, Paulino de Brito ainda não tinha tomado nota da obra de Soares Barbosa (1822, p260), que diz: “Porém, o que mais importa saber he, em que logar se hão de colocar estes pronomes, se depois do verbo, se antes dele, se no meio do mesmo; a respeito do que podem-se seguir as regras seguintes”

⁵⁰ Nessa publicação, Paulino de Brito equivoca-se, haja vista que a obra a que ele se refere é publicada 10 anos antes, em 1891.

⁵¹ O escritor Virgílio de Lemos, em *A Língua Portuguesa no Brasil*, define o comportamento de João Ribeiro nesta polêmica: “João Ribeiro, pensando muito diferentemente do ilustre paraense (Paulino de Brito), não só defende e aconselha a colocação pronominal à maneira lusitana, como também lhe prescreve com muita precisão e clareza” (LEMOS, 1959, p.107)

⁵² João Ribeiro, em sua gramática, de 1889, afirma que os brasileirismos pronominais são aqueles termos diferentes do cunho vernáculo, tais como o uso do *lhe* como objeto direto (amo-lhe), o uso da próclise em início de frases e o uso do pronome nominativo como objeto direto (eu vi ele) (RIBEIRO, 1889, p.307).

não tem autoridade⁵³ para pregar, no Brasil, a manutenção do uso lusitano quanto aos pronomes, pois a maneira do brasileiro usá-los é antiga e completamente generalizada.

No entanto, esse modo de colocar pronomes só pode ser considerado generalizado, de acordo com Cândido de Figueiredo, a partir de três pontos:

Bem sabemos que muitas corruptelas há, que adquirem o foro de cidade e chegam a tomar cabida no patrimônio de uma língua; mas esse fenômeno linguístico apenas se dá sob três condições: verdadeira generalização da corruptela; diuturnidade da sua duração, e aceitação dela por parte dos escritores que têm autoridade para a aceitar ou rejeitar.

Ora, dessas três condições, a inexacta colocação dos pronomes, defendida por Paulino de Brito, só conta uma, a generalização, se é que esta mesma não oferece dúvidas (FIGUEIREDO,1937, p.55).

Com base nessas ideias, podemos perceber que Cândido de Figueiredo considera como “corruptela” a colocação pronominal fora da norma por ele estipulada. Ainda, acredita que não há generalização daquela maneira de usar os pronomes, ou seja, para ele, a grande maioria da população do Brasil conhece e usa o padrão pronominal lusitano. Para afirmar que os brasileiros usam os pronomes da mesma maneira que os portugueses, Cândido de Figueiredo se baseia principalmente na forma como os seus amigos e os seus consulentes escreviam e se expressavam.

Já Paulino de Brito pensa o contrário, quando assegura que as regras preconizadas por Cândido de Figueiredo:

Perturbaram profundamente a posse mansa, pacífica e imemorial de colocar os pronomes, além de colocar em debandada os que usavam dos pronomes à maneira dos bons escritores brasileiros, como Gonçalves Dias (BRITO, 1907, p.5).

O excesso de regras⁵⁴ com o uso dos pronomes faz com que Paulino de Brito acredite que essas, em pouco tempo, acabariam anulando-se. Para exemplificar, cita dois casos, um de Cândido de Figueiredo e outro de João Ribeiro⁵⁵:

⁵³ Como resposta, Cândido desafia Paulino a apresentar uma lista de vinte, ou até dez, escritores brasileiros mais autorizados que escrevam como ele entende por correto.

⁵⁴ João Ribeiro acredita que, pelo fato de uma das regras ter exemplos em contrário, a questão da colocação pronominal ainda não está resolvida. Como resposta, Paulino de Brito afirma que é de abismar que João Ribeiro possa incluir em sua gramática tais assuntos que estão em terreno movediço.

⁵⁵ O professor e gramático João Ribeiro prefacia em sua Gramatica Portuguesa, de 1889, algumas das regras de Cândido de Figueiredo. Dessas regras, João Ribeiro fala sobre pronomes relativos, por exemplo.

O Sr. João Ribeiro estabelece:

— Em toda a proposição que começa pelo vocábulo *que* (conjunção ou pronome) e pelas variantes *qual, quem, cujo etc.*, há próclise, isto é, anteposição do pronome.

Agora o Sr. Cândido de Figueiredo:

— Quando concorrem dois verbos, um no modo finito e outro no modo infinito, dá-se próclise e ênclise.

Desta forma: — Quero que me venhas falar; Quero que venhas falar-me.

Eis ali o mesmo que, nos dois autores, correndo vária fortuna! Se a força dominante é a atração do “que”, como se explica que essa força se possa atuar e não atuar ao mesmo tempo? (BRITO, 1906, p.21).

Há uma tentativa, por parte de Paulino de Brito, de desqualificar o discurso de Cândido de Figueiredo, apresentando alguma divergência entre seu método e o método de João Ribeiro, a fim de fazer o leitor concluir que, de tão complexa que é a teoria pronominal, nem mesmo os convergentes conseguiriam se entender. Partindo da premissa de que as duas ideias se contrapõem, a teoria não deve merecer atenção.

Não obstante Paulino de Brito tenha escrito isso para afirmar que os exemplos anulariam a regra⁵⁶, Cândido de Figueiredo esclarece que são casos distintos, como diz a seguir sobre os exemplos de Paulino:

Na primeira, na do Sr. João Ribeiro, subentende-se que o predicado da proposição é indicado por um verbo, como sucede geralmente; e na segunda, isto é, na minha, refiro-me ao caso, em que o predicado é representado por dois verbos, um no modo finito, e outro no infinito.

São coisas que se não podem nem se devem confundir (FIGUEIREDO, 1937, p.57).

Por esta explicação do autor, fica claro que, nos compostos verbais, com verbos auxiliares flexionados e verbo principal no infinitivo, há duas possibilidades de colocação dos clíticos: tanto em ênclise ao infinitivo, independentemente da presença da conjunção *que* subordinativa, como em próclise ao verbo auxiliar, ativada pelo *que* atrativo. São dois casos distintos e que não disputam, entre si, a preferência do uso na gramática lusitana.

Por não ter entendido essas regras é que Paulino de Brito considera que a gama de possibilidades⁵⁷, de certa forma, acaba confundindo o falante da língua, mediante tantas

⁵⁶ Perini (2006, p.54) afirma sobre a importância de uma regra explícita, a qual ele chama de afirmação gramatical explícita: A virtude principal das afirmações gramaticais explícitas é que elas podem ser testadas, e por isso podem nos levar a um conhecimento melhor do problema estudado. A testagem se aplica principalmente a regras.

⁵⁷ Ocorre que a língua escrita é mais conservadora e está presa a usos normativos impostos pelas gramáticas tradicionais. Na aquisição da língua materna, a criança portuguesa adquire primeiramente uma ênclise generalizada, depois é que começa a reconhecer a próclise acionada sintaticamente por certos quantificadores, negação etc. Na aquisição do PB, diferentemente, a criança já adquire uma próclise generalizada e a ênclise vem

possibilidades distintas de uso. Segundo ele, as dificuldades só ocorrem quando o brasileiro se dá ao desfrute de escrever à moda quinhentista, ou ao falar clássico:

Proscrever formas já enraizadas na linguagem do nosso povo, e consagradas pelos nossos escritores, só pelo gosto e honra de afinar pelo diapasão dos quinhentistas e clássicos reinóis, eis outra patetice não somenos (BRITO, 1906, p.13).

Vejamos, então, na próxima seção, se há, realmente, a relação entre dificuldade de usar os pronomes e o uso quinhentista destes, como afirma Paulino de Brito.

2.5 Os pronomes no decorrer da história

Ao fim da seção anterior, trouxemos para o cenário da discussão pronominal a crença de Paulino de Brito de que o brasileiro tenta imitar o modo de escrever quinhentista. O gramático paraense ainda afirma que a maneira do brasileiro de colocar o pronome deve ser aceita como uma inovação:

Neste assunto, está bem a Portugal representar o elemento conservador, nós o liberal; ou, para não parecer que falamos de política- Portugal o elemento estático, e nós o dinâmico. Estas forças contrárias, como todos sabem, são indispensáveis para manter a língua no equilíbrio instável, que lhe convém (BRITO, 1906, p.13).

Para avaliar mais adequadamente essa afirmação, recorreremos aos estudos de Tânia Lobo em *A sintaxe dos clíticos: o século XVI, o século XX e a constituição da norma padrão* (2002). Nessa publicação, é possível verificar um estudo sobre o uso dos clíticos, no século XVI, em diversos casos, tais como: orações não dependentes; verbo precedido por sujeito nominal; verbo precedido por sujeito pronominal pessoal; verbo precedido por negação; verbo precedido por SADV (Sintagma Adverbial) ou SP adverbial (Sintagma preposicionado adverbial); verbo precedido por oração subordinada adverbial; aditivas introduzidas pelo conectivo “e”; adversativas; completivas e infinitivo. A seguir ilustramos a colocação pronominal dos clíticos, levando em conta, cada um dos contextos listados acima.

I- Orações não-dependentes /Absolutas/principais

1. Verbo em posição inicial absoluta – colocação pós-verbal categórica dos clíticos

com a escola, posteriormente. Este aprendizado gramatical de regras lusitanas é que causa dificuldades para o brasileiro.

a) Peço **lhe** que por vos me mãde escrever.

b) Dise **me** que nõ tem outro dinheiro.

2. Verbo precedido por sujeito nominal – colocação pré-verbal categórica dos clíticos

a) João Mõteyro **me** dixeo oye pola manhã que tynha vystos e emedados os apomtamentos.

b) Dona Isabel Freire **me** escreveo, pedindome que pedisse por merce a el Rei, meu senhor, que a mandase viir.

3. Verbo precedido por pronominal pessoal sujeito – colocação pré-verbal categórica dos clíticos

a) Eu **o** vi em Coimbra.

4. Verbo precedido por negação – colocação pré-verbal categórica dos clíticos

a) Estive hum grãde pedaço com papel e tinta com ele; nunca **me** disse nada.

b) Nam **vos** Respondi por Luis Afonso por nam **se** deter em quanto eu escrevia.

5. Verbo precedido por SADV ou SP adverbial – variável, com ampla preferência pela colocação pré-verbal dos clíticos: 98% e 92%, respectivamente.

a) Tambe! **me** lembra agora aquy outra Razão

b) mandey huua posta a saber se vynha frey Diogo; e nam avya d'isso memoria, somente escreveo **me** Gonçallo Machado que dezia frey Diogo que nam avya de ffallar a S.A.

c) Por derradeiro pedio **lhe** a mão pera lhe tomar a menage!

d) Por amor de Deus lho peço e pollas suas chagas **lho** Requeiro.

6. Verbo precedido por oração subordinada adverbial – variável, com preferência pela colocação pré-verbal dos clíticos: 78%

a) Quando de qua fostes **vos** falei e emcomemdei que, ante de vyrdes d'esa cidade, asemtes cõ hos mercadores.

b) Se dom Garcia for partido, e ouver de hir algu!a caravela pera lla após ell, peço **vos**.

Sintetizando os resultados da pesquisa de Tânia Lobo, temos o seguinte quadro:

Total de contextos sintáticos analisados: 12

Total de contextos sintáticos com regra categórica: 8

Colocação pré-verbal categórica: 4 contextos

Colocação pós-verbal categórica: 4 contextos

Total de contextos sintáticos com regra variável: 4

Preferência pela colocação pré-verbal: 3 contextos

Preferência pela colocação pós-verbal: 1 contexto

Por estes resultados inferimos que a gramática quinhentista apresenta, na maior parte dos casos, a colocação proclítica, a restrição se manifestando apenas em alguns contextos, entre eles, o mais notório, o que apresenta a próclise quando o verbo estiver em posição inicial absoluta. Esses poucos exemplos de autores do século XVI, nos autoriza a refutar, portanto, a linha de raciocínio de Paulino de Brito, uma vez que o brasileiro deveria levar vantagem em imitar os quinhentistas, e não sentir dificuldade. Ou seja, conservadora seria a variedade brasileira, ao passo que a lusitana seria variedade dinâmica, ou inovadora.

A preferência pela posição da colocação pronominal, proclítica ou enclítica, em determinada época da história, é refutada por Cândido de Figueiredo. Para o autor, o importante é avaliar todo o período em que existe a língua portuguesa.

O que se advoga é a prática corrente de todos os séculos da língua até hoje, excluindo-se até as formas quinhentistas que se antiquaram. Portanto, ao defenderem-se regras contra as corruptelas brasílicas, não se invocam autoridades deste ou daquele século: invoca-se toda a história da língua portuguesa (FIGUEIREDO, 1937, p.90).

Nesse comentário acima, Cândido de Figueiredo provavelmente se refere ao fato de que o português europeu desenvolveu a colocação enclítica como a colocação "normal" a partir da fase pós-clássica. Dessa maneira, entendemos que não estava entre as preocupações do autor o tratamento diacrônico dos fatos da colocação pronominal, bem como a determinação de quais períodos da história do português elas teriam ocorrido. Paulino de Brito, todavia, entende que a mudança da fase proclítica para a fase enclítica deve-se ao desejo, por parte de Portugal, de distanciar-se da língua de sua vizinha ibérica: a Espanha⁵⁸:

Expressões como parece-me, disseram-me, são uma dessemelhança do castelhano, e por isso os portugueses a adotaram, e, como no Brasil não existe esse espírito, também lá o fato não se reproduziu (BRITO, 1906, p.32).

⁵⁸ Duas décadas depois dessa declaração, Joaquim Ribeiro, filho do filólogo João Ribeiro, citado nesta dissertação, afirma em seu livro *A Geografia Linguística (?)* exatamente o oposto do que prega Paulino de Brito. Para ele, a íntima ligação das capitânicas do sul, a partir de São Vicente, com as colônias espanholas na bacia da platina, trouxe o *erro pronominal* tão característico de nosso falar cotidiano (o grifo é nosso).

A linguística nos mostra que os falantes não escolhem deliberadamente usar a língua por motivos como o apontado por Paulino de Brito, ou seja, por questões ideológicas de um povo. As razões decorrentes de contextos linguísticos, tais como contato linguístico e os fatores culturais são responsáveis por promover mudanças.

Cândido de Figueiredo acredita que, pronominalmente, até a época em que escreveu, o português pouco tinha mudado, além de não acreditar na influência espanhola sobre o advento do uso da próclise:

Mas não fantasiemos. Nem as rivalidades internacionais influíram algures na construção da linguagem, nem a língua castelhana produziu nunca repulsões sistemáticas, nem a tal próclise, em Portugal, é posterior à dominação espanhola. A tal respeito, e antes dessa dominação, os Portugueses do século XIV, XV e XVI falavam como os portugueses dos séculos XIX e XX (FIGUEIREDO, 1909, p.88).

Não obstante Cândido de Figueiredo tenha razão ao afirmar que a próclise é anterior à dominação espanhola (1582-1640), Cardeira (2021) nos mostra que há algumas diferenças entre os séculos XIV, XV e XVI e os séculos XIX e XX, diferentemente do que pensa Cândido de Figueiredo, como vimos acima. Vejamos a tabela:

QUADRO 4. DADOS DE ESPERANÇA CARDEIRA.

Século XIII	Ênclise como estratégia preferencial.
Século XIV	Variação entre ênclise e próclise e possibilidade de interpolação.
Século XV	Generalização da próclise nos contextos em que era possível a variação, tornando a ênclise e a interpolação residuais.
Século XVI	Próclise torna-se quase exclusiva.
Século XVII	Generalização da ênclise e da adjacência ao verbo.

Fonte: Gramática Histórica do Português Europeu (2020).

Como é possível verificar, há uma alteração sensível, no decorrer dos séculos, no modo como o pronome clítico é usado. Na próxima seção, analisaremos questões como a entonação e sua influência na colocação pronominal, bem como a herança indígena e africana na língua portuguesa do Brasil e como isso pode ter alterado a forma de colocar os pronomes.

2.5.1 Outras Influências

Dentre as justificativas para o uso, ou não, de determinadas formas pronominais estão a influência africana, indígena, além da questão da entonação. Abordaremos todos esses aspectos no decorrer desta seção. Afinal, como diz Meillet:

Ainsi une langue générale est plus ou moins une langue mixte, par la manière dont elle se constitue et par la complexité des éléments qui y entrent (MEILLET, 1925, p.76).

Como vimos neste capítulo, Paulino de Brito supõe que a origem da generalização da próclise tenha-se dado em razão do desejável afastamento por parte de Portugal para com a Espanha. Pelo fato desse sentimento não pertencer ao Brasil, aqui a próclise permaneceu. Cândido de Figueiredo, por sua vez, foi buscar outras razões para a preferência proclítica no Brasil: as influências indígenas e negras.

A respeito das influências indígenas, Cândido de Figueiredo acredita não ter conhecimento sobre a gramática e o vocabulário tupi, embora pense que possa existir alguma influência. Dessa maneira, não ousa afirmar nada além disso (FIGUEIREDO, 1937, p.119).

Sobre as línguas africanas, porém, Cândido de Figueiredo alega que estas são as responsáveis por algumas alterações no vocabulário e na gramática da língua portuguesa no Brasil:

Os milhares ou milhões de negros, que a colonização do Brasil chamou da África para a América, foram aceitando naturalmente o vocabulário português, construindo a frase a seu modo; e os lavradores e colonizadores, certamente em menor número que o dos trabalhadores dos campos e das roças, e curando mais de borracha e café, do que de *invasões gramaticais*, deixaram-se indolentemente imbuir dos modismos, que, a toda a hora, lhes *feriam* os ouvidos (FIGUEIREDO, 1937, p.120) (O grifo é nosso).

Entendemos, pois, que o autor considera a influência africana⁵⁹ como um modismo, além de acreditar que aquilo que, supostamente, foi trazido da África para o Brasil é uma invasão gramatical. Para tanto, o filólogo português apresenta uma linha de raciocínio para chegar à questão pronominal e afirma que, enquanto as línguas arianas⁶⁰ exprimem as noções

⁵⁹ Não obstante tenha esse comportamento, Cândido de Figueiredo também afirma que os negros tiveram honrosa descendência linguística (FIGUEIREDO, 1937, p.122).

⁶⁰ Possivelmente, a análise de Cândido de Figueiredo, ao diferenciar línguas arianas das demais, está baseada na obra de Friederich Von Schlegel, em *Ueber die Sprache und Weisheit der Indier* (1808), em que divide as línguas em dois grupos: as constituídas pelo sânscrito, e as demais línguas.

de gênero, número, tempo e pessoa por sufixos ou desinências, as línguas bantas se servem de prefixos para isso. Além disso, a disposição em uma frase de língua africana é variável, com exceção do uso dos pronomes (FIGUEIREDO, 1937, p.122).

Continuando, o filólogo português afirma que os pronomes pessoais nas línguas angolana e quimbundo⁶¹ têm a mesma forma dos clíticos, ou seja, *eu, me e mim* são representados por *ami*. Dessa maneira, Cândido de Figueiredo conclui o raciocínio:

Ora, como o pronome subjetivo (eu) antecede, em regra, o verbo, e como esse pronome só tem uma forma para o negro, este antepõe naturalmente ao verbo as formas que ouviu aos portugueses: eu, me, mim; e, quando chega a fingir que fala português, já diz: -Mim também gosta di sinhô (FIGUEIREDO, 1937, p.123).

Aqui, podemos verificar que, acima, Cândido de Figueiredo, além de citar a próclise em início de frases, também deixa transparecer o apagamento do *r* final, forma muito utilizada, segundo o próprio autor, nas línguas bantas, especialmente no lundês (FIGUEIREDO, 1937, p.123).

Embora sejamos levados a crer, lendo esse trecho, que Cândido de Figueiredo é intransigente em relação às formas distintas das formas lusitanas, ao fim da explicação, no texto abaixo, somos novamente surpreendidos pelo autor com a sua afirmação de que era agradável aos seus ouvidos a prosódia brasileira, influenciada pelos falares africanos:

Encanta-me esta denguiça⁶² e esta música; e serve-me, às mil maravilhas, para comprovar a influência da linguagem africana em os brasileirismos que o Sr. Brito defende.

Os próprios portugueses, embora menos sujeitos a essa influência, não se esquivam a ela em absoluto, se têm convivência com os negros. (FIGUEIREDO, 1937, p.123).

O ponto acima discutido evidencia, mais uma vez, que há um paradoxo profundo na forma como Cândido de Figueiredo trata as mudanças que as línguas apresentam. Assim, ao mesmo tempo que ele as reconhece e as considera “naturais”, o que o torna um bom linguista descritivista, por outro lado, a sua rigidez normativa desmorona essa virtude, uma vez que, para ele, qualquer mudança no português do Brasil significa erro. Naturalmente, isso se deve ao fato

⁶¹ De acordo com Mendonça (1973, p.8), enquanto as primeiras demonstram um crescimento orgânico por meio da flexão, nas segundas este crescimento se realiza com o acréscimo de afixos (prefixos e sufixos). Para Mendonça, essas línguas são caracterizadas no grupo das línguas aglutinantes (1973, p.9).

⁶² João Ribeiro, em *A Língua Nacional* também justifica que o modo brasileiro de usar próclise no início da frase é docilizado. “É esse um modo de dizer de grande suavidade e doçura, ao passo que o “diga-me” e o “faça-me” são duros e imperativos.” (RIBEIRO, 1979, p.59).

de o autor separar de forma radical a língua falada e a língua escrita, mais especificamente a escrita na pena dos literatos. Vale ressaltar que a hipótese do autor sobre as línguas africanas constitui um tópico inédito à época, e que foi muito trabalhado por linguistas brasileiros e internacionais.

Feitas algumas considerações sobre os comentários dos autores a respeito da influência das línguas africanas sobre a variedade brasileira do português, passemos agora à questão da entoação e sua conexão com o uso dos pronomes na língua portuguesa. Cândido de Figueiredo afirma ser o primeiro filólogo, em 1906, a se debruçar sobre esse tema:

A este respeito, ainda se não disse a última palavra; e, se a má ventura não anular meus planos de trabalho, a colocação dos pronomes é assunto a que dedicarei *novos estudos*, reveladores talvez de alguns fatos do falar português, que não foram sequer aludidos por nenhum dos nossos gramáticos. Os próprios filólogos, que mais se ocuparam das línguas românicas, como Diez, Meyer-Lubeke, Gastão Paris, Schuchardt, Cornu, etc, como geralmente conheciam a nossa língua escrita e não a falada, mal poderiam registrar factos que nós, os que falamos a língua portuguesa, poderemos observar e fixar, deduzindo deles preceitos ou regras, que ainda não estavam consignadas. Um desses factos, que eu ainda não vi **registrados** mas que tenho observado e que me parecem incontestáveis, é que a disposição dos membros de uma frase ou de um período pode variar, consoante a intenção ou a entoação de quem fala (FIGUEIREDO, 1937, p.61).

A partir dessa alegação, o filólogo português começa a desenvolver a teoria de que, a depender do modo como um falante se expressa, a ordem pronominal pode ser alterada. Para testar a tese, Cândido de Figueiredo criou diversas frases com um mesmo padrão: um pronome e um advérbio.

Como conclusão, o autor entende que advérbio não atrai o pronome oblíquo⁶³ quando a intenção e a entoação lhe dão valor independente, não criando relações imediatas e necessárias com o verbo que subordina o pronome. (FIGUEIREDO, 1937, p.65).

A respeito desse tema, Paulino de Brito afirma que a explicação fonética que poderia dar para a questão pronominal é a origem latina da língua portuguesa. Diz ainda o autor que o latim foi perdendo as qualidades musicais pelo predomínio da acentuação sobre a quantidade, assim, a sílaba tônica atingiu excessivo realce em prejuízo dos sons finais, que diminuíram correlativamente de intensidade.

⁶³ Os exemplos dados por Cândido de Figueiredo são: Provou-se que dois e dois são quatro, e daqui se conclui que o Sr. Tiburcio deve ir para a escola; Esta sua nova carta deixa-me às aranhas: de primeira, concluí-se uma coisa, e daqui conclui-se o contrário; Foge à discussão, e com isto se mostra pusilânime; Quis alardear coragem, e deu às de Vila-Diogo, mas com isto, mostrou-se covarde; Ficaram apavorados e instintivamente se esconderam; Ficaram apavorados e, instintivamente, esconderam-se.

Paulino de Brito também observa que o português do Brasil é mais acentuado e articulado que o europeu, de modo que a elocução parece mais clara porque as palavras são proferidas de modo mais vagaroso, com a articulação de todas as sílabas. Para ele, há no Brasil uma “simpatia” maior pelo oxítono do que pelo esdrúxulo. Por “simpatia”, devemos entender que há a “lei do menor esforço” para com as palavras oxítonas, visto que, para quem ouve, as oxítonas se percebem melhor e com menos esforço do que as esdrúxulas (BRITO, 1907, p.22).

A respeito disso, ele afirma ainda que, na linguagem verbal, deve-se evitar a ênclise nas proparoxítonas, para deixar que o acento tônico fique antes da penúltima sílaba. Além disso, o autor acredita que o impulso de procurar a forma eufônica da frase é o que produz, em Portugal, a necessidade de usar mais livremente o pronome, de forma não rígida. O gramático paraense traz ainda o fato de que os pronomes oblíquos têm a particularidade de não ter acentuação própria, subordinando-se a isso, à acentuação da palavra às quais estão ligados. Quando os pronomes estão pospostos à palavra grave, esta se torna esdrúxula (BRITO, 1907, p.23).

Sendo assim, acredita que as anteposições (próclise) não alteram o tipo prosódico dos vocábulos, e as posposições (ênclise) o alteram, em sentido oposto à tendência geral, que é o oxitonismo (BRITO, 1907, p.24). Por esse motivo, a anteposição dos átonos é preferível aos ouvidos dos brasileiros.

Para finalizarmos a seção, cabe-nos comentar que o gramático João Ribeiro é, pelas próprias palavras de Cândido de Figueiredo, um companheiro de armas, Paulino de Brito, por sua vez, sem seu aliado nesta polêmica: o filólogo Manuel Said Ali, o qual participa da polêmica com opiniões sobre a questão fonética no que tange à colocação dos pronomes.

Said Ali afirma que a colocação pronominal, especialmente na variedade brasileira, passa pelos aspectos fonéticos, rítmicos, estéticos e históricos. Said Ali acredita que qualquer vocábulo pode atrair um pronome, desde que usado antes do verbo, destituído de entonação e sem admitir pausa. Para Leite (2013), Said Ali foi fundamental para que a tese da questão fonética fosse levada em conta:

A afirmação de Said Ali sobre o fato da diversidade de as duas variedades linguísticas ter sentido, porque a pronúncia brasileira é diferente da lusitana, foi fundamental para que, aos poucos e ao longo do tempo, os gramáticos fossem assimilando essa lição, modificando a norma gramatical, simplificando-a de início, até chegarem à gramatização da regra relativa à prática linguística dos usuários cultos do Brasil, como o fizeram Cunha e Cintra (1985), quando abriram um subcapítulo, do capítulo 11, para a exposição de regras de colocação de pronomes no Brasil (LEITE, 2013, p.135).

Said Ali também afirma que a entonação de uma pergunta, em frases interrogativas, despreza a partícula atrativa para realçar outros termos da frase. Para o autor, a ideia principal da frase pode ser alterada em razão da entonação:

Do mesmo modo distinguimos “eu lhe digo” de “digo-lhe eu”; num caso, a ideia principal é digo (acentuação principal), no outro é eu (salientamos o sujeito pela acentuação) (ALI, 2008, p.25).

Segundo o autor, na língua portuguesa, a fixidez do principal acento da oração é contrabalanceada pela maior liberdade na colocação das palavras, de modo que a condição essencial de um pronome ser atraído por um termo é constituir uma frase sem pausa:

Por toda a parte observaremos que a preposição e encosto do pronome átono a outro vocábulo valorizará a pronúncia deste. Se for a palavra átona por natureza, adquirirá mais vulto à custa do pronome; se for termo de tonalidade cheia, tornar-se-á mais notório que na pronúncia usual e o processo servirá nas frases em que a algum vocábulo se queira dar maior destaque. Condição imprescindível para que o pronome possa encostar-se a um termo anterior ao verbo é constituir a frase um todo foneticamente unido, que não permita pausa entre o vocábulo a valorizar e o verbo, salvo aquela que naturalmente é determinada pela intromissão de expressões mais ou menos longas (ALI, 2008, p.28).

Podemos concluir, então, que, enquanto Cândido de Figueiredo colocava como condição o uso dos termos pelos clássicos⁶⁴ e pelo povo, Said Ali se preocupava com razões fonéticas, inclusive para termos como “não, nunca, jamais” e “que, qual, cujo” para justificar a próclise.

Para a próxima seção, verificaremos como Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo usam os pronomes em suas obras.

2.6 Quadro de análise

Com o intuito de compararmos e analisarmos o uso pronominal dos dois autores, selecionamos as seguintes obras: *Brasileirismos de pronomes: resposta a Cândido de Figueiredo*, de Paulino Brito (1908) e *O problema da colocação de pronomes*, de Cândido de Figueiredo (1937). Nesse exame, verificamos os casos em que o uso da próclise e da ênclise é facultativo; os casos

⁶⁴ Anos depois, em 1909, Cândido de Figueiredo afirma que “Nos tempos de hoje, a infalibilidade literária é um dogma para rir” (FIGUEIREDO, 1909, p.81).

de frases com sujeito explícito antes do verbo; e verbos anteceditos de advérbios. Não colocamos nessa avaliação os casos de partículas atrativas, tais como pronomes relativos e partículas negativas.

Foram poucos os dados coletados, mas já suficientes para nos revelarem alguns fatos interessantes: um deles é o de que, apesar de já ter-se implantado a ênclise generalizada no português dos séculos XIX/XX, excetuando-se os contextos com atratores de próclise, Cândido de Figueiredo apresenta variação no uso entre próclise e ênclise num contexto relevante, no qual temos um sujeito referencial pré-verbal, lexical ou pronominal, nas sentenças com a ordem SV(X). Esse arranjo de constituintes revelou, na abordagem diacrônica de Torres Morais (1995) que, a partir do século XIX a ênclise superou a próclise em todos os autores por ela pesquisados.

No entanto, com relação aos dados provenientes da obra *O problema da colocação de pronomes*, detectamos um percentual maior de próclise no contexto acima mencionado.

QUADRO 5 – AMOSTRA DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM CONTEXTOS SV(X), COM SUJEITO REFERENCIAL

Próclise	Ênclise
31 (58,49%)	22 (41,51%)

Fonte: Elaboração própria (2020).

Vejamos exemplos extraídos de colocação proclítica em *Problema da Colocação dos Pronomes*:

- 1 *O Sr. Paulino se refere a elas em certa passagem de seus artigos.*
- 2 *O austero professor me vê a caminho de concessões ainda mais notáveis.*
- 3 *O articulista me atribui contradições.*
- 4 *Na última página do livro, o autor nos diz excelentemente.*

A seguir, temos os exemplos de colocação enclítica na mesma obra de Cândido de Figueiredo:

- 5 *Mas o Sr. Brito confere-me a honra de envolver meu nome.*
- 6 *O atilado crítico refere-se aos princípios que ele achou.*
- 7 *Paulino de Brito precipita-se, afirmando que eu procuro completar as regras.*
- 8 *O Sr. João Ribeiro, referindo-se a factos incontestáveis, observara.*

O que parece claro é que, embora Cândido de Figueiredo seja zeloso das regras de colocação dos clíticos para descrever o português europeu moderno, na sua prática escrita ainda conserva usos da tradição clássica, ou seja do português quinhentista. De fato, dentro do português europeu moderno, os exemplos trazidos, do 1º ao 8º, manifestariam o uso enclítico dos pronomes clíticos. (cf. TORRES-MORAIS, RIBEIRO, 2004).

Da mesma forma, Paulino de Brito embora propague um discurso a favor da norma brasileira, na sua prática de escrita isso não se comprova, pois quando escreve suas obras, manifesta um uso enclítico que não mais se efetiva na fala culta brasileira. Ou seja, novamente a dicotomia entre a fala e a escrita. O autor chega, inclusive, a classificar como pretensioso querer que os brasileiros falem e escrevam como os portugueses:

A questão não é saber por que nós falamos assim, e sim o porquê eles não falam como nós. Exigir que no Brasil se fale e escreva corretamente é muito justo, mas que só se fale e escreva como em Portugal não deixa de parecer pretensioso (BRITO, 1907, p.37).

É exatamente o oposto do que vemos que é praticado por Paulino de Brito. Além disso, o gramático afirma que as mudanças da língua, dentre estas os brasileirismos, estão relacionadas ao meio:

[...] o português, não sendo uma língua morta, caso em que as línguas se imobilizam, se há de alterar no tempo e no espaço, queiram ou não queiram, e no Brasil essa alteração se fará de acordo com as condições do meio em que vivemos (BRITO, 1907, p.13).

Basicamente, entendemos que o autor apresenta uma ideia da mudança da língua de acordo com o meio. Essa tese não é compactuada por Cândido de Figueiredo, embora admita a variação linguística:

[...] O que eu não percebo bem é a alegação de que, sendo o português uma língua viva e, portanto, alterável, a alteração se há de fazer no Brasil, de acordo com as condições do meio. Que uma língua se altere, ortoépica e morfologicamente, em contato com outras línguas e segundo as modalidades fisiológicas dos povos que a falam, e ainda sob a influência dos progressos e necessidades de vária espécie, não haverá dúvida, mas que a língua se altere segundo as condições do meio, não sei como (FIGUEIREDO, 1937, p.86).

Lembramos que Santos (2012) faz uma crítica à visão de mudança defendida por Paulino de Brito, por desconsiderar os grupos menos escolarizados:

A defesa dos brasileirismos, conforme empreendida por Paulino de Brito, não contradiz o discurso normativo ajustado pelos gramáticos, pois, apesar de

redefinir os limites entre o culto e o não culto, alargando o espaço da variedade culta brasileira, não prevê a legitimação dos usos linguísticos dos grupos sociais não escolarizados (SANTOS, 2012, p.12).

Cândido de Figueiredo, por sua vez, reconhece que há grupos incultos e talvez não escolarizados. Quando aborda o uso de próclise no início de frases, tais como “me parece”, “me deixa”, “me larga”, o autor afirma:

Eu conheço todas as províncias portuguesas, de vista, de outiva e de trato; e, todavia, posso assegurar-lhe, com o coração nas mãos, que nunca jamais aos meus mortais ouvidos chegaram tais expressões, saindo de bocas portuguesas (...) Uma de duas: ou algum trocista de mau gosto quis lisonjear o sr. Brito, falando-lhe à moda do Pará, ou o seu criado da hospedaria era paraense (FIGUEIREDO, 1909, p.105).

Dessa maneira, podemos perceber que, ao contrário de Paulino de Brito, Cândido de Figueiredo entende que há outras pessoas, incultos e não portugueses, que usam o pronome da maneira diferente daquela por ele prescrita. Embora mencione os segmentos incultos, ele não os aceita, e faz até uma afirmação irônica.

Vejamos na próxima seção o encerramento e o julgamento deste debate pronominal pelo Professor Silva Ramos.

2.6.1 A análise do Professor Silva Ramos

José Júlio da Silva Ramos nasceu na cidade do Recife, PE, a 6 de março de 1853. Foi filólogo e poeta, faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 16 de dezembro de 1930. Estudou em Coimbra, onde, em 1877 concluiu o curso de Direito. Conviveu com parte dos escritores que já foram citados neste trabalho, tais como João de Deus e Guerra Junqueiro.

Na então capital brasileira, lecionou em vários colégios, incluindo o tradicional Pedro II, além de ter feito parte do grupo que fundou a Academia Brasileira de Letras.

Para Silva Ramos, os pronomes átonos em Portugal são sempre enclíticos, haja vista a perda das vogais nos pronomes, em “me, te, se”. Deste modo, este é um dos motivos principais do brasileiro começar, na fala, naturalmente, uma frase com pronomes átonos.

Cândido de Figueiredo, ao resumir o posicionamento do Professor Silva Ramos, foi sucinto em sua explicação para justificar a divergência:

[...] Pouca gente calculará o meu sincero desejo de estar sempre de acordo com os que muito valem, como Dr. Silva Ramos, pela sua inteligência, pelo seu saber e pelas suas altas qualidades morais. Desta feita, porém, o meu acordo é impossível (FIGUEIREDO, 1937, p.320).

Cândido de Figueiredo desacredita da tese de Silva Ramos, e exemplifica que em casos como “Se Deus quiser”, a frase começa com uma conjunção *se*. Para o autor, assim como nos pronomes (*me, te, se*) o *e* é surdo, isso também ocorre na conjunção *se*. Sendo assim, se os portugueses nunca tivessem iniciado uma frase por um pronome átono pelo motivo expresso, jamais usariam a conjunção com o *e* surdo⁶⁵.

Outro ponto observado por Silva Ramos é o fato de, no Brasil, até então ninguém se preocupar em ensinar a usar enclíticas. “Nunca, em Portugal, ocorreu a um mestre da língua ensinar aos seus discípulos como se colocam as enclíticas” (Figueiredo, 1937, p.399). Sabemos que isso não é verdade, visto que Jerônimo Contador de Argote, no século XVIII, ensinou sobre o uso da ênclise em língua portuguesa, como vemos abaixo:

M. E quaes são as particulas, ou dicçoens Encliticas na lingua Portugueza?
D. São estas *Me, Te, Se, Lhe, Nós, Vós, Lhes*, e a meu ver tambem os relativos *O, OS, A, As*.
M. E quaes são as regras dos Encliticos?
D. São estas. Todas as vezes que estas particulas ou pronomes *Me, Te, Se, Lhe, Nós, Vós, Lhes*, se poem logo depois do Verbo, se fazem Encliticas. Isto he mudaõ o seu tom. (ARGOTE, 1725, p.287).

Leite (2009) explica que, para ele, a ênclise é um fenômeno da língua portuguesa que não está dentro das regras clássicas da gramática latina:

O conceito de figura é bem estendido por Argote. Pelo que se percebe, a figura para ele é usada para justificar e considerar aceitáveis todos os fenômenos da língua portuguesa que não encontram explicação pelas regras clássicas da gramática latina. Por isso, aí ficam incluídas as “figuras de dicção”, os idiotismos e a ênclise (LEITE, 2009, p.398).

Para Cândido de Figueiredo, a aprendizagem pronominal estaria vinculada à natureza da língua: “Porque esse emprego é da essência da língua, aprendeu-o ele com as primeiras palavras que ensinaram” (FIGUEIREDO, 1937, p.398).

⁶⁵ Embora os linguistas históricos ainda não tenham consenso em relação às causas da ênclise categórica no português europeu, exceção feita apenas aos contextos com atratores de próclise, eles são unânimes em reconhecer que o enfraquecimento das vogais átonas afeta de forma decisiva mudanças observadas na gramática lusitana. Paul Teyssier, por exemplo, em *História da Língua Portuguesa* (1980), afirma que, por volta de 1800, já havia ocorrido uma modificação importante no que se refere ao desaparecimento das vogais no português falado de Portugal. O Brasil, por sua vez, não manifesta este fenômeno.

Silva Ramos ainda fala da diversa forma de se falar o Português por todo o Brasil, o que Cândido de Figueiredo confirma e ainda cita os diferentes aspectos do falar português entre Portugal⁶⁶.

Por fim, é possível verificar pela conclusão dessa carta do autor português a Silva Ramos, que há a ciência, pelo menos por parte de Cândido de Figueiredo, que a mudança da língua aqui no Brasil está em curso, de forma inexorável:

Bem avisados andarão (gramáticos brasileiros) os que exponham regras análogas sobre a mesma colocação de pronomes no dialecto brasileiro, se o Brasil chegar a constitui-lo, como é seu direito (FIGUEIREDO, 1909, p.403).

Neste trecho acima, pode-se observar a ideia que Cândido de Figueiredo tem a respeito da língua portuguesa no Brasil. Para o autor, é direito do Brasil constituir uma língua própria, contrariando assim, àqueles que tem o filólogo português como um intransigente⁶⁷.

Para encerrar este capítulo, veremos na próxima seção o juízo final sobre este debate, bem como suas consequências.

2.7 O juízo sobre o debate

Durante a polêmica entre Cândido de Figueiredo e Paulino de Brito, alguns linguistas decidiram defender e apoiar as ideias do autor lusitano; outros optaram pelo gramático paraense. Ao fim desse debate, ao lado de Cândido de Figueiredo há João Ribeiro; ao lado de Paulino de Brito há Said Ali. Para fazer o julgamento dessa contenda – trazemos a voz de José Veríssimo e Gonçalves Viana. Começaremos apresentando o último.

Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914) é um filólogo, lexicógrafo, linguista e foneticista, que é responsável pela descrição do sistema fonético português, em 1883, o que o torna, até os dias de hoje, a maior referência em fonética em Portugal. Participa, junto de Cândido de Figueiredo, da Comissão da Reforma Ortográfica de 1911.

⁶⁶ Faraco, em “Oralidade: um processo vivo”, afirma que o estudo da dialetologia, ou geografia linguística, começa a ser estudada no século XIX, a fim de identificar as mudanças ocorridas em um determinado espaço geográfico. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=hioTkSqFg3E>> Acesso em: 05 abr.2021.

⁶⁷ Faraco é um dos eminentes pesquisadores que colocam Cândido de Figueiredo como intransigente: “O mais furioso destes consultórios foi assinado pelo irascível, mas muito operoso filólogo português Cândido de Figueiredo e foi publicado não só na imprensa de Lisboa, como também na do Rio de Janeiro. Cândido de Figueiredo fez escola: além de asserções dogmáticas e categóricas, inaugurou o discurso ofensivo e debochado sobre fatos da língua, que teve e, infelizmente, continua tendo seguidores no Brasil.” (FARACO, 2007, p.205).

Gonçalves Viana publicou em 11 de abril de 1909, no Diário de Notícias, de Lisboa, seu parecer sobre a disputa. A seu ver, Cândido de Figueiredo preparou-se convenientemente, e não há nada em seu trabalho que se possa enjeitar (FIGUEIREDO,1937, p.18).

Essa obra de Cândido de Figueiredo, para Gonçalves Viana, deve ser lida, meditada e recomendada. Do mesmo modo, para ele, esta questão em Portugal seria fútil, tendo em vista que, do mais primoroso escritor, ao mais boçal analfabeto, ninguém teria dúvida ao usar pronomes em enunciativas, no início da frase ou após as relativas (FIGUEIREDO,1937, p.21).

Gonçalves Viana reverencia a tese proposta pelo filólogo português de que o motivo do português no Brasil ter mudado após receber, em 1500, o mesmo português de Portugal, tem explicação na vinda de escravos africanos. Sugere ainda um estudo profundo sobre este tema.

Por fim, Paulino de Brito é, para Gonçalves Viana, alheio a questões filológicas e gramaticais. Gonçalves Viana afirmou isso pelo fato de Paulino de Brito ter prescrito que as línguas novilatinas manifestam tendência para evitar dicções mais que esdrúxulas. Para Paulino de Brito, frases como *dávam-no-lo* e *confiávamo-vo-lo* são condenáveis.

Gonçalves Viana, então, apresenta tal forma na língua italiana (*fabricanovesene*), para justificar, assim, que a alegação de Paulino de Brito trata-se de pura ilusão, sofisma e paradoxo.

O próximo estudioso a dar seu parecer sobre o debate é José Veríssimo, apresentamo-lo a seguir. José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) é escritor, filólogo, historiador e professor de língua portuguesa. É fundador da Academia Brasileira de Letras, da *Revista Amazônica* (1883-84) e do Colégio Americano. Além das letras, dedica-se a temas como antropologia, sociologia e história, e tem como uma de suas grandes obras- *Cenas da vida amazônica* (1886) e *A Amazônia* (1892).

O autor publicou em 30 de dezembro de 1907, no Jornal do Commercio, a sua versão sobre o debate. Para José Veríssimo, Paulino de Brito, sendo poeta, escritor, professor e gramático, errava pronomes e desconhecia suas funções até 1891.

Paulino de Brito não triunfo nessa disputa, em que tentou ter mais brilho do que convicção e segurança, segundo José Veríssimo. Para justificar as incorreções cometidas pelos brasileiros, segundo Veríssimo, Paulino forneceu elementos mais seguros para sua própria condenação.

Para José Veríssimo, autores de todas as boas gramáticas e escritores brasileiros concordam em condenar as formas brasileiras que Paulino de Brito defende. Mesmo com a participação de Said Ali, não há motivo para ceder sem relutância às imposições da pronúncia brasileira, de acordo com José Verissimo.

Por fim, José Verissimo conclui como vitorioso Cândido de Figueiredo:

Portanto concluo que, com algumas restrições, quem tem razão é Cândido de Figueiredo, ou antes, os gramáticos brasileiros que o precederam: a nossa colocação de pronomes, embora foneticamente explicável, é viciosa, e melhor é perseverarmos na reação, mediante a qual os vamos desde vinte anos colocando melhor (FIGUEIREDO, 1909, p.320).

Assim sendo, tem-se a opinião de dois especialistas no assunto, um português, outro brasileiro, que decretaram a vitória de Cândido de Figueiredo. Após esse debate, o filólogo português é agraciado com uma vaga no Grêmio Literário do Pará. Coincidência ou ironia, o vencedor é vangloriado no berço do derrotado.

A partir dos anos 50 do século XX, autores como Gladstone Chaves de Mello e Herbert Parentes Fortes começam a contar a história deste debate, talvez em razão do nacionalismo, considerando que Cândido de Figueiredo tinha sido humilhado nessa polêmica pronominal. Para tais autores, Cândido de Figueiredo tentou impor a regra lusitana e acabou tendo de se redimir e aceitar o modo pronominal consagrado pelos brasileiros.

O que tentamos mostrar neste capítulo é o fato de que Cândido de Figueiredo, nesse debate, teve uma postura normativa e rígida quanto à colocação pronominal, a qual deveria ser a norma por parte dos escritores e homens cultos do cenário intelectual brasileiro. No entanto, ele não impôs esses usos cultos na boca do povo, como pudemos deixar aqui registrado. Vale ainda lembrar a sua postura inovadora ao verificar a influência africana sobre o português do Brasil.

Ademais, mostramos que Paulino de Brito, embora acertando quanto à sua busca de liberdade na colocação pronominal, cometeu falhas na sua competência observacional e descritiva. Um exemplo disso foi a sua pouca acuidade em reconhecer, no sistema de regras lusitanas, a que mostra a sensibilidade enclítica às formas verbais, diferenciando as formas simples das complexas.

Paulino de Brito ainda assume que a discussão pronominal não é capaz de enriquecer a literatura gramatical:

Tranquilizemo-nos, porém. Não há probabilidade alguma de chegar o conceituado escritor a enriquecer a nossa literatura gramatical com esse poderoso invitatório à monomia e ao suicídio (BRITO, 1906, p.6).

Passados 110 anos dessa polêmica, o que vemos, atualmente, é que a norma pronominal imposta por Cândido de Figueiredo continua sendo utilizada nas gramáticas tradicionais, como a de Napoleão Mendes de Almeida e a de Carlos Nougé. Em contrapartida, também temos inúmeras publicações, entre elas, Castilho (2010), Moura Neves (2018), ambas registrando de

forma primorosa os aspectos gramaticais das variedades cultas do português brasileiro, escrito e falado.

Capítulo 3. O DEBATE ABRANGENTE

O presente capítulo tratará da polêmica travada entre Cândido de Figueiredo e Heráclito Graça, e busca esclarecer os motivos que levaram à discussão das ideias linguísticas que ambos sustentam no campo específico dos conceitos normativos, os quais condicionariam os usos gramaticais vigentes em Portugal e no Brasil. Podemos dizer que este embate é abrangente, como diz o título do capítulo, pelo fato de que, enquanto Cândido de Figueiredo e Paulino de Brito se detiveram em um aspecto sintático referente à colocação dos pronomes clíticos na estrutura frasal, a polêmica envolvendo Heráclito Graça engloba sintaxe, morfologia e fonologia.

O capítulo está dividido em seções. Na primeira seção, procuramos expor a forma como a língua portuguesa no Brasil do início do século XX estava sendo debatida, analisada e classificada. Para isso, mostraremos quais questões circundavam os debates normativos, quais ideias existiam nesse âmbito, e quem as defendia. Portanto, importou considerar como era tratado o conceito de norma linguística praticado entre a metade do século XIX e o início do século XX.

A subseção 3.1.1 traz alguns aspectos do perfil do antagonista de Cândido de Figueiredo, o filólogo cearense Heráclito Graça, seguidos da discussão, na seção 3.1.2. dos motivos que o levaram, ao estudar as primeiras obras gramaticais de Cândido de Figueiredo, a tomá-las como base para formular argumentos contra as ideias do autor.

Na subseção 3.1.3 apresentaremos o primeiro dos três pontos de divergência, os *Fatos da Linguagem*, exposto por Heráclito Graça, sua definição e representação, antes e até depois da obra homônima ser publicada. As duas subseções seguintes apresentam, respectivamente, o segundo e o terceiro ponto de análise de Heráclito Graça. O segundo são as “autoridades literárias”, isto é, o que entendiam e o que havia de divergência entre os antagonistas sobre esse assunto. O terceiro ponto é a “autoridade dos mestres”, ponto polêmico e contraditório, que permeia a questão das autoridades dos mestres usados para a defesa de cada análise de âmbito normativo.

Na segunda seção, veremos os períodos históricos da língua portuguesa, relacionando-os com os autores citados por Heráclito Graça. Cada período é dividido baseado na periodização feita pelo Professor Lindley Cintra, na sua obra *Sobre "Formas de tratamento" na língua portuguesa*, 1986.

Na subseção 3.2.1, trataremos especificamente do período conhecido como português moderno, para depois entrarmos, na seção 3.2.2, nos períodos clássico, antigo e médio. As duas seções que encerram este capítulo tratam, respectivamente, das mudanças veiculadas pela norma culta e o juízo crítico de alguns ilustres nomes da língua portuguesa a respeito desta polêmica normativa.

3.1 O cenário brasileiro

A polêmica normativa envolvida entre Cândido de Figueiredo e Heráclito Graça é reflexo de um Brasil do final do século XIX e início do século XX, que não encontra, ainda, o modo correto de posicionar sua língua, se como brasileira e independente, ou como portuguesa, nos moldes dos escritores e mestres lusitanos.

Desta forma, o Brasil, linguisticamente falando, segundo PINTO (1978, p.220) está dividido entre legitimistas e separatistas. Entre o pensamento legitimista, de se apoiar na tradição lusitana, e o separatista, que buscava a independência linguística, Heráclito Graça, como será explanado no decorrer do capítulo, faz parte da ala legitimista. Pinto (1978, 30) explica e define esta última posição:

[...] O pensamento legitimista, se se apoiava basicamente no mesmo princípio já enunciado por Lisboa, de ser o português veículo mais eficaz e mais prestigiado de comunicação entre civilizados, não abria mão do pressuposto de ser o Brasil reduto da vernaculidade, o que se comprovava com a afirmação dos próprios portugueses nesse sentido, e, diacronicamente, com a já referida filiação direta da língua do Brasil à do Quinhentismo (PINTO,1978, p.30).

A explicação de Pinto a respeito da língua ser considerada um veículo de prestígio para a comunicação entre civilizados nos remete à definição histórica que Leite (2006, p.19) nos dá sobre a questão normativa, vejamos:

[...] Historicamente, o homem sentiu necessidade de escolher, dentro do contexto de determinada língua, um uso que representasse o melhor modo de falar e escrever. A partir dessa eleição, e com o intuito de “normalizar” a língua, de estabelecer regras rígidas a que todos tivessem a obrigação de

seguir, descreveu-se um dos usos, tomado como o melhor, puro e belo (LEITE, 2006, p.19).

O padrão do melhor, puro e belo, como dito acima por Leite (2006), muitas vezes foi considerado o modelo do português quinhentista. Heráclito Graça, como será mostrado neste capítulo, para justificar suas análises, recorre muitas vezes a escritores do quinhentismo. Outro ponto que será abordado no decorrer do capítulo é a admiração de Portugal para com o Brasil, que foi considerado, como nos diz Pinto, reduto de vernaculidade.

Essa questão é claramente visível quando, em *Problemas da Linguagem* (1910), Candido afirma que “Eu não conheço país em que a parte letrada da população mais se preocupe com a gramática do que o Brasil”

A questão da norma culta brasileira, para Silvio Elia, é um fenômeno atrelado à urbanização:

[...] Quanto à norma culta, é um fenômeno de urbanização. Nos séculos XVI e XVII fundaram-se e cresceram as principais cidades litorâneas; Olinda, Recife, Salvador, Rio de Janeiro. Mas nas três primeiras, o que tivemos propriamente foi o transplante da norma culta portuguesa (Bento Teixeira, Botelho de Oliveira, Vieira). Só nas alterosas, onde realmente brotou e vingou o sentimento de contestação da metrópole, foi que o português culto do Brasil começou a expandir-se com autonomia. Mesmo após o declínio de produção das minas, o Rio de Janeiro, que se beneficiaria com a extração e comércio do ouro, entrou numa fase de ascensão, que culminou com a transmigração da família real, quando se tornou a capital do próprio reino. Foi, portanto, na cidade do Rio de Janeiro, sede também do Brasil independente, que se constitui em seus fundamentos, a norma culta brasileira (ELIA, 1979, p.159).

Este Rio de Janeiro citado por Silvio Elia é a matriz do debate abordado neste capítulo. Tanto Cândido de Figueiredo quanto Heráclito Graça escrevem em periódicos da então capital federal, *Jornal do Comércio* e *Correio da Manhã*, respectivamente.

A população brasileira, em 1900, contava com 17 milhões de habitantes. Destes, cerca de 12 milhões, ou seja, 70%, de acordo com Faraco (2020) eram analfabetos. Sendo assim, é fácil concluir que este debate faz parte de uma pequena, mas muito atuante, elite intelectual do país. Quando dizemos atuante, trata-se do poder que menos da metade da população tem para decidir os caminhos da língua nacional por meio das leis, da política e da imprensa.

Faraco (2008, p.40) explana a respeito dessa elite intelectual controlar a norma:

[...] O caso brasileiro é particularmente exemplar nesse sentido, em especial porque o padrão foi construído, na origem, de forma excessivamente artificial. A codificação que se fez aqui, na segunda metade do século XIX, não tomou

a norma culta brasileira de então como referência. Bem ao contrário: a elite brasileira conservadora se empenhou em fixar como nosso padrão um certo modelo lusitano de escrita, praticado por alguns escritores portugueses do romantismo (FARACO, 2008, p.40).

Assim como Faraco, lembramo-nos também de Hjelmslev, quando diz “la norme n’est en réalité qu’une construction artificielle” Hjelmslev (1943).

Essa codificação, que começa na metade do século XIX, permanece até o início do século XX mantendo esse padrão lusitano de escrita.

Vale ressaltar ainda que o período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX encontrou em Houaiss (1988, 26) uma avaliação no sentido de considerá-lo como a época em que se buscou conter as variações da língua portuguesa.

[...] Um traço equívoco da política linguística adotada no Brasil e em Portugal durante um grande lapso de tempo (1820 a 1920) foi um ensino da língua que postulava uma modalidade única do Português- com uma gramática única e uma “luta” acirrada contra as variações até de pronúncia (...) Desesperados de não poderem impor os seus padrões languageiros – que reputam necessariamente “os melhores”, pois são os “seus” – há portugueses e brasileiros que de há muito têm sua “guerra santa” mais ou menos privativa (HOUAISS,1988, p.26).

E é exatamente uma parte desta “guerra santa”, dita por Houaiss, que trataremos neste capítulo. E, interessante notar também que, por mais que tenha dito isto com três séculos de antecedência, Barros (1540,1) aponta uma noção de norma que, como dito acima, é definida e mantida para poucos, inclusive no início do século XX, período deste capítulo, a partir a noção grega de Gramática como a ciência das letras, ou melhor dizendo, como o modo certo de falar e escrever, colhido do uso e autoridade dos “barões doutos”.

Esse padrão é mantido, pelo menos, até o início do modernismo, assunto do qual não nos ocuparemos aqui. Cabe, no entanto, deixar uma reflexão de Marli Quadros Leite (2006, 27) sobre isso:

[...] Somente a partir de 1922, tal situação começou a ser transformada. A metalinguagem reacionária à mudança, o purismo, elaborada nessa época no Brasil e, pode-se dizer, até as vésperas do Modernismo, tem as mesmas características daquela iniciada no século XVIII (LEITE, 2006, p.27).

Especificamente, como veremos adiante, o embate entre Cândido de Figueiredo e Heráclito Graça inicia-se em 1903 e será encerrado em 1909, com a resposta final de Cândido de Figueiredo. Trataremos adiante sobre os motivos que levaram Heráclito Graça a iniciar a polêmica com Candido de Figueiredo.

3.2 Quem é Heráclito

Heráclito de Alencastro Pereira da Graça atuou ao longo de sua vida como advogado, político, escritor, magistrado, jornalista e filólogo. Era conhecido como um ilustre advogado e político do Império. No campo das Letras, tem uma participação no *Correio da Manhã*, periódico carioca, na coluna denominada *Notações Filológicas* e, essa participação, segundo ele próprio, chegava em um período no qual estava alienado da militância política, portanto, apto a se dedicar a outros deveres, em particular, aos seus estudos. Naturalmente, dentre esses estudos, está a sua ideia de pertencimento à comunidade linguística, conceito desenvolvido por Bell (1976) nos seguintes termos:

[...] Sem muito rigor, poder-se-à dizer que uma comunidade linguística pode agora ser vista como um grupo de indivíduos que participam de uma língua comum, a qualidade de membros dos quais possa ser descoberta por alguma medição objetiva de similaridade de forma linguística, mas como um grupo de indivíduos que se crêem pertencentes a tal comunidade (BELL, 1976, p.217).

Toma notoriedade relativamente idoso, aos 66 anos. Sobre isso, Evanildo Bechara, no prefácio da nova edição de *Fatos da Linguagem*, esclarece o caso, como veremos a seguir:

[...] Nosso filólogo chegou, em texto escrito, ao arraial dos estudos da linguagem quase como um anônimo e já numa idade madura. É bem verdade que os amigos mais chegados o sabiam versado nos clássicos e na literatura dos escritores modelares; mas para a maioria dos leitores da coluna "Notações Filológicas" e, impressas dos "Fatos da Linguagem", era um desconhecido (GRAÇA, 2000, p.7).

Portanto, não obstante a sua vasta cultura, Heráclito não possuía admiração ou renome, por assim dizer, na área da língua portuguesa.

Nos mesmos termos, Cândido de Figueiredo, ao receber de um amigo carioca, não identificado, as primeiras edições do *Correio da Manhã*, emite uma nota sobre a personalidade de Heráclito Graça.

[...] O autor é advogado conceituado e foi deputado no tempo do Império. Não sabia eu que ele se ocupasse de vernaculismo; como, porém, é filho do Maranhão, a terra de Sotero, Odorico Mendes, Lisboa e Gonçalves Dias, e talvez com eles convivesse, não admira esta predileção. Como verás, é cortês e polido na discussão (FIGUEIREDO, 1954, p.52).

Antonio Sales⁶⁸, seu conterrâneo, e que vive por alguns anos com ele no Rio de Janeiro, nos explica:

[...] Seu gabinete era forrado por estantes fechadas, onde se alinhavam as obras mais notáveis dos clássicos portugueses, e ainda as havia na saleta da entrada. Possuía uma memória surpreendente. A qualquer consulta que se lhe fazia, respondia de pronto, e logo, sem hesitação, abria uma estante, tirava um livro e mostrava as páginas em que se continham as passagens abonadoras de sua opinião.

E, era essa a segunda biblioteca de clássicos que formara: a primeira, mais vasta e mais preciosa, fora completamente devorada por um incêndio ocorrido anos antes em sua residência, desastre de que não se consolou jamais (GRAÇA, 2012, p.18).

Como poderemos ver ao longo do capítulo, o detalhe dos clássicos é um ponto importante, pois Heráclito Graça conhece muitos autores quinhentistas e seiscentistas.

Em seguida, na próxima seção, veremos quais motivos levaram Heráclito Graça a polemizar com Cândido de Figueiredo.

3.2.1 Os motivos que suscitaram a polêmica

Para adentrarmos neste campo, devemos ter em mente que Heráclito Graça, assim como dito por seu grande amigo Antonio Sales, é um ávido leitor e estudioso da língua portuguesa, principalmente tratando-se de escritores clássicos.

Como será mostrado na próxima seção, Heráclito Graça tinha profundo conhecimento sobre autores portugueses quinhentistas e seiscentistas. Para Evanildo Bechara, não se restringia somente a isso, vejamos:

[...] Heráclito Graça frequentava a literatura portuguesa e brasileira de todas as épocas; da primeira lhe eram familiares os textos arcaicos, o que lhe valeu conhecimentos para juntar subsídios ao *Elucidario*, de Viterbo, a primeira ordenada tentativa de um dicionário do português medieval (GRAÇA, 2012, p.18).

No entanto, a polêmica narrada neste capítulo é restrita praticamente à literatura portuguesa, pois Heráclito Graça apresenta ínfimos casos de autores brasileiros para confrontar Cândido de Figueiredo. Numa carta do autor ao amigo Gil Vidal temos uma informação de que

⁶⁸ Antonio Sales foi poeta, dramaturgo, jornalista. Além disso, ajudou a fundar a Academia Brasileira de Letras, assim como relata em suas memórias “Retratos e Lembranças”, de 1938: “E foi naquela feia e pobre travessa da Rua do Ouvidor que veio ao mundo a Academia Brasileira de Letras. Foi Lucio Mendonça seu verdadeiro criador e pai (...). Devo alertar que ela não foi muito bem recebida com alvoroço, pelo menos por parte de alguns habitantes da roda ilustre (...). Lembro-me de José Veríssimo, pelo menos, não lhe fez bom acolhimento. Machado de Assis, também, fez algumas objeções. Mas Nabuco e Taunay e outros concordaram (...). Restava discutir-se o primeiro grupo de imortais (...).”

estava tentando de forma simples, e sem muitas pretensões, avaliar a doutrina de Cândido de Figueiredo. Segue abaixo um trecho do documento:

Meu Caro Gil Vidal,
Rendendo-me à sua intimação reiterada, envio-lhe as primeiras tiras do trabalho, já concluído, a que por simples estudos e para meu exclusivo ensinamento me entreguei, confutando por ordem alfabética algumas opiniões e sentenças do Sr Candido de Figueiredo derramadas na primeira série dos artigos filológicos que publicou no Jornal do Commercio desta capital sob a epigrafe de “O que se não deve dizer”, e nos três volumes de “Lições Práticas” (...)
(...) Procurei ler e efetivamente li, admirando a profusão, brevidade e leveza dos capítulos (GRAÇA, 2012, p.80).

Nota-se aqui a admiração que Heráclito Graça nutre por Candido de Figueiredo. Como dito no segundo capítulo desta dissertação, esta polêmica travada entre Heráclito Graça e Candido de Figueiredo diverge em demasia da polêmica entre Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo, pois, enquanto aquela é recheada de ironias, ofensas e acusações, esta tem como base o respeito, a admiração e o cuidado com o trato entre os adversários. Podemos notar até um certo tom submisso, se assim podemos dizer. Vejamos a seguir o trecho para a análise:

Assim, muito me edifica dizendo e supondo que V. que da publicação de meus pobres reparos a alguns pontos filológicos e vernáculos do Sr. Cândido de Figueiredo a quem em muitas aperturas procura o fio do labirinto da ciência da linguagem portuguesa. Em todas as línguas, na sua constante evolução, há de haver dúvidas e incertezas (GRAÇA, 2012, p.303).

Neste último trecho parece haver uma tendência do autor para acreditar em um sistema de língua que evolui, assim como acreditava, por exemplo, Schleicher.⁶⁹ De toda forma, não nos aprofundaremos nesse tema. Ainda nessa carta, Heráclito Graça remete as falhas de Cândido de Figueiredo às possíveis distrações, ou à falta de tempo. Prova maior de admiração, como notamos a seguir:

(...) Até um filólogo do tomo do Sr. Cândido de Figueiredo, provavelmente por escassez de tempo para consultá-los com vagar à medida que aprestava a resposta ilustrativa às múltiplas questões que lhe eram sujeitas, os esqueceu às vezes, equivocando-se, e induzindo, por isso, em erro a consulentes e leitores, a quem era seu propósito esclarecer e instruir, como o prova a valorosa campanha que há dezenas de anos sustenta indefesso em Portugal contra os corruptores da língua.
Oxalá que o ilustrado Sr. Cândido de Figueiredo, com a superioridade de seu espírito culto, receba sereno minha humilde crítica (GRAÇA, 2012, p.304).

⁶⁹ Faraco (2008, 138) afirma que “Schleicher, utilizando o sistema de representação comum em estudos de evolução biológica, faz uma divisão das línguas indo-europeias em ramos cada vez menores, até chegar a uma única língua. Esse sistema, embora frequentemente reproduzido sem maiores comentários em manuais menores de linguística, deve ser visto em sua devida proporção, isto é, como um esquema tentativo de representar o desenvolvimento das línguas indo europeias”.

Mais uma vez, com os dois trechos acima mencionados, temos evidências do entusiasmo de Heráclito Graça para se aprofundar nos clássicos da literatura, nos assuntos da norma culta da língua, e para seguir com entusiasmo as anotações do *Consultório Gramatical* de Cândido de Figueiredo. Ao publicar os seus reparos aos assertos de Cândido de Figueiredo, o autor aguardava a sua recepção por parte dos leitores e admiradores e também por parte de seu antagonista. São esses os assuntos que nos ocuparão na próxima seção.

3.2.2 O desenrolar da polêmica

Ao escrever a carta à Gil Vidal acima mencionada, Heráclito Graça afirma que concentrava os seus estudos nas obras *O que se não deve dizer* (1956) e *Lições Práticas da Língua Portuguesa* (1930). Cândido de Figueiredo, no entanto, afirma que “o corpo de delito, tomado por base do processo que instaurou contra mim, são as *Lições práticas da Língua Portuguesa*.”

A primeira reação de Cândido de Figueiredo, ao receber a carta de seu amigo, foi comum, como a de alguém que recebe uma breve contestação a seu trabalho. Acontece que há um engano, visto que nas duas páginas dos Correio da Manhã havia apenas quatro contestações, sendo elas: Aceite, Afuzilar, Afazer, Amiúdo (FIGUEIREDO, 1910).

Apenas para tomarmos nota, mas sem o intuito de aprofundamento sobre estas quatro expressões, deixaremos aqui o ponto de vista de Heráclito Graça e de Cândido de Figueiredo:

“*Afuzilar, nunca vi*” FIGUEIREDO (1898, p.123).

“*Bastaria abrir o dicionário Moraes, o autêntico, para se ver que a forma afuzilar aparece em documentos da língua*” GRAÇA (2012, p.32).

“*Afazer é talvez francesismo inútil, se não virmos ali uma locução já popularizada*” FIGUEIREDO (1911, p.67).

Heráclito Graça refuta, com base em Adolfo Coelho, que o termo vem do verbo *afazer*, que existe desde “os primeiros tempos da língua”.

Para Cândido de Figueiredo, *amiúde* é corrupção do advérbio *amiúde*. Heráclito Graça acredita que *amiúde* e *a miúdo* são ambos os termos usados por clássicos.

Para Cândido de Figueiredo, *aceite* sempre foi substantivo (ato de aceitar), sendo adjetivo o participio de *aceitar*, ou seja, o termo *aceito*. Heráclito Graça toma por base alguns clássicos, e responde que “o que nos importa é que os melhores mestres da língua, nunca escreveram o participio *aceite*, mas, sim *aceito*”.

Posteriormente, Cândido de Figueiredo toma consciência de seu equívoco, e escreve um texto denominado *Adiando a defesa (1904)* em que se diz extremamente lisonjeado com o trabalho de Heráclito Graça, a ponto de acreditar que tamanha interpretação de uma obra só mereceram a *Ilíada* e a *Divina Comédia*.

[...] Quando iniciei esta minha defesa, era suposição minha que a acusação se tinha cifrado em dois artigos de uma folha do Rio; mas, vendo depois que o Sr. Graça me conferia a inesperada e imerecida honra de discutir a minha obra em artigos que Deus sabia quando findariam, a mais natural discrição me aconselhava que sustasse o passo, para não atalhar a corrente da fluentíssima e honrosa crítica; tão honrosa, que eu, à parte a *Divina Comédia*, o *Fausto*, a *Ilíada*, o *Genesis* de poucas obras sei que tenham logrado a fortuna de tão larga e minuciosa exegese (FIGUEIREDO, 1907, p.53).

Como veremos no decorrer, o trato entre os dois será sempre neste tom, de respeito e admiração mútuas.

Vale ressaltar que o trabalho de Heráclito Graça fica dividido em três partes, que serão explanados separadamente neste capítulo, a saber: (i) Fatos da linguagem (seção 3.2.3); (ii) As autoridades literárias (seção 3.2.4); (iii) As autoridades dos mestres (seção 3.2.5).

3.2.3 Fatos da linguagem

No estudo das *Lições Práticas* de Cândido de Figueiredo, Heráclito Graça define o primeiro ponto para a sua avaliação como “Fatos da Linguagem”, termo este escolhido pelo autor para denominar o seu livro, publicado em 1904. Para ele trata-se de um termo que define o conjunto de fenômenos objeto de uma gramática.⁷⁰ O termo não é bem aceito, pelos filólogos da época, como fica claro no excerto retirado de Figueiredo (1907):

[...] Bem haja o Sr. Heráclito Graça que, sem ser por forma alguma um revolucionário, e não obstante ter ainda em grau elevado o preconceito clássico ou dos clássicos, trouxe à nossa literatura do assunto um livro que põe a questão da vernaculidade no seu verdadeiro terreno e único sólido: fatos da linguagem. Infelizmente, o Sr. Graça não definiu com precisão e clareza o que entende por “fatos da linguagem”, e eu acho que valia a pena fazê-lo (FIGUEIREDO, 1907, p.57).

Cândido de Figueiredo também aproveita esta falta de precisão no significado do termo e satiriza seu adversário, por mais que, como já dito aqui, o tratamento entre os dois seja muito cordial.

⁷⁰ Historicamente este termo só volta a aparecer, em 1916, por Mario Barreto, em seu *Fatos da Língua Portuguesa*. Mario Barreto, quando jovem, também se envolveu em uma polêmica, a qual não será tratada nesta dissertação, com Cândido de Figueiredo.

[...] Mas que são fatos da linguagem?

Para mim, e creio que para a maioria dos filólogos, são as formas e locuções, comuns a todas as idades da língua e a todos os povos que a falam; as que são correntes e usuais, numa época da história da língua; as que são privativas de uma determinada região; as que, embora não vulgares, se acham registradas por alguns mestres de diferentes períodos da língua, tenham sido praticadas por meia dúzia de escritores de reconhecido escrúpulo e autoridade.

Para o Sr. Heráclito Graça, os fatos da linguagem têm significação muito mais ampla. Segundo se infere de grande número de seus artigos, uma forma, tresmalhada dos usos correntes da língua, e refugiada numa lauda carcomida de algum cronicão mal impresso e mal revisto; uma locução nova, avessa à prática de todas as idades da língua, mas aventurada ou perfilhada por um gramático que não é escritor, ou por um escritor que não é gramático; tudo isso, e seus anexos, são fatos da linguagem! (FIGUEIREDO, 1907, p.29).

Cândido de Figueiredo faz esta crítica, também, para se apoiar na sua defesa sobre autoridades literárias, que é o segundo e próximo ponto do trabalho de Heráclito Graça. Veremos esta definição a seguir, na próxima seção.

3.2.4 Autoridades literárias

Quando Cândido de Figueiredo escreve o prólogo da sua segunda edição do livro *Lições Práticas da Língua Portuguesa*, base do estudo de Heráclito Graça para o debate, ele afirma, categoricamente, que não estava colocando a sua opinião, mas se valendo, sobretudo, da opinião de autoridades filológicas da época.

[...] Essa colheita, realizada de fugida no percurso das poucas semanas que mediarão entre a primeira edição e o princípio da segunda impressão do livro, será naturalmente acrescida ainda, em edições subsequentes, à proporção que o tempo me permita mais larga investigação e consulta, por forma que as lições práticas não sejam um repositório de opiniões individuais e desautorizadas, mas principalmente a súpula dos mais seguros preceitos, que ressaltam da escrita dos mestres (FIGUEIREDO, 1891, p.7).

Retornemos, pois, ao tema das autoridades literárias, proposto por Heráclito Graça. Em seu trabalho, o filólogo cearense usou como fonte a autoridade de 99 autores, que serão apresentados em outras seções, somente lusitanos e brasileiros, para tentar refutar Cândido de Figueiredo.

Além desses 99 autores, Heráclito Graça usou três dicionaristas: Moraes, Bluteau e Barros, em sua defesa. Entretanto, esta lista, segundo Cândido de Figueiredo, não teria nem cinco por cento de integrantes aptos a serem classificados como “autoridades literárias”.

Que entenderá o Sr Graça por autoridade?

A julgar pela aplicação que ele muitas vezes dá ao vocábulo, sou levado a supor que deixou de lado os significados e as acepções consignadas nos

dicionários portugueses, e opinou por autoridade, substantivo abstracto, devia significar o estado ou qualidade de autor.

E daqui concluiu logicamente que todo autor tem autoridade. O pior é que, chamamos à autoria todos os autores, não dão uma percentagem de cinco por cento com autoridade (FIGUEIREDO, 1907, p.17).

E na continuação deste tópico, Cândido de Figueiredo apela para um ponto que foi inclusive citado no primeiro capítulo desta dissertação, a saber, aquele que se refere ao mundo intelectual de Portugal e dos portugueses:

Ponto melindroso é este, porque o não posso nem devo discutir na especialidade. Em Portugal sobretudo, onde todos nos conhecemos, e onde toda a gente é autor, seria realmente desagradável demonstrar, o que é fácilimo, que várias autoridades, invocadas pelo Sr. Graça, são apenas autoridades... para rir (FIGUEIREDO, 1907, p.36).

O autor chega a dar uma explicação para essa admiração por parte de Heráclito Graça, atribuindo-a a um lusofilismo, que, segundo ele, seria muito cativante, mas pouco prolífico. No decorrer do capítulo tratamos em maiores detalhes do conjunto das autoridades ridicularizadas, bem como o motivo que o teria levado a esse critério.

Na próxima seção abordamos o terceiro e último ponto de Heráclito Graça: a autoridade dos mestres.

3.2.5 Autoridades dos mestres

Heráclito Graça, como citado acima, em seu trabalho conta com 99 autores, sendo que dos mestres, entre outros, temos figuras como Camilo, Filinto e Garret. E é nesse ponto que há uma contradição aparente, notada também por Cândido de Figueiredo.

Se observarmos bem, são justamente Camilo, Filinto e Garret os autores que podemos considerar como “menos conservadores”. Nas palavras de Cândido de Figueiredo, são os autores que “cometeram algumas extravagâncias e erros, que o próprio Sr. Heráclito Graça nunca subscreverá”. No que se segue, tratamos de cada um deles em uma seção específica

Para Cândido de Figueiredo, ao usar as autoridades dos mestres, Heráclito Graça põe acima de qualquer tradição, o disparate ou o descuido de um mestre, para declarar o dogma da infalibilidade literária desses. Assim vemos:

O abalisado crítico, com uma fé que toca as raias da credence e do feiticismo, proclama o dogma da infabilidade literária, encarnado em qualquer escritor, que por consenso geral se considere mestre.

Que essa credulidade se abrigue no espírito de uns letrados de quotilique, como se tem visto, não obriga a estranhezas; mas, num espírito culto, que diz e deve pezar as tradições e a índole da língua, bem como o falar corrente do

povo português, e que, pelo contrário, parece por acima de tudo isso o descuido ou o disparate de um mestre, se não os erros dos editores desse mestre, é caso que nos mais ferrenhos portugueses não causará só estranheza, mas também pesar (FIGUEIREDO, 1907, p.72).

Cândido de Figueiredo debate com um brasileiro, mas não cita o “falar brasileiro”, ou “dialeto brasileiro”, como vimos fazê-lo no segundo capítulo. Desta vez, temos um “espírito culto” que conhece as tradições, a índole da língua, além do falar corrente do povo português.

Passada essa explanação sobre os, como dito por Cândido de Figueiredo, três pontos capitais em que Heráclito Graça baseou sua crítica em geral, veremos agora sobre alguns autores escolhidos, especificamente pela época em que esses viveram.

3.3 Periodização da língua portuguesa

Antes de apresentarmos os critérios usados por Heráclito Graça na construção. Da sua lista das autoridades literárias, fazemos um adendo para nos referirmos aos períodos históricos da língua portuguesa, ou melhor dizendo, a periodicidade que caracterizam os seus diferentes estágios históricos, nos quais esses autores foram representantes.

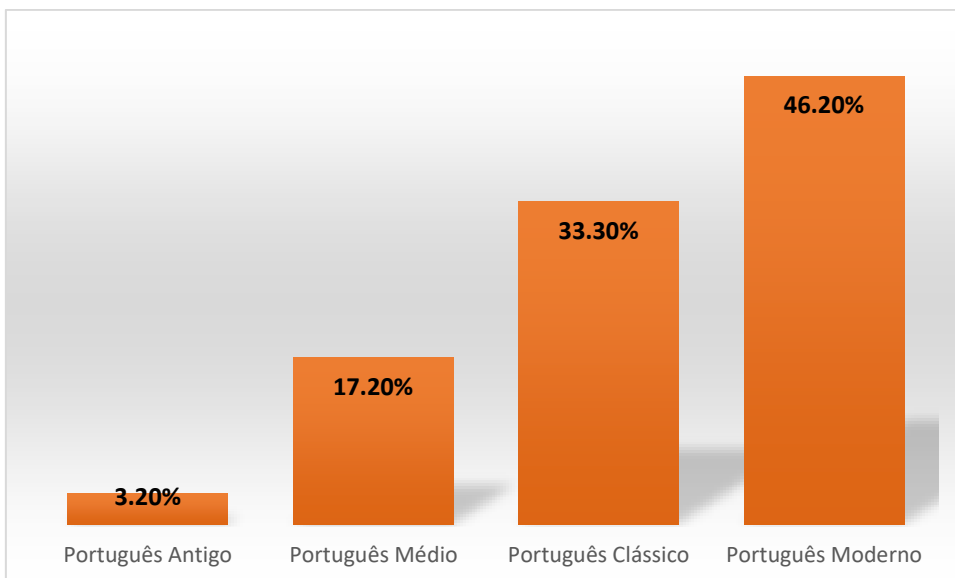
Sabemos que há uma vasta literatura a respeito desse assunto, produzida tanto em Portugal como no Brasil, mas aqui nos detemos na periodização proposta por Lindley Cintra.

A história da língua portuguesa, segundo o filólogo português, é subdividida em cinco períodos, a saber: (i) pré-literário; (ii) português antigo; (iii) português médio; (iv) português clássico; (v) português moderno.

O período pré-literário compreende do início de algum registro, quando a documentação em latim ainda não apresentava algum traço da língua portuguesa, até o século XI, ou o ano 1216. O período seguinte, chamado português antigo, vai de 1216 a 1420. Para o português médio, a contagem vai de 1420 até 1550, seguido do português clássico, de meados do século XVI até o século XVIII. O último período é o português moderno e abrange os séculos XIX e XX.

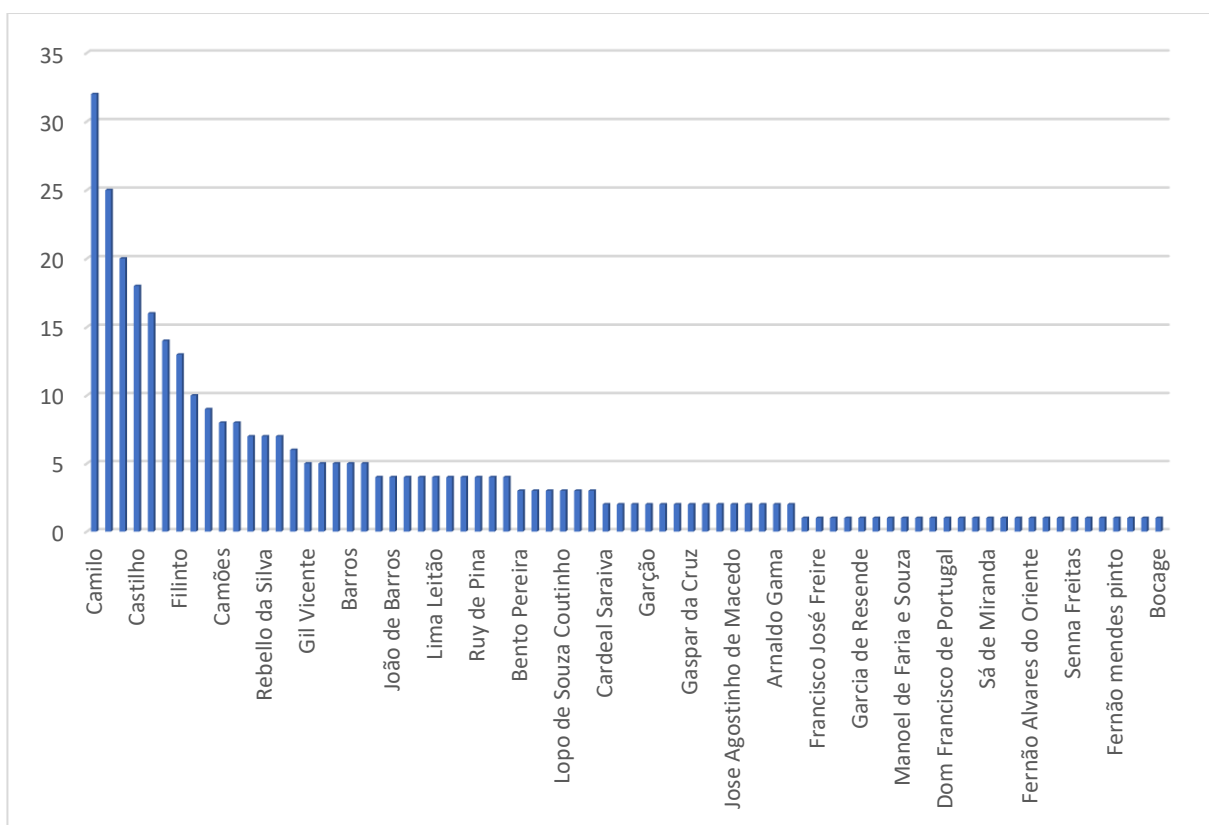
Começaremos então pelo período moderno, que foi o mais estudado por Heráclito Graça e, portanto, incorporava autores como Camilo Castelo Branco, Almeida Garret, Alexandre Herculano e Filinto Elísio.

Figura 1 – Percentual de autores dentro da periodização do português.



A seguir, temos o Gráfico 2, nomeando os autores citados por Heráclito Graça

Figura 2 – Gráfico dos autores



3.3.1 Português antigo, clássico e médio

Heráclito Graça usa como sua fonte mais antiga um documento de Don Dinis, que viveu no século XIII. Este é o documento que, junto com escritos do Rei Dom Duarte e a carta de

Dom Afonso, de 1310, fazem parte do português antigo. Sendo assim, não temos qualquer autor que faça parte do período pré-literário.

No português médio, segundo Cintra, os dois mais influentes representantes da língua portuguesa são Camões e Gil Vicente. Esse período, como podemos ver no gráfico supracitado, após o do português moderno, contemporâneo a Heráclito Graça e Cândido de Figueiredo, é o período mais citado, com 33,3% dos casos.

Podemos justificar essa preocupação com o conhecimento do período quinhentista, sobretudo pelo que Leite nos diz: “(...) Em seguida, veio a onda vernaculista, cujos partidários defendiam que o português do Brasil era mais puro por ser mais conservador, quinhentista” (LEITE, 2007).

Cândido de Figueiredo, inclusive, sabe que existem termos que são ditos arcaicos em Portugal, mas no Brasil são comuns. Fruto disso da presença do padrão quinhentista.

Ora assim como o Brasil, longe dos contatos que modificaram e, por vezes, perverteram a morfologia e a ortoépia do idioma nacional, manteve louvavelmente vocábulos que foram nossos e que nós hoje estranhamos e quase desconhecemos, também me não repugna crer que, na pronúncia brasileira, haverá muitas modulações, que atualmente se não praticam em Portugal, mas que terão sido nossas, muito nossas (FIGUEIREDO, 1903, p.77).

No português clássico estão presentes na tipologia de Heráclito Graça personagens como Vieira, Frei Tomé de Jesus, Fernão de Oliveira e João de Barros. Esses dois últimos, gramáticos pautados pelo perfil expositivo, ou descritivo, do modelo greco-latino (MATTOSO CÂMARA, 1970, 10).

3.3.1 Português moderno

Para este período vamos nos deter primeiramente na figura de Camilo Castello Branco, lembrando que, como havíamos visto no primeiro capítulo, trata-se de uma figura de enorme importância na formação de Cândido de Figueiredo, e o seu grande modelo. No entanto, há críticas a serem feitas, o que se depreende pelo excerto a seguir:

Meu grande mestre Camilo Castello Branco, de mocidade acidentada e aventureira, só tardiamente se dedicou, com persistência e amor, ao estudo da língua nacional, compulsando as obras dos mestres e acumulando tesouros de linguagem popular e regionalista
Consequência: os seus primeiros livros, embora reveladores do seu peregrino talento, abundam em incorreções e erros, que não prejudicam o valor e a autoridade da maior parte das obras que ele compôs em idade madura,

contanto que as não confundamos com a prosa descuidada e vacilante da alvorada literária de Camilo (FIGUEIREDO, 1925, p.293).

Cândido de Figueiredo ainda expõe a opinião e outros estudiosos, um deles, Rui Barbosa, a respeito dos galicismos:

Camilo Castello Branco não saiu imune, quanto às influências do contágio francês, a deslizes e inadvertências, uma ou outra vez assaz graves. O emprego do se, partícula apassivadora, com o verbo no singular, é das mais lastimáveis nódoas que podem macular o português. O Sr. Carneiro a enumera entre os mais rudimentares solecismos. Pois a ele **descambou não poucas vezes Camilo** (BARBOSA, 1903, p.100, grifo nosso).

Na obra do filólogo português ainda encontramos um trecho interessante que expõe a avaliação de Castello Branco a respeito de sua própria obra:

Passeava ele na Praça-Nova, (Porto), conversando com o seu amigo Dr Ricardo Jorge, cujos méritos ele tinha em distinto apreço, quando, a propósito dos triunfos literários de Camilo, o aclamado e provado mestre fez ao seu ilustre interlocutor a seguinte confissão, por estas palavras ou outras, semelhantes:

— Com estas aclamações, sinto remorsos de haver publicado tantos livros. Se eu não escrevesse para viver, a minha atividade literária teria produzido meia dúzia de volumes, talvez merecedores da nomeada que você está vendo e acompanhando.

Mas as exigências da vida atrelaram à minha bibliografia não sei quantos volumes, em cuja escrita há muito que mondar (FIGUEIREDO, 1925, p.294).

Foi por conhecer a posição de Cândido de Figueiredo a respeito do autor que, acreditamos, ter sido este esse um dos motivos que teriam levado Heráclito Graça a considerá-lo como portador de uma legítima autoridade de mestre.

Agora que temos essa justificativa a respeito da escolha de Camilo Castello Branco, podemos nos debruçar sobre o próximo autor, Almeida Garret, por quem Heráclito Graça, segundo Bechara (2012, p.28), nutria particular devoção. No entanto, novamente, encontramos resistência por parte de Cândido de Figueiredo, o qual se apoia em Rui Barbosa para justificar o seu pensamento de não confiar nos grandes autores, conforme podemos observar a seguir:

Ao Sr. Graça, que possui e leu a assombrosa Réplica do doutíssimo Senador, peço que a abra, e a releia, na página 199. Lá verá:

— O caso de Garret constitui um espécime singular, entre os bons escritores, de complacência e, até, algumas vezes, de desmazelo, em matéria de estrangeirismos. Dos que ele perpetrou, cita o Sr. José Veríssimo desapontamento, esquiça, deboche, antes... (FIGUEIREDO, 1904, p.38).

No caso de Garret, há igualmente pontos positivos e negativos, mas vamos nos deter agora em Filinto. Novamente, Cândido de Figueiredo busca a Réplica, de Rui Barbosa:

Grande mestre, mas de quem, ainda com mais razão na segunda parte da sentença, se poderá dizer, como Castilho de Filinto Elísio: — Fez serviço talvez maior que nenhum dos clássicos; mas é de todos o menos para seguir às cegas (FIGUEIREDO, 1904, p.38).

Após essa breve explanação de Rui Barbosa, Cândido de Figueiredo desafia Heráclito Graça a copiar alguns termos extravagantes de Filinto, como vemos a seguir.

Quanto a Filinto, creio que já mencionei caprichos e extravagâncias morfológicas, que deveriam ser atentatórias da seriedade do meu crítico; e, por isso, só perguntarei hoje ao Sr. Graça, se não tem dúvida em subscrever estas frases, que são todas de Filinto

“Houverão grandes e amiudados terremotos

Houveram alguns que

Havião poderes”

Se me responder afirmativamente, já aqui não está quem falou (FIGUEIREDO, 1904, p.36).

Por sua vez, Alexandre Herculano, que está entre os mais citados por Heráclito Graça é o único que não foi contestado por Cândido de Figueiredo. Ao contrário, ganha destaque no prólogo da terceira edição do seu livro *Lições Práticas* (), dois anos antes do livro de Heráclito Graça ser publicado, como podemos analisar a seguir:

Se eu pudesse comparar-me a Herculano, diria que, neste ponto, discorro proximamente como ele.

O grande escritor, como tinha a consciência do que fazia, não ocultava o desgosto, com que as vezes subscrevia certas formas ortográficas que eram do uso de toda a gente, mas, de longe em longe, reagia nobremente contra o absurdo, e aventurava uma ou outra forma ortográfica, exata, sim, mas diversa da prática de seus contemporâneos (FIGUEIREDO, 1930, p.14).

O motivo da publicação da terceira edição, inclusive, foi devido a Alexandre Herculano. Assim como ele, Cândido de Figueiredo, até a edição anterior, prefere usar os termos “pergunta” e “resposta”, mudando, mesmo a contragosto, na terceira edição, pelos motivos explicados acima. E não são somente os prestigiados Garret, Filinto e Camilo que passam pelo crivo de Cândido de Figueiredo. Quanto a este período do português moderno, Cândido de Figueiredo aponta alguns contemporâneos como “pechisbeques”, ou seja, um “falso brilhante”. Vejamos:

Pena é que, a par de vários textos, que são ouro de lei, haja outros, que são pechisbeque sem liga.

Porque a verdade é que o Sr. Graça considera autoridades e mestres uns indivíduos que, em questões de linguagem, muito se honrariam em ser discípulos do ilustre crítico brasileiro. O pior é que, se alguns são vivos, eu, naturalmente avesso a apreciações irritantes terei talvez de lançar ao pechisbeque um sorriso indiferente e passar adiante (FIGUEIREDO,1904, p.25).

Cândido de Figueiredo não explicita quem são os “pechisbeques”. O gramático Alfredo Gomes, por exemplo, é considerado por Heráclito Graça “um senhoril nos domínios da gramática” (GRAÇA, 1904, p.130).

Após essa sequência de fatos que provam o que disse Cândido de Figueiredo sobre a “infalibilidade literária”, terminemos o período do português moderno com um trecho dito pelo autor e que pode, de certa forma, nos acalantar, diante de tanta crítica.

E não nos desconsolamos com isso. Ainda que nos faltassem os mestres, não ficaríamos privados de legítimos recursos para discriminar da linguagem vernácula a bastarda, a enxertada, a exótica.

A língua vive no povo; e muitas vezes, na ausência dos mestres, e até contra eles, tenho registrado formas portuguesíssimas, que achei vivas, correntes e adultas, entre os serranos da Estrela ou do Marão, ou entre os camponeses do Alentejo e Algarve

Demos aos mestres o lugar que lhes compete: autoridades; quando eles são concordes e notoriamente escrupulosos; e sempre um subsídio, para reforçar e não estancar a fonte primacial da linguagem, o povo (FIGUEIREDO,1904, p.40).

Diante das ideias expostas no trecho acima mencionado, podemos inferir que Cândido de Figueiredo leva em consideração a linguagem do povo, tratando-o como a legítima fonte da linguagem. A seção a seguir busca amarrar essas discussões, com o reconhecimento de que o fenômeno da mudança deve ser um conceito fundamental a todo estudioso das línguas humanas.

3.3.3 A mudança da língua

Carlos Alberto Faraco nos ensina que toda mudança da língua é contínua, lenta e gradual. Esse processo atinge gradativamente partes da língua, e não o seu conjunto. Vejamos a análise do professor:

[...] As mudanças vão ocorrendo gradativamente, isto é, vão atingindo partes da língua, e não seu conjunto; e mais: a gradualidade do processo histórico se evidencia ainda pelo fato de que a substituição de uma forma x por uma outra y passa sempre por fases intermediárias. Há o momento, quase sempre longo, em que x e y coexistem como variantes, depois há o momento, também normalmente longo, da luta entre x e y seguida do desaparecimento de x e da implementação hegemônica de y (FARACO,2007, p.46).

Assim como nos diz Faraco, todas as mudanças coexistem como variantes, antes do desaparecimento de uma delas. Tanto para Heráclito Graça, quanto para Cândido de Figueiredo, os pontos mencionados em suas disputas, estão nesse período de coexistência. Mostraremos a seguir uma pequena amostra de um fato discutido neste contexto de mudança, que rende muitos dados no trabalho de Heráclito Graça. Trata-se da questão do sufixo *eria/aria*⁷¹.

Para Cândido de Figueiredo, não existe na norma culta qualquer palavra portuguesa com o sufixo *eria*.

Assim, devemos falar “artilharia”, “cavalaria”, “barbearia”, “infantaria”. Para Heráclito Graça, no entanto, “parceria” e “galeria” provam que a tese de Cândido de Figueiredo não se sustenta.

Outro ponto interessante na investigação de Heráclito Graça é a troca do *o que* no interrogativo, muito defendido por Cândido de Figueiredo, pelo simples *que*.

O próprio Said Ali, que ataca Cândido de Figueiredo, em seu livro *Dificuldades da língua portuguesa* (), cita Heráclito Graça para defender o *que* simples em cláusulas interrogativas.

Vamos agora para o encerramento deste capítulo com a última seção. Para isso, apresentaremos o juízo crítico de alguns ilustres nomes da língua portuguesa.

3.4 Juízo crítico e o fim do debate

Esta seção, que conclui o capítulo, pretende mostrar o juízo crítico de alguns nomes de destaque da língua portuguesa a respeito dessa polêmica e os desdobramentos que ocorrem após esse período.

Para iniciar, temos que o filólogo Antonio Houaiss acredita que Heráclito Graça consegue amenizar, após o debate, a influência de Cândido de Figueiredo no Brasil. Assim ele nos diz:

O nosso Heráclito Graça que, durante muito tempo, foi o equilibrador da influência de Cândido de Figueiredo na literatura do Brasil, com o seu purismo, que era um pouco o lusismo, era o purismo do lusitanismo no Brasil.

⁷¹ Viaro (2021, p.125) explica, porém, que esse sufixo já existia, inclusive, no português quinhentista: “Um levantamento realizado no Vocabulário Eletrônico Histórico-Cronológico do Português Medieval da Fundação Casa de Rui Barbosa de Antônio Geraldo da Cunha (2003) indica a existência de 101 verbetes com a terminação *-eria*. No dicionário Aurélio eletrônico (versão 5.0, ano 2004), há 116 verbetes com o a terminação *-eria*, sendo 89 verbos (abateria, haveria, etc.) e apenas cinco verbetes substantivos têm o sufixo *-eria* (desideria - disenteria - século XV; enfermaria - enfermária - século XIII; mercaderia - mercadoria; romeria - romaria - século XIII, tesoureria - tesouraria - século XIII)”.

Heráclito Graça defendeu muito bem o brasileiro, desse ponto de vista (HOUAISS, 2020, p.50).

Interessante ponto defendido por Houaiss é o “purismo do lusitanismo no Brasil”. Como pudermos verificar ao longo do capítulo 2 a respeito da colocação pronominal, no entanto, Heráclito Graça, na sua escrita, segue cânones lusitanos.

Raimundo Girão, escritor e advogado cearense, também acredita em uma vitória integral de Heráclito Graça. Vejamos sua declaração:

A verdade inconcussa é que Heráclito Graça venceu integralmente e consagrou-se nos meios filológicos brasileiros com Fatos da linguagem, demonstração inequívoca dos seus fortes talentos e do seu vasto saber no campo do vernaculismo (GRAÇA, 2000, p.296).

E para Girão, Heráclito Graça demoliu a argumentação de Cândido de Figueiredo

Pode assim, reforçando o trabalho de Paulino de Brito e Mario Barreto, demolir em grande parte o artificioso edifício das sentenças condenatórias de Cândido de Figueiredo, a ponto de, após fatos da linguagem, já não ser possível ao leitor consciente capacitar-se do que em “O que se não deve dizer” há de ser tido ou não como exato (GRAÇA, 2000, p.297).

No nosso modo de ver, porém, é preciso considerar que o livro especificamente citado por Raimundo Girão foi reeditado até, pelo menos, 1953. Isto é, 49 anos após a polêmica registrada neste capítulo, quase meio século! Assim, se o leitor parou de consultar Cândido de Figueiredo, não foi após esse debate normativo.

Evanildo Bechara defende também a vitória de Heráclito Graça, vejamos:

No prólogo da 3 edição, confessara eu que, infelizmente, não devia quaisquer ensinamentos à crítica nacional. Poderia até acrescentar que, tendo as Lições Práticas logrado a inesperada honra de larga discussão, da parte de vários publicistas de aquém e de além do Atlântico, não achara motivo sólido para modificar, por qualquer forma, a doutrina das Lições.

Ultimamente, porém, um erudito linguista e crítico brasileiro, Dr. Heráclito Graça, com uma cortesia que não é vulgar entre os filólogos –genus irritabile– e com um largo saber e real conhecimento dos documentos da língua, contestou muitas afirmações minhas, sem que eu me convencesse de erro, e contestou outras, que eu realmente devia modificar, e modifico

Modificar não quer dizer renunciar ou eliminar. Algumas vezes, uma forma que eu supunha errônea tornou-se, pelo menos, duvidosa; e noutras, uma forma duvidosa deixou de o ser. Em regra, a isto se reduzem as modificações sugeridas pela extensa e prestimosa crítica, que o douto brasileiro estirou por cerca de sessenta longos artigos, reunidos agora num volume de mais de 400 páginas-honraria excepcional para obra tão modesta como as Lições Práticas. E, aproveito o ensejo, num país que mal se conhece a literatura brasileira, para apontar aos meus conterrâneos o nome de Dr. Heráclito Graça, como de um benemérito da língua portuguesa (GRAÇA, 2000, p.300).

Heráclito Graça, por sua vez, não faz discurso de vitorioso, pelo contrário, sua fala é a mais interligada com a realidade. Vejamos abaixo:

Em todo o caso, senão pelos meus pobres artigos, pelos escritos de outros brasileiros que vem melhor conhecendo, um fato importante s. ex. verificou: No Brasil, hoje irmão extremoso de Portugal, persevera vivaz o fogo sagrado da língua materna. Não morrerá a língua portuguesa (GRAÇA, 2012, p.465).

Após essas considerações, nossa ideia é a de que, neste debate, não há um vencedor. De um lado, Cândido de Figueiredo confirma o seu enorme prestígio, reputado como grande mestre e estudioso da língua portuguesa. Por seu lado, Heráclito Graça adquire o reconhecimento e o prestígio de um ilustre filólogo, alcançando a honra de ser introduzido como membro da Academia Brasileira de Letras, onde toma posse em 11 de julho de 1907.

Terminamos assim, o capítulo, com a declaração final de Cândido de Figueiredo:

Estrênuo, insistente, glorioso, e, sem dúvida, mais numerosa do que em Portugal, a falange dos paladinos da nossa língua, além do Atlântico, adquiriu, com o Sr. Heráclito Graça, mais um indefesso e experimentado lutador, com quem é sempre honroso teçar armas, quando não possamos bivacar à sombra de uma bandeira comum

Creia o meu respeitável crítico que, não obstante quaisquer divergências de processos ou conceitos, é franca a minha homenagem aos seus méritos, como são cordiais os seus agradecimentos, a que a sua crítica me obriga, e os meus sentimentos de fraternal cooperação na meritória cruzada, de que depende a salvação e o lustre da formosa e maltratada língua portuguesa (FIGUEIREDO, 1904, p.204).

Parece que os dois oponentes concordam em absoluto em um ponto: quem ganha com essa polêmica é a língua portuguesa.

Capítulo 4. HORIZONTES DE CÂNDIDO DE FIGUEIREDO

Neste capítulo, quarto e último desta dissertação, abordaremos os saberes que são discutidos e disseminados, bem como o contexto político e social, durante o período em que Cândido de Figueiredo viveu.

De acordo com Auroux (1992), o historiador é responsável pela projeção dos fatos em três tipos de medidas, sendo elas: um conjunto de temas, a geografia, e a cronologia. Dessa maneira, nesta análise, os temas serão a linguística e a gramática; a geografia será Portugal; a cronologia será o século XIX.

Na primeira seção, explanaremos como é o Portugal do século XIX, qual seu contexto social, político e econômico, assim como apresentaremos a relação do Clero com o Estado Português naquele período.

Na segunda seção, analisaremos o trajeto percorrido pela Linguística durante o século XIX, assim como seus principais personagens. Nas duas subseções da segunda seção, discorreremos sobre a gramática e a literatura nesse mesmo século.

Na terceira seção, apresentamos o conceito do horizonte de retrospectiva, desenvolvido pelo linguista e historiador Sylvain Auroux. As três subseções seguintes estão ligadas à terceira

seção, pois apresentam todas as ideias e personagens que estão no horizonte de retrospectiva de Cândido de Figueiredo.

Na primeira delas, a influência de Camilo Castelo Branco, seu primeiro mestre. Após, analisaremos a influência de João de Deus, e, em seguida, de Cândido Lusitano.

Depois da análise dos personagens, dedicamos duas seções para verificar a existência da influência das correntes de pensamento linguístico sobre a obra de Cândido de Figueiredo, sendo elas, respectivamente: o orientalismo; a gramática histórico-comparativa; a filologia românica; a neogramática.

4.1 O Portugal do século XIX

Como mencionado no capítulo 1, Cândido de Figueiredo nasceu em 1846, em um Portugal que apresentava franco crescimento demográfico, com um aumento de 59% entre 1801 e 1890 (cf. Cascão, 1994). Há, porém, um divisor de águas nesse século, no que tange ao progresso técnico, científico e econômico, isto é, somente após a revolução liberal de 1820 foi possível garantir a liberdade econômica e a independência do país por meio de uma monarquia constitucional.

Essa revolução dá-se por causa da crise instaurada, entre outros motivos, após Dom João VI e a família real oficializarem o Brasil como sede do império português, após as invasões napoleônicas. A revolução liberal⁷² alterou a forma como a sociedade portuguesa estava organizada, como nos mostra Isabel Nobres Vasgues:

A revolução de 1820 precipita o processo que pôs fim à sociedade do Antigo Regime, estruturada numa base funcional, em ordens ou estados, e onde cada categoria social tinha um lugar, um estatuto e uma função bem definidos. Os liberais pretenderam criar uma nação de cidadãos com os mesmos direitos e deveres (VASGUES, 1994).

Nesse período pós-revolução, ocorrem progressos agrícolas e técnicos, abertura de novos mercados, promulgação do código civil, assim como o desaparecimento dos direitos senhoriais. Há, sobretudo, um desenvolvimento no que tange às ferrovias, como expressa o trecho abaixo, extraído de Bourbon, na sua obra *História de Portugal* (1973).

Fontes Pereira de Melo (político) encarnou o movimento de industrialização de Portugal. Criando em 1852 o Ministério dos Trabalhos Públicos, do

⁷² Dentre outras alegações, o movimento que originou a revolução liberal defendia a formação de uma monarquia constitucional, exigindo o retorno imediato de Dom João VI, que estava no Brasil desde 1808, além da manutenção do Brasil como colônia de Portugal.

Comércio e da Indústria, mandou construir uns 400 km de estradas, uma dezena de pontes, e inaugurou a primeira linha de caminho de ferro entre Lisboa e o Carregado (1856). Assim, com vinte anos de atraso sobre o resto da Europa, Portugal lançava-se no grande empreendimento do século XIX (BOURDON, 1973, p.154).

A partir dessa análise, podemos verificar que Portugal tem o seu desenvolvimento industrial e econômico após a revolução liberal, mas, sobretudo, a partir de 1853, com a posse do monarca Dom Pedro V.

Este jovem monarca foi reconhecidamente, como veremos em outra seção, muito preocupado com as ciências, as letras e a cultura. Infelizmente, vive somente 24 anos⁷³, não podendo realizar outras tarefas que seriam possíveis se estivesse vivo:

Este foi o primeiro soberano que Portugal conhecera, e talvez o único que haja tido a consciência da necessidade de transformar profundamente o seu povo pelo nível cultural e científico das massas. As únicas realizações que ele pode levar a cabo diz respeito ao desenvolvimento das ciências, ao ensino e ao equipamento técnico (BOURDON, 1973, p.156).

Esta mudança não obsta o fato de que o Portugal da infância de Cândido de Figueiredo é completamente rural, com uma área urbana de somente 13%, em 1860, de acordo com Amorim Girão. Dessa forma, temos um país campesino em suas estruturas, comportamentos e ritmos.

Como já comentado no Capítulo 1, é neste cenário rural que Cândido de Figueiredo é alfabetizado e tem sua primeira relação com as Letras. Há a tentativa por parte de seu tio, Joaquim Figueiredo, de levar o menino para ser educado em Lisboa. Os pais, porém, não aceitam, e Cândido de Figueiredo continua seus estudos na aldeia de Lobão da Beira, na Beira Alta.

Em virtude de continuar a estudar na aldeia natal, há um outro componente de grande influência em Portugal e sobre as ideias de Cândido de Figueiredo: a Igreja Católica. O Clero tem uma relação conturbada com toda a Europa, no século XIX. A revolução francesa, que ocorre entre 1789 e 1799, abre caminho para a prevalência do iluminismo na política, cujo resultado traz a desapropriação de bens eclesiásticos, inclusive as vastas propriedades rurais e fim dos privilégios políticos do clero.

⁷³ Após a morte de Dom Pedro V, aos 24 anos, Dom Luis I assume o trono de 1861 a 1889. O monarca é reconhecido pelo seu gosto pela música e pelas artes, e seu reinado é marcado pela geração mais rica de artistas e escritores que Portugal jamais conhecera (Bourdon, 1973).

Os ventos da revolução francesa sopram de Paris e chegam ao Porto, sede da revolução liberal de 1820. Assim, a partir desse período, há o combate ao catolicismo e aos princípios da fé da Igreja Católica Romana, como podemos ver, a seguir:

No decurso do processo revolucionário, o bloco social dominante desenvolveu uma política de aniquilação das estruturas de poder periférico. Assim, os padroados eclesiásticos foram extintos, a admissão a ordens sacras proibida e o Tribunal de Legacia abolido. Joaquim Antonio de Aguiar deu o golpe decisivo na Igreja do Antigo Regime ao extinguir as ordens religiosas masculinas (1834) e ao nacionalizar os seus bens (NETO, 1994, p.268).

Podemos perceber, desse modo, que os liberais retiraram grande parte do poder clerical, o que resultou em enfraquecimento político da Igreja, além de maior dependência para com o Estado.

Ocorre, porém, um movimento contrarrevolucionário, que exigia a conservação da ordem política anterior ao movimento liberal, vejamos:

O movimento tradicionalista, absolutista e contrarrevolucionário tem o sentido essencial de conservação de uma ordem política estabelecida historicamente contra a tendência mais ou menos inovadora do movimento liberal. Assim, foram seus objetivos a defesa do absolutismo régio, da hierarquia social das três ordens, do catolicismo integral e de uma cultura <<ortodoxa>>, que não contrariasse os princípios da fé que a Igreja Romana estatuíra. Este conjunto de ideias constituía, por assim dizer, a <<tradição>>, concretizada ao longo do tempo num conjunto de instituições que era necessário manter e (quando muito) reestruturar, opondo-se assim – em espírito sistemático de- “contrarrevolução” — à tendência das concepções liberais, que se foram formando ao longo do século XVIII, mas que se manifestaram sobretudo depois da revolução francesa (TORGAL, 1994, p.228).

Dentre os tradicionalistas, incluem-se as populações do Norte e Centro de Portugal, que estão imersas em rotinas ancestrais e com forte influência do clero miguelista (Neto, 1994). Este aspecto se encaixa diretamente no modelo de Cândido de Figueiredo. Morador da Beira Alta, norte de Portugal, narra em *Os Meus Serões*, seu livro de memórias, o carácter miguelista de seu pai e seu tio, além da influência católica em sua família.

Figura 3 - Mapa de Portugal com a região da Beira Alta em destaque.



Tal influência é percebida ao analisarmos, novamente, em *Os Meus Serões*, o que o autor conta a respeito de sua proximidade com a igreja local durante sua primeira infância, até os seus 13 anos:

(O vigário) delegou em mim, durante dois ou três anos, a redação dos assentos paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos; e, como se isso fosse pouco, incumbia-me também da examina quaresmal, que consistia em examinar sobre a doutrina cristã as crianças que iam à confissão e à primeira comunhão. O vigário sensibilizou-se com meus serviços e jurou aos seus botões que havia de fazer de mim um padre (FIGUEIREDO, 1928, p.26).

Como vimos ao longo do primeiro capítulo desta dissertação, Cândido de Figueiredo não se torna padre, mas chega a frequentar o seminário, onde estuda, inclusive, o latim. O autor aprende essa língua aos seus 12 anos, com o mesmo padre de Lobão da Beira, sua aldeia natal:

Aos doze anos, estudava eu latim com o meu professor, Padre Diniz. Este Padre, primo de minha mãe, era, sem favor, um erudito. História, Literatura, Economia Política, Ciências Naturais, de tudo conversava com seguro critério, se havia quem o atendesse e o entendesse, o que não era vulgar em pequena aldeia de poucas letras (FIGUEIREDO, 1928, p.25).

Pelo que se pode perceber ao lermos o trecho acima, a aldeia de Lobão da Beira não dispunha de pessoas ligadas às Letras. Levando-se em conta o conceito de Horizonte de Retrospecção, proposto por Auroux (1986, 1999, 2006), o Padre Diniz é o primeiro personagem presente no horizonte de retrospecção de Cândido de Figueiredo. A teoria de Auroux será apresentada pormenorizada no decorrer deste capítulo.

Na próxima seção, veremos a Linguística no século XIX.

4.2 Os temas: a Linguística

Para começarmos a falar sobre a Linguística⁷⁴ no século XIX, precisaremos regressar alguns anos para o século XVIII. É especificamente no ano de 1786⁷⁵ que Wiliam Jones, cidadão britânico e juiz em Calcutá, durante o governo colonial britânico na Índia, apresenta uma comunicação à Sociedade Asiática de Bengala, destacando as muitas semelhanças entre o sânscrito, o grego e o latim. (FARACO, 2005).

A respeito da relação dessas línguas, Wiliam Jones apresenta a seguinte explanação:

A língua sânscrita [...] tem com ambas a língua grega e latina um tão estreito parentesco, tanto pelas raízes verbais como pelas formas gramaticais, que tal afinidade não poderia atribuir-se ao acaso. Nenhum filólogo poderá, após ter examinado estes três idiomas, eximir-se a reconhecer serem derivados de uma qualquer fonte comum, que possivelmente já não existe.

E há uma razão do mesmo gênero, se bem que menos evidente, para supor que o celta e o gótico [...] tiveram a mesma origem que o sânscrito; e o persa antigo poderia juntar-se a esta família[...] (apud FARACO, 1991, p.84).

Após essa publicação, é fundada, em Paris, em 1795, a Escola de Estudos Orientais, que se torna referência nesse tipo de investigação. Nesse instituto, estudam Franz Bopp (1772-1829) e Friedrich Schlegel (1791-1867), responsáveis, em seguida, pelo desenvolvimento da disciplina chamada Gramática Comparativa.

O método histórico comparativo tem como suas principais obras o *Sistema de Conjugação do Sânscrito em comparação com o Grego, Latim, Persa e Germânico*, de Franz Bopp⁷⁶, em 1816, e *Sobre a língua e a sabedoria dos hindus*, de Friedrich Schlegel (1808).

No livro de Friedrich Schlegel, o autor suplementa a teoria de W. Jones sobre o parentesco do sânscrito com o latim, o grego, o germânico e o persa, parentesco este que é

⁷⁴ O nosso intuito neste capítulo não é fazer uma descrição da Linguística como ciência ao longo dos séculos, pois para isso demandaria uma dissertação exclusiva. A respeito da trajetória dessa ciência, Faraco explana muito bem em seu livro *Linguística Histórica ...* “costuma-se localizar o nascimento da Linguística Histórica nos fins do século XVIII. Tem-se aí a marca cronológica do início duma reflexão sistemática sobre as mudanças das línguas feita já sob os parâmetros da ciência moderna. Neste ponto, é importante dizer que a linguística como ciência não nasceu evidentemente do nada. Precedem as formulações modernas sobre a linguagem os milênios em que as pessoas, em diferentes sociedades, pensaram a questão da linguagem.” (FARACO, 1991, p.60).

⁷⁵ É notório entre os historiadores que, desde 1768, o padre Coeurdoux já demonstra que há uma afinidade entre os três principais idiomas da Antiguidade (ELIA, 1961).

⁷⁶ Muito embora os historiadores tratem da obra de Bopp e o ano de 1816 como o ponto de partida dos estudos histórico-comparativos, é preciso destacar que o linguista dinamarquês Rasmus Rask (1787-1832), no mesmo período de Bopp, desenvolveu também trabalhos comparativos importantes, envolvendo as línguas nórdicas, as demais línguas germânicas, o grego, o latim, o lituano, o eslavo e o armênio. Essa obra, finalizada em 1814, só foi publicada em 1818, dois anos após a publicação do primeiro livro de Bopp.

evidenciado não somente pela semelhança entre as raízes lexicais, mas principalmente entre as estruturas gramaticais. Essas relações não podem, de acordo com Schlegel, ser obra do acaso ou apenas resultantes de influências mútuas, mas sim consequência de uma mesma origem. (cf. FARACO, 2005).

Na obra de Franz Bopp, há muitas novidades, como a definição de que as línguas do Velho Mundo representam diversas fases de evolução de um mesmo arquétipo primitivo. Além disso, o trabalho demonstra que esse parentesco se revela por meio de regras manifestadas na correspondência entre as flexões verbais dos diversos idiomas estudados. O sânscrito, por sua vez, ganha papel de destaque nessa análise (cf. ELIA, 1956).

Além dos trabalhos de Bopp e Schlegel, há uma terceira via. Enquanto o trabalho de Bopp busca estabelecer o parentesco entre as línguas, sem preocupar-se com o percurso histórico, de um estágio a outro, o estudo desenvolvido por Jacob Grimm (1785-1863) busca interpretar a existência de correspondências fonéticas sistemáticas entre as línguas como resultado de mudanças ocorridas no tempo.

Por outras palavras, Bopp procura absolutamente estabelecer o parentesco entre as línguas, sem a pretensão de buscar qualquer cronologia, por isso mistura, em uma mesma análise, dados do sânscrito anterior a 1000 a.C., do grego dos séculos IX ou VIII a.C., do latim dos séculos V ou IV a.C. do eslavo do século IX d.C., do persa moderno, entre outros. Grimm, em contrapartida, conta com dados separados por uma sequência de quatorze séculos, o que lhe rende a possibilidade de estabelecer um processo de sucessão histórica entre as fases das línguas.

Nas décadas seguintes à publicação dos trabalhos de Bopp, Schlegel e Grimm, há o desenvolvimento do estudo direcionado a cada subfamília das línguas indo-europeias, cujo fruto, entre outros, é o surgimento da filologia românica⁷⁷, método responsável pelo estudo histórico-comparativo das línguas originadas pelo latim.

Nesse campo de pesquisa, Friedrich Diez⁷⁸ (1794-1876) obtém grande destaque, sobretudo após a publicação de uma ⁷⁹gramática histórico-comparativa, bem como um

⁷⁷ Enquanto em outras subfamílias, em virtude de não haver registros escritos, só se alcançam os períodos mais antigos por reconstrução hipotética, na subfamília românica os registros em latim são numerosos, o que permitiu um importante refinamento metodológico dos estudos históricos (cf. FARACO, 2005).

⁷⁸ Diez, por sua vez, considera o francês Raynouard o fundador da Filologia Românica (cf. NASCENTES, 2003, p.75).

⁷⁹ Os livros são *Etymologisches Wörterbuch der Romanischen Sprachen* e *Grammatik Der Romanischen Sprachen*.

dicionário etimológico, ambos os livros sobre as línguas românicas, em 1844 e 1853, respectivamente.

Em razão do processo elaborado para com os registros históricos, podemos concluir que a filologia românica tem um papel crucial no desenvolvimento dos estudos histórico-comparativos. Uma década após a publicação do último livro de Diez, isto é, em 1863, outro linguista alemão, August Schleicher (1821-1868), lança mais uma obra de profícua contribuição aos estudos histórico-comparativos.

August Schleicher, botânico de formação, influenciado pelas ideias de Charles Darwin e pela sua obra *A Origem das Espécies*, formula, em 1863⁸⁰, uma teoria que propõe a língua como um organismo vivo - que nasce, cresce, evolui e morre - e tem, conseqüentemente, uma história própria, independente dos seus falantes.

Tomando por base o sistema de representação usado nos estudos de evolução biológica, Schleicher faz uma divisão das línguas indo-europeias em ramos cada vez menores, até chegar a uma única língua, ou seja, o ancestral comum de todas as línguas. Chega, inclusive, a escrever uma fábula na língua indo-europeia: *Avis Akavasaska (A ovelha e os cavalos)*.

Schleicher tem o mérito de ser o primeiro linguista a estudar uma língua indo-europeia a partir da fala⁸¹, e não da escrita, o que representa um grande passo no desenvolvimento dos estudos da Linguística. Para desenvolver esse processo do estudo da fala, o linguista reside, durante um período, entre os camponeses lituanos (cf. FARACO, 2005, p.118).

O estudo sobre a fala abre caminho para, no último quartel do século XIX, outro grupo alemão fundar mais uma nova escola gramática: a neogramática.

Seus fundadores são estudantes⁸² da Universidade de Leipzig, na Alemanha, e o ano de 1878 é considerado o inicial desta escola, com a publicação da obra *Investigações Morfológicas*. Seus principais expoentes são Hermann Osthoff (1847-1909), Karl Brugmann (1849-1919), Hermann Paul (1846-1921) e August Leskien (1840-1916).

Essa escola vai combater o conceito biológico de língua, tornando-se uma teoria que busca estudar a língua com fatos e regras determinadas, assim como nos explica Silvio Elia:

⁸⁰ O livro publicado por Schleicher nesse ano é *Darwinism Tested by the Science of Language*.

⁸¹ Schleicher é o primeiro a estudar a fala da língua indo-europeia. Muito antes, porém, sabemos que os hindus já se preocupam com isso, pois entre eles há o objetivo de que os sons não sejam alterados na pronúncia dos livros sagrados.

⁸² Os neogramáticos, a princípio, são chamados de “Junggrammatiker”, cuja tradução é “jovens gramáticos” (cf. FARACO, 2012). Camara Jr. (1979) afirma que a denominação “jovens gramáticos” é criada com o intuito de identificar, de forma humorosa, os jovens estudantes da Universidade de Leipzig.

Essa nova escola — denominada dos neogramáticos — veio exatamente combater a síntese apressada do biologismo linguístico. Ela era enfim uma teoria linguística dos fatos linguísticos. Já que esses fatos deviam ser estudados sem atender às formulações da gramática latina e que o indogermânico, transformado com melhor critério em indo-europeu, não passava de simples hipótese, sem qualquer tradição real, os linguistas passaram a estudar a língua pela língua e a descobrir nelas relações e leis de desenvolvimento (ELIA, 1961, p.29).

Essas leis que os neogramáticos descobrem são as leis fonéticas. Assim como Silvio Elia nos diz que o critério indo-europeu não passa de uma simples hipótese, podemos notar, pela pena dos próprios neogramáticos, que o objetivo principal é o de estudar as línguas vivas atuais, e não as hipotéticas, e, dessa maneira, analisar a razão da mudança, vejamos:

A linguística anterior, como ninguém pode negar, aproximava-se de seu objeto de investigação, as línguas indo-europeias, sem ter previamente construído uma ideia clara de como a linguagem humana realmente vive e se desenvolve, que fatores são ativos na fala e como esses fatores operando em conjunto causam a progressão e a mudança da substância da fala (Osthoff, Brugmann, 1878, p.198, tradução de Carlos Alberto Faraco, 1994).

O objetivo principal dos neogramáticos, pois, é investigar os mecanismos, ou seja, quais princípios gerais ocorrem para que uma língua possa mudar, e não apenas reconstruir estágios remotos de uma determinada língua.

Os princípios dessa escola eram o da constância das leis fonéticas e da analogia. As leis fonéticas tomam o lugar das regras gramaticais e, conseqüentemente, não tem exceção.

Quando uma lei fonética não se encaixa na regra, que é rígida, temos, então, a analogia, que é capaz de impedir o funcionamento de tais leis, uma vez que considera que a mente humana pode interferir na mudança linguística. Essas explicações, como podemos ver, apresentam um funcionamento completamente mecânico da língua.

Essa escola, conquanto possua grande reconhecimento linguístico, servindo de inspiração a, por exemplo, posteriores estudos diacronistas com Saussure, provoca a crítica em razão de seus erros. Uma dessas críticas está manifestada em Weinreich, Labov e Herzog (2006), os quais afirmam que os neogramáticos erram quando aceitam o processo de inconsciência, ou seja, o indivíduo não percebe que está realizando as mudanças e, na verdade, crê que fala e permanecerá a falar do mesmo modo, até o final de sua vida.

Da mesma forma Silvio Elia (1961) reconhece que o processo neogramático de maneira esclarecedora, vejamos:

Essa nova ciência, no fundo, era apenas um método: o método histórico aplicado à ciência da linguagem. Na síntese dos neogramáticos, porém, esse método estava intimamente ligado a uma teoria que, focalizando na

linguagem, como base, o material sonoro, fazia da Linguística uma ciência física.

Se os alemães reagindo contra a síntese biológica tiveram razão, iriam perdê-la ao elaborarem a síntese física, pois, embora momentaneamente, tivessem a seu favor o espírito da época, os erros e as unilateralidades iriam em pouco avultar (ELIA, 1961, p.31).

Assim concluímos o percurso da linguística no século XIX. Na próxima subseção, verificaremos como desenvolve-se a gramática nesse mesmo período.

4.3 Os temas: a gramática

Para fazermos, primeiramente, uma definição do conceito de gramática, usaremos aqui a proposta de Leite (2007), vejamos:

De modo estrito, pode-se dizer que a gramática como instrumento tecnológico e como lugar da aplicação das reflexões sobre a língua, desempenha papel cultural relevante, o que se realizou por meio de três perspectivas: a categorizante, pelo “formato descritivo” que inaugurou para os estudos da língua; a uniformizadora pelo papel padronizador que representa para uma língua histórica; e a normativa, pela imposição de certos padrões em detrimento de outros, julgados bons ou maus, certos ou incorretos. As três perspectivas construíram o gênero desse texto conhecido como gramática (LEITE, 2007, p.50-51).

A gramática do século XIX representa um rompimento com um modelo seguido nos dois séculos anteriores, ou melhor, a saída do modelo uniformizador para o modelo normativo, de acordo com o que nos explica Leite (2007). Para entendermos o modelo gramatical do século XIX, precisamos conhecer o modelo anterior, ou seja, devemos entender o processo racionalista e cartesiano da linguagem (cf. ELIA, 1956, p.57).

Este modelo racional tem a sua expressão maior na *Grammaire Generale et Raisonnée* de Claude Lancelot e A. Arnauld, conhecida popularmente por *Gramática de Port Royal*, publicada em (1660).

A Gramática de Port Royal⁸³ veicula o princípio de que a língua é a expressão do pensamento e que o pensamento é governado pelas mesmas leis, para todos. Desse modo, temos que a língua deve refletir essas mesmas leis, e que esse mecanismo é possível por meio da elaboração de uma gramática geral, comum a todas as línguas.

⁸³ Em Portugal, o autor que se torna referência em seguir os padrões da gramática de Port Royal é Jerônimo Soares Barbosa (cf. Ranauro, 2018).

O lexicógrafo Walther von Wartburg apresenta, de forma muito esclarecedora, a importância da publicação dessa gramática:

Na história da língua, o ano de 1660 é uma data importante, porque viu aparecer a *Grammaire Generale et Raisonnée* de Arnauld e Lancelot, chamada comumente de Gramática de Port Royal. Notemos esses dois termos: Generale e Raisonné. Os autores desse livro queriam procurar, atrás das formas da língua, a razão universal. Fizeram para a língua o que Bossuet fez mais tarde para a história em seu *Discours sur L'Histoire Universelle*. Eles acreditavam achar um acordo perfeito entre a língua e a razão, ou ao menos pensavam que aquela devia regular-se cada vez mais pela razão (WARTBURG, 1946, p.194).

Nesse acordo perfeito entre a língua e a razão, conforme diz Wartburg, a Gramática de Port Royal pode, inclusive, ser capaz de transcender a gramática de todas as línguas. É o que acredita Ducrot (1972), a seguir:

Primeiro que tudo, ela marca, intencionalmente pelo menos, o fim do privilégio reconhecido, nos séculos precedentes, à gramática latina, que tendia a apresentar-se como modelo para qualquer gramática: a gramática geral é tanto latina, quanto francesa ou alemã, mas transcende a todas as línguas (DUCROT / TODOROV, 1972, p.220).

Se a razão universal é a mesma para todos, logo, as regras também se tornam as mesmas para todos (cf. HARNOIS, 1929). Este é o modelo racionalista da gramática de Port Royal.

A partir do século XIX, ocorre, então, o rompimento com esse modelo lógico racionalista. Com essa ruptura, é alçado um movimento de ordem intelectual que coloca o relativismo como o responsável por um novo sentido, que sai do pensamento abstrato das essências universais para encontrar os princípios de explicação verdadeiramente científicos (cf. ELIA, 1956).

Em Portugal, essa busca para encontrar os princípios científicos tem seu reflexo na criação do curso de Letras, em 1859, por Dom Pedro V. O curso, que é ligado à Academia de Ciências de Lisboa, conta com disciplinas como Filologia Comparada, História da Literatura, e Filosofia.

Essa incitação ao estudo das Letras, na Universidade, tem como corolário a grande intensificação da produção gramatical no século XIX (cf. Coelho, 2017). Como consequência, há a incongruência entre os gramáticos quanto às suas definições sobre a língua portuguesa.

Vejamos, por exemplo, o quadro abaixo, em que colocamos, de forma aleatória, a definição de sete gramáticos diferentes sobre ditongos orais e ditongos nasais:

QUADRO 8 – GRAMÁTICOS.

Gramático	Ano de publicação	Ditongos orais	Ditongos nasais
Morais e Silva	1802	8	11
Manuel D. de Sousa	1804	13	6
Couto e Melo	1818	22	12
Epifânio Dias	1887	12	4
Medeiros Botelho	1887	11	3
Adolfo Coelho	1891	11	4
Ribeiro de Vasconcelos	1900	12	4

Fonte: Elaboração própria (2020).

Isso prova que há uma discrepância entre os gramáticos desse período. Além de questões como os ditongos, há outras divergências de doutrina, como a definição morfológica de determinados termos da língua portuguesa. O século XIX também é marcado pelos protestos anticlássicos do Romantismo, assim como, de outro lado, os gramáticos conservadores, que desejam preservar e arvorar a reverência aos clássicos da língua portuguesa, como pilares da boa maneira de falar e escrever.

Vejamos, pois, na próxima seção, como ocorre a relação da literatura em Portugal e na Europa com o desenvolvimento da língua portuguesa no século XIX.

4.4 Os temas: literatura

Em Portugal, o século XIX é marcado pela presença de quatro escolas literárias: Romantismo; Realismo; Naturalismo; Simbolismo⁸⁴. Abster-nos-emos de tratar dessas três últimas, e refletiremos apenas nas ideias divulgadas pelo Romantismo e, também, em seus opositores da Geração Nova.

Elia (1956) acredita que o advento do Romantismo na Europa é o maior acontecimento espiritual do Ocidente nos tempos modernos, vejamos:

Foi o Romantismo o maior acontecimento espiritual do Ocidente nos tempos modernos. Vários autores já o têm assinalado: não se trata simplesmente de um movimento literário ou estético, e sim da irrupção de uma nova tábua de valores que atingiu todos os domínios do pensamento humano, o artístico

⁸⁴ Pelo fato de esta dissertação não ser um trabalho voltado à literatura, e sim à filologia, o nosso objetivo é relacionar o Romantismo com a linguística.

como o científico, não só o político, mas também o religioso (ELIA, 1956, p. 5).

É nessa teoria que também acreditamos e desejamos debruçar-nos ao longo desta seção. Isso porque assentimos na ideia de que o Romantismo vai da Arte à História, a tudo envolve, a tudo impregna, como uma atmosfera (REYNOLD, 1935). Por outras palavras, o advento do Romantismo europeu ecoa sobre a estrutura da sociedade da primeira metade do século XIX, período que pode ser considerado como a inauguração do pensamento moderno.

Os fundamentos iniciais dessa Escola devem ser buscados nas ideias nórdicas, mais precisamente dos ingleses e alemães. O princípio básico do Romantismo é a busca do direito dos povos orientarem livremente as suas criações espirituais, sem a obrigatória submissão às diretivas imutáveis dos classicistas. Dessa maneira, as normas e preceitos clássicos deixaram de ter valor absoluto (ELIA, 1956, p.14).

Para Silvio Romero, o Romantismo é responsável pela quebra de um paradigma imposto há alguns séculos, vejamos:

Ora, a filosofia dos outros séculos estava no absoluto e a nossa está no relativo, a antiga era a priori e a nossa é a posteriori. Aquela tinha um Direito universal, uma gramática universal, uma arte universal, um modelo para tudo; esta ensina ser o direito uma função da vida nacional. Há tantos direitos, gramáticas e artes originais, quantas são as raças que dividem a humanidade (ROMERO, 1902, p.6).

A partir do exposto por Silvio Romero, tem-se por corolário que o Romantismo está por trás do exposto na seção passada, no qual há a alteração do padrão da produção gramatical, daquela que tinha como modelo a Port Royal, absoluta e única, por uma nova, relativa.

Em Portugal, costuma-se apresentar Almeida Garret como o introdutor do Romantismo. Para Garret, a cultura exigida pela sociedade devia inspirar-se nas primitivas fontes poéticas, valorizando, portanto, o povo e as suas tradições. A valorização do povo e suas tradições têm como objetivo a construção de uma nova “alma nacional”, como nos explica Fernando Catroga:

O intelectual romântico, na linha de desenvolvimento de uma posição que já vinha do século XVIII, sentiu-se participante de uma república de letras, constituída por todos. (...) Por isso, todo o intelectual romântico, principalmente na primeira fase do romantismo, assumiu-se, também, como um educador, e defendeu que só uma profunda revolução cultural poderia ajudar à construção de uma nova sociedade (CATROGA, 1993, p.545).

Assim, podemos notar que esse ideal de construção de uma nova sociedade, levando-se em conta o respeito ao cidadão, faz parte dos pensamentos filosóficos iluministas, muito absorvidos pelo Romantismo. Há, também, o desejo pela renovação do caráter dos homens, como afirma Milani (2011):

Essa literatura, aqui chamada genericamente de Romantismo, revela-se como um movimento intelectual em direção aos desejos dos indivíduos. Os pensadores criaram formas e construíram sentidos que revelam uma ânsia por uma renovação no caráter dos homens (MILANI, 2011, p.33).

Essa escola tem, além de Garret, outro personagem de muito destaque: António Feliciano de Castilho. A influência de Castilho não se limitou à poesia, visto que se tornou um símbolo de cultura dominante, exercendo papel tutelar aos jovens poetas. (cf. CATROGA, 1994).

Esse papel tutelar rende elogios, inclusive, de Castilho a Tomás Ribeiro e Pinheiro Chagas, o que causa insatisfação e incômodo por parte dos membros da nova geração de poetas, tais como Antero de Quental e Ramalho Ortigão.

Para Antero de Quental, Castilho é obscurantista e não entende o propósito da nova escola de Coimbra:

A guerra faz-se à independência irreverente de escritores, que entendem fazer por si o seu caminho, sem pedirem licença aos *mestres*, mas consultando só o seu trabalho e a sua consciência. A guerra faz-se ao escândalo inaudito duma literatura desaforada, que cuidou poder correr mundo sem o selo e o visto da chancelaria dos grão-mestres oficiais. A guerra faz-se à impiedade destes hereges das letras, que se revoltam contra a autoridade dos papas e pontífices, porque, ao que parece, ainda a luz de cima lhes não escreveu nas frentes o sinal da infalibilidade. Faz-se contra quem entende pensar por si e ser só responsável por seus atos e palavras (QUENTAL, 1865, p.2).

Essa geração nova acredita em uma nova revolução cultural, baseada em critérios da natureza e puramente humanos, com o ideal de que a filosofia e a ciência social possam mostrar que a justiça é a verdadeira matriz da história, cuja evolução conduziria à liquidação da opressão e da exploração do homem pelo homem (cf. CATROGA, 1994).

Antero de Quental, principal expoente da nova geração, acredita que a transformação cultural das consciências deve-se traduzir, prioritariamente, na reorganização da ordem econômica, e só depois da ordem política. Teófilo Braga, outro membro da escola, acredita, por sua vez, que somente com a mudança no regime político (monarquia) há condições políticas aptas ao lançamento de reformas econômicas e sociais (cf. MILANI, 2001).

Esse grupo de pensadores deixa como legado a ruptura entre a geração romântica, crente no positivismo e no realismo, e a nova, que busca, sobretudo, a inovação. Por outras palavras, as discussões espirituais, relacionadas ao bem-estar moral do homem no mundo dão lugar às discussões do bem-estar físico do homem no mundo.

Na próxima seção, veremos o conceito de horizonte de retrospecção, nos termos de Sylvain Auroux, e as influências que Cândido de Figueiredo tem em toda a sua trajetória intelectual.

4.5 Horizonte de restrospecção

De acordo com Auroux, podemos denominar o conceito de horizonte de retrospecção como sendo um conjunto de conhecimentos que possuímos, e que seja prévio a qualquer atividade cognitiva que possamos desenvolver, vejamos:

Imaginemos um sujeito S na sua atividade cognitiva. Ele dispõe de competências adquiridas e desenvolvidas durante a sua formação. Quando se propõe a resolver um problema, dispõe igualmente de conhecimentos; ora, estes conhecimentos necessariamente foram produzidos antes da atividade cognitiva em questão. Nós nomeamos horizonte de retrospecção o conjunto destes conhecimentos antecedentes (AUROUX, 2008 p.141).

A ideia do horizonte de retrospecção mostra, também, que o conhecimento e os saberes estão sempre situados no tempo. Por outras palavras, o passado, ou seja, a memória, está entrelaçado com o futuro, enquanto este está sendo construído:

Porque é limitado, o ato de saber possui por definição uma espessura temporal, um horizonte de retrospecção, bem como um horizonte de projeção. O conhecimento (ou as instâncias que o implementam) não destrói seu passado, como se acredita frequentemente de maneira errônea, ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, da mesma forma que ele antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (AUROUX, 1995, p.11).

A partir dessa análise, permitimo-nos concluir que todo o texto, de acordo com o conceito do horizonte de retrospecção, traz uma configuração, síncrona, de passado e futuro.

De Aquino (2017) afirma que o conceito de horizonte de retrospecção pode ser tratado de dois modos: um factual, outro discursivo, vejamos:

Assim, de forma geral, o horizonte de retrospecção pode ser tratado de duas formas: uma factual, por assim dizer, no qual se pode olhar os autores citados, e outra mais discursiva, quando há uma retrospecção mesmo quando não existe um nome citado, como, por exemplo, quando Fournier (2013) mostra o tratamento das teorias do tempo segundo Prisciano nas gramáticas francesas ainda que ele não venha referido. Se, no primeiro caso, é possível analisar uma filiação reivindicada, notando as obras de referência que um autor aponta para seu próprio trabalho, no segundo caso é preciso prestar atenção a elementos como epígrafes, dedicatórias, organização da obra, terminologia empregada, críticas a outros autores, montagem do corpus ilustrativo, tratamento das partes do discurso, da fonética, da morfossintaxe, etc. (DE AQUINO, 2019, p.43).

Desta sorte, a partir das próximas páginas, vamos expor essas duas maneiras de retrospectão presentes na obra de Cândido de Figueiredo. Respectivamente, primeiro vamos expor aquelas com os autores citados, para depois tratarmos daquelas sem referência direta.

4.6 Camilo Castelo Branco, a primeira referência, a maior influência

Colocamos Camillo Castelo Branco como o primeiro no horizonte de retrospectão de Cândido de Figueiredo por ter sido a sua influência realmente explícita e representativa. De fato, Camillo Castelo Branco afirma que o renomado escritor, além de ser seu grande mestre (cf. FIGUEIREDO, 1925), é o responsável direto pelo seu amor à pureza e correção de linguagem (cf. FIGUEIREDO, 1929).

Para Cândido de Figueiredo, o mestre português é sinônimo de boa⁸⁵ linguagem portuguesa:

Camilo é dos mais fiéis e corajosos lidadores da milícia literária. Não pede baixa do serviço, nem a aceita, enquanto a mão lhe brandar a penna, e do cérebro lhe brotarem ideias. Este homem não é um literato, é uma literatura. As várias obras reunidas constituem uma bibliotheca selestíssima, que representa um longo e seríssimo trabalho, e que é para os estudiosos a mais completa escola da boa linguagem portugueza (FIGUEIREDO, 1881, p.53).

Serafim da Silva Neto, igualmente, explana de forma clara a obra de Camilo Castelo Branco, como expresso no excerto a seguir:

A mais notável figura literária da geração (séc. XIX) é, sem dúvida, Camilo Castelo Branco. Romancista, poeta, teatrólogo, crítico e ensaísta. O mestre de São Miguel de Seide dominava a língua portuguesa, sabia a fundo. A sua prosa, porém, monumento de arte esplêndido, mergulha ainda na grande prosa dos séculos XVI e XVII. A filiação dela pode buscar-se principalmente em Frei Luís de Souza (SILVA NETO, 1986, p.578).

A influência de Camilo Castelo Branco sobre Cândido de Figueiredo é clara, também, no que concerne ao período de maior destaque da língua portuguesa. Assim Cândido de Figueiredo periodiza a nossa língua:

A língua dos portugueses fora primitivamente um misto de locuções romanas, árabes e provençais. Regularizara as suas formas sintácticas e prosódicas no século XV, e chegara à possível perfeição no século XVI, a que pertenceu o poeta d'*Os Lusíadas*. Deteriorada no século XVII pelo prurido das inovações,

⁸⁵ Certamente, Cândido de Figueiredo, ao usar o termo “boa linguagem”, faz referência às definições do século XVII, de bom e mal uso da língua. Entendemos que o termo norma, tal como a usamos hoje em linguística, proveio dos sentidos atribuídos à palavra uso ao longo dos séculos. A maioria das acepções da palavra uso traz ideia do uso em geral, do hábito linguístico dos que falam a língua, de um lado, e do uso particular, o “bom uso”, de outro. Esse é extraído do modo de falar da Corte e do modo de escrever dos autores contemporâneos (cf. LEITE, 2019, p.4).

da extravagância e das subtilezas ocas, tentou baldadamente recuperar os seus créditos no século XVIII, até que depois de meiado o século XIX, entrou num período de deplorável anarquia e de decadência definitiva. Os raros modelos de boa linguagem, carcomia-os ogusano e apodreciam em arquivos tenebrosos e bafientos (FIGUEIREDO, 1895, p.34).

Dessa maneira, temos que, assim como Serafim da Silva Neto afirma que a obra de Camilo Castelo Branco é baseada em Frei Luís de Souza, que vive no século XVI, Cândido de Figueiredo também coloca o período de maior prestígio da língua portuguesa como aquele mesmo século.

Para Cândido de Figueiredo, seu mestre é responsável pela disseminação de muitos termos reclusos a regiões ou pequenas aldeias portuguesas:

Exemplifiquemos, que o tempo chega para tudo, atè para isto. Um crítico beirão lê em qualquer livro a palavra • avonde, que elle nunca ouviu na sua província, nunca leu nos autores seus dilectos, e exclama, — uma velharia, seguramente um palavrão fradesco. — O desgraçado ignora completamente que tal palavra é vulgaríssima em toda a província do Algarve e em parte da do Alemtejo, e não pode dizer-se que seja um provincianismo arbitrário, porque tem por si a autoridade dos mestres antigos.

Creio ser evidente que quantos mais sinónimos uma língua tem para designar uma ideia, quanto mais recursos e quanto menos recorre a idiomas estranhos, tanto mais formosa e rica é. Um dos grandes serviços pois que a língua e a literatura portugueza devem a Camillo Castello Branco é ter generalizado locuções, só conhecidas n'uma ou n'outra parte do paiz, ter produzido algumas pelos processos legítimos da derivação e da accommodação, e ter rejuvenescido algumas outras, que só estranha quem preze a depauperação das línguas (FIGUEIREDO, 1895, p.34).

No entanto, a característica de Camilo Castelo Branco para buscar no povo a expressão clássica da língua é replicada por Cândido de Figueiredo algumas vezes. O autor afirma em *Lições Práticas* que “o povo é o primeiro clássico e o arbítrio irrecusável das evoluções morfológicas” (FIGUEIREDO, 1898). E essa não é a primeira vez que Cândido de Figueiredo eleva a importância do povo português e de todas as aldeias portuguesas ao avaliar determinado uso, ou não, da língua. Na polêmica travada entre Paulino de Brito, narrada no segundo capítulo desta dissertação, Cândido de Figueiredo afirma que conhece todos os cantos de Portugal:

Eu conheço todas as províncias portuguesas, de vista, de outiva e de trato; e, todavia, posso assegurar-lhe, com o coração nas mãos, que nunca jamais aos meus mortais ouvidos chegaram tais expressões, saindo de bocas portuguesas (FIGUEIREDO, 1937, p.105).

Outras vezes, também, Cândido de Figueiredo valida o uso incorreto da língua portuguesa simplesmente pelo fato de estar consagrada pelo povo, vejamos:

Há de perdoar, mas o povo ainda não conhece substância; é forma erudita, usada legitimamente entre gente culta; o povo, porém, diz correntemente substância, e está muito bem. É vulgaríssimo o arroz de substância, o caldo de substância (FIGUEIREDO, 1945, p.30).

Encerramos essa primeira seção do horizonte de retrospectiva de Cândido de Figueiredo. Podemos perceber que a influência de Camilo Castelo Branco sobre Cândido de Figueiredo é baseada no conceito de língua pura, culto aos clássicos e valorização de todas as áreas portuguesas, e não somente do eixo Lisboa-Coimbra.

4.7 João de Deus, inspiração para a educação

O poeta João de Deus está no horizonte de retrospectiva de Cândido de Figueiredo a partir de sua influência com o método de alfabetização e a ortografia simplificada. Antes, porém, devemos falar da situação educacional em Portugal, no século XIX.

A partir da década de 1820, surge em Portugal a primeira grande leva de projetos voltados à instrução pública, ou seja, à educação. Nesta sorte, há uma alteração no padrão dos liceus, assim como do ensino secundário e do superior.

É, sobretudo, em 1835, que há a reforma estrutural da educação:

Será só em 1835, sob o ministério de Agostinho José Freire, que se iniciam as primeiras ações políticas tendentes a uma reforma estrutural, que têm a sua sequência durante o ministério de Rodrigo da Fonseca Magalhães (TORGAL, 1994, p.611).

Assim, muitos periódicos vão tratar desse assunto. Rebelo de Carvalho, por exemplo, afirma que “Um bom mestre de ler e escrever, modesto e instruído, vale mais do que um orgulhoso lente” (CARVALHO, 1835).

Nesse período, o método de ensino aceito em Portugal é o método do ensino-mútuo. Esse processo é baseado no auxílio dos próprios alunos, em que os mais adiantados ajudam os menos adiantados, sempre sob a orientação de um inspetor.

Cândido de Figueiredo, assim como vimos no primeiro capítulo, leciona no Liceu de Lisboa⁸⁶, em 1882, e exerce função de vogal do Conselho Superior de Instrução Pública. É a partir daí que João de Deus exerce influência sobre ele:

Mas a curiosidade aguilhoava-me o espirito; e, quando a soberania popular me investiu na presidência de uma municipalidade qualquer, chamei um mestre de meninos, e dei-lhe credenciais para João de Deus. O que eu observei, um ou dois meses depois, nas escolas da minha municipalidade, não se descreve:

os analfabetos desapareciam como por encanto; e de um indivíduo sei, que chegou aos quarenta annos sem as mais leves noções de leitura ou escrita, e que, ao fim de dez lições, de duas horas cada uma approximadamente, usa com toda a clareza, intelligencia e correcção.

Eu não sei realmente se os plutarcos futuros anteporão o grande reformador da instrução popular ao poeta, ou este àquelle. Seja o que for, eu abro mão de paralelos difficeis, e por agora volto-me só para o poeta (FIGUEIREDO, 1895, p.59).

O método de João de Deus, publicado em sua *Cartilha Maternal*⁸⁷, propõe que a primeira condição para estudar é o ensino da fala. Isso faz com que, para Cândido de Figueiredo, esse trabalho seja pensado até para as gerações futuras:

João de Deus é uma lenda. De hoje a um século, os filhos dos nossos bisnetos hão-de lê-la e não a acreditarão. Não é só a accumulção de factos excêntricos e originaes, o que tornará inverosimil aquella lenda: é sobretudo o explicar-se como um espirito que se desatou em puerilidades e extravagâncias de um rapaz imaginoso e estouvado, pôde abrigar uma concepção pratica, positiva, palpável, e de tão vasto alcance, como é a educação intellectual do povo (FIGUEIREDO, 1895, p.60).

Podemos concluir, portanto, que João de Deus exerceu influência em Cândido de Figueiredo quanto à ortografia e ao método de alfabetização.

4.8 Cândido Lusitano: influência do século XVIII

Francisco José Freire (1719-1773) é o nome do frade, ~~de~~ cujo pseudônimo é Cândido Lusitano. Este dedica grande parte de sua obra ao humanismo e a figuras da Antiguidade Clássica⁸⁸, como Aristóteles, Cícero, Horácio e Quintiliano, tratando do pensamento estético e literário dos clássicos. Destaca-se entre as suas principais obras, não obstante ter vindo a público somente em 1842, o livro *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*. Ora, é nesta obra que Cândido Lusitano destaca, em sua óptica, a importância dos clássicos e da pureza da linguagem:

Mostremos quais sejam estes Clássicos pelo comum consenso dos que mais cultivam a pura linguagem portuguesa. Saibam aos que devem escolher por guias, para não errarem o caminho. Se por aqueles tempos (Idade Média e fins do século XV) não apparecera o insigne de João de Barros, não teríamos obra, que pela linguagem merecesse ser lida com aproveitamento e gosto.

⁸⁷ O método de João de Deus começa a ser difundido, em Portugal, a partir de 1877, e, em 1882, seu uso é decretado, por meio de decisão parlamentar, nas escolas portuguesas. A obrigatoriedade do seu uso permanece até 1903. Tanto em Portugal quanto no Brasil, essa foi a obra de maior tiragem até 1930.

⁸⁸ De acordo com Correia (2007), a Cândido Lusitano se deve a primeira definição canônica de “bom gosto”, para tal, critica veementemente os excessos da liberdade criativa barroca.

Empenhou-se este ilustre homem em dar regras seguras à língua, e em praticá-las nas suas obras, escrevendo-as com termos tão próprios, e puros, que mereceu ser chamado o fundador da pureza, e elegância da sua língua, com tanta justiça, quantos foram os merecimentos para também o apelidarem na História o Lívio Português.

Na verdade, quem ler por este clássico admirará nele uma tal abundância de termos, cheios de propriedade, e energia, e uma tal afluência de expressões genuínas, nascendo tudo de um estilo claro e correto, que jamais se animará a negar-lhe o título de primeiro Mestre da Linguagem Portuguesa. (LUSITANO, 1845, p.50).

Cândido de Figueiredo se importa de tal forma com essa obra que, em 1917, publica a obra intitulada *Novas Reflexões sobre a Língua Portuguesa*. Não obstante longo o trecho reproduzido abaixo, ele é importante no sentido de nos levar a um entendimento da avaliação de Cândido de Figueiredo em relação a Cândido Lusitano e a Verney para o pensamento do século XVIII. Em outras palavras, pelo que podemos verificar, Cândido de Figueiredo, nessa obra, exalta os pensamentos iluministas e classicistas de Verney e Cândido Lusitano.

Extinta a brilhante e numerosa plêiade dos nossos letrados quinhentistas, a língua portuguesa, como se refletisse a nossa decadência política e social, começou a enfermar gravemente: ao contacto do gongorismo, perverteu-se o gosto literário; e a pureza e a correção da linguagem sofreram as naturais consequências da inércia pública, do desprezo dos bons modelos, da escassez do patriotismo e do desamor ao estudo.

Contra essa deplorável degeneração protestaram e trabalharam os nossos mais cultos espíritos do século XVIII, entre os quais foi astro de primeira grandeza o sábio Luis Antonio Verney, com o seu *Verdadeiro Método*, e se evidenciou com glória o erudito humanista Francisco José Freire, mais conhecido pelo nome arcádico de Cândido Lusitano (FIGUEIREDO, 1925, p.1).

Vale ressaltar que, no decorrer do livro⁸⁹, o autor trata de fonologia (prosódia, lei do menor esforço), gramática (gerúndios, participípios, sinônimos), ortografia e morfologia (afixos, sufixos). Há alguns temas novos para o período, como a diferença entre a pronúncia brasileira e a portuguesa. Sobre esses novos assuntos, Cândido de Figueiredo nos explica a necessidade de serem abordados no livro:

Mas as *Reflexões* não foram escritas para o tempo presente: a natureza dos vícios da linguagem, os recursos da crítica, os processos da Filologia, a riqueza das fontes subsidiárias, as próprias condições do público que lê, nada disto é hoje o que era há dois séculos.

E, contudo, os interesses da língua são e serão os que eram; de maneira que, não obstante a diversidade de assuntos e processos, os patrióticos intuídos do velho humanista são idênticos aos do autor desta obra, por isso intitulada *Novas Reflexões sobre a Língua Portuguesa* (FIGUEIREDO, 1923, p.2).

Ao fim desta seção, podemos perceber que, ao afirmar que os patrióticos intuítos de Cândido Lusitano são iguais aos seus, Cândido de Figueiredo deixa-nos transparecer que está arraigado nos conceitos presentes do século XVIII, principalmente após a revolução francesa, em que, após a efetivação do Estado Moderno, a língua faz parte de uma nação.

Mas Cândido de Figueiredo também passou por outros momentos e teve outras influências em seu horizonte de retrospectiva. Vejamos, a seguir, a relação do autor com os estudos orientalistas e a sanscritologia.

4.9 Cândido de Figueiredo e o Orientalismo

O século XIX, o autor teve grande relação com os estudos orientalistas. De acordo com Elia (1956), o interesse do ocidente pela velha Índia é fruto do Romantismo.

Para explanarmos sobre os estudos orientalistas, devemos citar Sir Wiliam Jones (1746-1794), o qual, além de defender a ancestralidade comum do sânscrito, latim e grego, e ter publicado a *Gramática da língua persa*, também publica *Institutos de Lei Hindu*, em 1794, e *Lei Muhammedan de Herança*, em 1792.

É a partir da influência dessas obras que Cândido de Figueiredo, a partir de 1873, publica diversos textos sobre a Índia antiga. Os primeiros textos são publicados pelo *Jornal Científico e Literário do Instituto de Coimbra*, do qual Cândido de Figueiredo era sócio, desde 1871.

Acrescentamos que o autor se torna uma figura importante nesse ambiente, sendo convidado, em 1874, a participar da associação Promotora do Desenvolvimento dos Estudos Orientais, em Portugal. O autor participa ainda do II Congresso de Orientalistas, em 1874, em Londres, e afirma a importância desse órgão:

Desde que a associação [Promotora do Desenvolvimento dos Estudos Orientais] se consolide, affigura-se-me que será vantajosa a criação de uma folha consagrada a estudos orientaes, e que, sendo o órgão da respectiva associação, desse conta dos trabalhos dos associados e advogasse a nossa causa, acareando-lhe sympathias e promovendo-lhe créditos. Se esta ideia vingasse, e eu fosse estabelecer-me, dentro de poucos meses, em Lisboa, como presumo, invidaria todas as forças em favor d'aquelle plano (FIGUEIREDO, 1874).

Não entraremos em detalhes sobre essa fase dos seus estudos orientalistas. Para o nosso objetivo, importa assinalar o papel que tais estudos exerceram na sua formação, em particular, pelo fato de que o orientalismo defende as ideias naturalistas, considerando que as

línguas fazem parte de uma árvore genealógica e, assim como os seres vivos, nascem, crescem e morrem. Pois bem, Cândido de Figueiredo, nesse mesmo período, também confia nessa tese, afirmando que no *estado* atual em que se encontrava a língua portuguesa, não podia deixar de considerar como erro a substituição casual ou discricionária de termos. O excerto a seguir não nos deixa dúvidas quanto a esse aspecto:

Em geral, podemos dizer que cada palavra tem ascendência ou genealogia conhecida, entroncando numa raiz, que transmite a sua feição privativa a toda a sua progênie através das idades (FIGUEIREDO, 1898, p.314).

O autor, porém, não se restringe às ideias naturalistas. No decorrer de seu percurso intelectual, também toma conhecimento de outras correntes, como a filologia românica e a neogramática, discutidas na seção 4.11, a seguir.

4.10 Cândido de Figueiredo, os neogramáticos e a filologia comparada

Após o envolvimento de Cândido de Figueiredo com as ideias naturalistas, podemos notar que, a partir dos últimos anos do século XIX, o autor apresenta algumas teorias da gramática histórico comparativa, filologia românica, e, por fim, da escola neogramática; começemos pela primeira.

Para o autor, o pai da linguística é Franz Bopp⁹⁰. Após a criação do método histórico comparativo, como consequência dos estudos de linguística histórica, há o estabelecimento da relação de parentesco entre as línguas.

Cândido de Figueiredo atua muito nessa escola, principalmente quando, na primeira década do século XX, polemiza com o conhecido helenista⁹¹ Ramiz Galvão. Basicamente, em todo o debate, Cândido de Figueiredo⁹² tenta mostrar que, ao contrário do que diz Ramiz Galvão, são ínfimas ou quase nulas as relações entre o grego antigo e o português.

O estudo das relações entre as línguas, como comentado em seção anterior, começa a partir dos estudos de Bopp, no século XIX, momento em que a pesquisa nas áreas especializadas

⁹⁰ Para produzirmos esse capítulo, lemos toda a obra de Cândido de Figueiredo, durante dois anos. Não encontramos citações, em sua obra, que ligassem a criação da linguística a Rasmus Rask ou a Jacob Grimm. O autor cita, porém, dois seguidores de Bopp: Teodoro Benfey e Frederich Schlegel.

⁹¹ Em *Vícios da Linguagem Médica* (1910), Cândido de Figueiredo se dedica quase que exclusivamente aos termos gregos empregados na medicina.

⁹² Assim como fez Bopp, Cândido de Figueiredo não leva em conta, nesse debate, o percurso histórico de uma língua, e sim, somente, tenta estabelecer, ou não, o parentesco entre elas.

de cada subfamília das línguas indoeuropeias é ampliada. Dessa pesquisa surge a filologia românica.

Para Cândido de Figueiredo, Friedrich Diez é o mais importante e fundador da filologia românica. Além deste, o autor cita também Kornu, Schuchardt, e Korting como importantes nomes dessa doutrina (FIGUEIREDO, 1950).

Não obstante, Cândido de Figueiredo acredita que há outros modestos seguidores que não são divulgados, mas merecem igual importância:

Sem esses dedicados propagandistas, a doutrina de Diez, Kornu, Schuchardt, e Korting ficaria talvez circunscrita ao cenáculo dos sábios, sem reflexos sensíveis, sem frutos de benção na vida prática das línguas. Os professores e os estudiosos, que, pela cátedra, pelo livro ou pelo jornal, procuram vulgarizar e aplicar as doutrinas e os processos descortinados pela ciência da linguagem, são os evangelistas de uma religião que, se não tem mártires nem confessores, tem os apóstolos da verdade e do patriotismo (FIGUEIREDO, 1950, p.99).

Esse período em que Cândido de Figueiredo está ligado aos filólogos românicos é exatamente o período em que o autor polemiza com Paulino de Brito e Heráclito Graça, analisados nos Capítulos 2 e 3 desta dissertação, respectivamente. Nos debates travados por Cândido de Figueiredo, são usados, majoritariamente, os estudos de Diez, tratado como “venerando” pelo autor em determinadas ocasiões.

Após a passagem pela filologia, Cândido de Figueiredo também se aproxima dos ideais neogramáticos. Como abordado durante este capítulo, a segunda metade do século XIX é marcada pela influência da escola alemã dos neogramáticos. Cândido de Figueiredo não os cita direta ou nominalmente, mas podemos perceber a influência por eles exercida sobre o autor, principalmente após 1890.

Em uma publicação do mesmo período em que é travada a polêmica de Cândido de Figueiredo com Heráclito Graça⁹³, isto é, primeira década do século XX, o autor define a língua portuguesa com outras propriedades. Enquanto na década de 1880 sua ideia é de uma língua como um organismo da natureza, agora suas propriedades já são exatas e matemáticas:

A língua portuguesa, como todas as línguas, é um grupo de factos e fenômenos, que não surgem de improviso nem por acaso, como um *deus ex machina*, mas que têm a sua evolução histórica, hoje conhecida à luz de uma ciência moderna, que se chama Filologia, e cujos processos, na sua generalidade, são tão exactos e rigorosos como os processos matemáticos. (FIGUEIREDO, 1945, p.103).

⁹³ Dedicamos todo o terceiro capítulo desta dissertação à análise da polêmica travada entre Cândido de Figueiredo e Heráclito Graça.

A partir desse trecho podemos notar que Cândido de Figueiredo preconiza os preceitos dos neogramáticos, ou seja, os quais dizem que a filologia tem processos com regras rigorosas e algumas exceções. O autor afirma que essa é a tendência da Filologia:

A tendência capital da filologia é para o maior número possível de regras, e para a possível restrição das exceções. Bem bastam as que já se não curam, por serem moléstia crônica (FIGUEIREDO, 1945, p.229).

Interessante é notarmos que, o mesmo autor, uma década antes, em 1898, afirmara que “em linguagem, muitas regras há, que sofrem exceções” (FIGUEIREDO, 1898).

Dessa maneira, o que podemos verificar é que, no decorrer de três décadas, Cândido de Figueiredo também muda suas ideias a respeito da ciência da linguagem, fato muito usado por seus adversários para atacá-lo.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou analisar as ideias linguísticas presentes na obra de Cândido de Figueiredo. Para isso, buscamos explorar duas das principais polêmicas gramaticais em que ele se envolveu.

Para desenvolver esse objetivo, começamos por apresentar, no Capítulo 1, os pontos relevantes que marcaram a primeira fase do seu percurso intelectual. Ao fim do capítulo, obtivemos a constatação de que Cândido de Figueiredo não está restrito ao “certo” e “errado” gramatical, muito pelo contrário, pudermos ver suas obras na poesia; gramática; lexicografia; e filologia.

No Capítulo 2, buscamos expor o pensamento de Cândido de Figueiredo a respeito do uso dos pronomes clíticos na língua portuguesa, no Brasil e em Portugal. Para encontrarmos o que foi proposto no capítulo, analisamos a polêmica pronominal travada entre Paulino de Brito, gramático paraense, e o filólogo português.

Ao fim do capítulo, descobrimos que Cândido de Figueiredo é vanguardista ao apontar um tema ventilado até então somente por Adolpho Coelho: a influência das línguas africanas sobre o modo proclítico de o brasileiro usar os pronomes. Além disso, expusemos um lado de Cândido de Figueiredo que poucos conhecem, ou seja, provamos que o autor, por suas próprias palavras, não deseja alterar o modo de usar o pronome no Brasil, apenas mostrar, para quem desejar saber — brasileiros e portugueses — como é o modo usado em Portugal. Destacamos, também, que o autor nunca se voltou contra o modo *como o povo* usava a língua, e sim contra os escritores brasileiros que a usavam de uma maneira que não fosse a lusitana.

No terceiro capítulo, analisamos a polêmica entre Cândido de Figueiredo e Heráclito Graça. Este foi um debate que envolveu a gramática, a sintaxe, a morfologia e a fonologia, e ocorreu em decorrência de um livro de Heráclito Graça, cujo material é um estudo sobre *Lições Práticas da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo.

Ao fim do capítulo, verificamos que essa polêmica é coberta de incongruências. Cândido de Figueiredo, por exemplo, é colocado como um classicista, ou seja, um seguidor somente dos clássicos quinhentistas. Quando comparamos, porém, quem sustenta mais seus argumentos usando obras quinhentistas, Heráclito Graça ganha a disputa. O gramático cearense também considera como “conservadores” os autores Filinto, Garret e Camilo. Cândido de Figueiredo, no entanto, prova que os três autores são responsáveis por grandes “extravagâncias” com a língua portuguesa. Por fim, notamos que as mudanças da língua, de um século para cá (1910 – 2022), mostram que o que foi proposto por Cândido de Figueiredo ainda permanece em voga, se comparado com o que propunha Heráclito Graça.

No quarto e último capítulo, verificamos os saberes que são discutidos e disseminados, e o contexto político e social, durante o período em que Cândido de Figueiredo vive. Tomando como base o padrão de conjunto de temas, geografia e cronologia, de Auroux (1992), analisamos a linguística e a gramática, Portugal, e o século XIX, respectivamente.

Além disso, vimos nesse capítulo as figuras presentes no horizonte de retrospectiva de Cândido de Figueiredo, tais como Camilo Castelo Branco; João de Deus; Cândido Lusitano. Pudemos concluir, também, que Cândido de Figueiredo, embora não explicitamente, tem

tendência a acreditar na teoria dos neogramáticos, fato nunca levantado em qualquer dissertação ou tese.

Retornando às questões por nós propostas na introdução desta dissertação, acreditamos que foi possível encontrar algumas soluções. Para a primeira questão, que busca encontrar quais são as razões que levaram Cândido de Figueiredo a ter uma visão tão conservadora de língua, e, por consequência, realizar uma defesa tão obstinada a respeito do uso e das regras da língua e da linguagem, levando-o a polemizar com diversos contemporâneos, acreditamos que a sua visão de língua, baseada nos autores clássicos da literatura, e em um Portugal do século XIX muito conservador e católico, possa ser a resposta. Esses fatos ficaram muito evidentes quando analisamos a infância de Cândido de Figueiredo em um Portugal rural e altamente católico, sua inspiração por Camilo Castelo Branco nos anos de estudo no Seminário, e sua grande admiração por Cândido Lusitano.

Para finalizarmos esta primeira questão, lembremo-nos de Castelar de Carvalho (1976, p.7), quando propôs uma divisão das fases da língua: de 1810-1890, a fase naturalista; e de 1890-1930, a fase culturalista. Se pensarmos que Cândido de Figueiredo viveu entre 1846-1925, chegamos à conclusão de que o autor teve mais tempo para conhecer profundamente a fase naturalista, em que havia preocupação com a história interna da língua, do que se aprofundar na fase culturalista, em que eram estudados fatores externos, condicionadores da língua, como histórico e socioculturais.

A segunda questão por nós analisada buscou saber o que de tão especial e diferente havia nas ideias de Figueiredo para que ele fosse admirado e, ao mesmo tempo, criticado. Para tentar responder a essa questão, podemos notar um ponto chave: *O Consultório Gramatical* de Cândido de Figueiredo.

Por meio do *Consultório*, que era publicado nos jornais, Cândido de Figueiredo publica *Lições Práticas*, um agregado das melhores respostas daquilo que era escrito nos jornais. *Lições Práticas* foi um *best-seller*, reimpresso por 50 anos depois da sua 1ª edição. Dessa forma, é natural que Cândido de Figueiredo ficasse visto no Brasil como “o autor dos livros de correção gramatical”, e não por outras obras. Dado este fato, tínhamos os estudiosos da linguagem, que o admiravam pelo fato de ele ser um gramático atrelado às regras; os leitores comuns, que o consideravam um grande conhecedor e divulgador do bom uso da língua; e, por fim, tínhamos também aqueles que o julgavam como um gramático caturra, responsável por “dar ordens em casa alheia” e não conhecer nada além do “certo e errado”. Esta última foi a principal forma como ficou marcado o autor.

Acreditamos que, ao fim desta dissertação, pudemos mostrar as várias facetas de Cândido de Figueiredo, desde o poeta até o filólogo e gramático. Para concluirmos este trabalho, esperamos ter demonstrado que não podemos acalentar julgamentos, antes de conhecermos o contexto histórico, o ambiente intelectual, os quais, entre outros, são critérios importantes para sustentar a nossa avaliação. Esperamos ainda que possamos ter trazido ao conhecimento dos estudiosos interessados nesta área da pesquisa linguística, a partir desta dissertação, uma nova visão a respeito de Cândido de Figueiredo, uma abordagem diferente daquela que vem sendo mostrada desde então.

REFERÊNCIAS

ALI, Manuel Said. *Investigações Filológicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2006.

AQUINO, José Edicarlo de. Júlio Ribeiro no horizonte de retrospectiva da gramatização brasileira. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p.115-128, abr. 2017.

ARGOTE, Jeronymo Contador de. *Regras da lingua portugueza: espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*. 2. ed. Lisboa: Lisboa Ocidental, 1725.

- AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992.
- AUROUX, Sylvain. *Histoire des idées linguistiques. La naissance des métalangages en Orient et en Occident*. Tomo 1. Lièges/Bruxelas: Mardaga, 1989.
- AUROUX, Sylvain. *Filosofia da Linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp.
- BELL, Roger. *Sociolinguistics – goals, approaches and problems*. London: Batsford, 1976.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1995.
- BRITO, Paulino de. *Colocação dos Pronomes*. Lisboa: Paris Livraria Aillaud & Cia, 1907.
- BRITO, Paulino de. *Brasileirismos de colocação de pronomes: resposta ao sr. cândido de figueiredo*. Rio de Janeiro: Viúva Azevedo e C., 1908.
- BOURDON, Albert Alain. *História de Portugal*. Coimbra: Editora Livraria Almedina Coimbra, 1973.
- BUENO, Francisco da Silveira. *A formação histórica da língua portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.
- CAMPOS, Agostinho de. *Futuro da Língua Portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1948.
- CARDEIRA, Esperança. *Gramática Histórica do Português Europeu*. São Paulo: Editora Parábola, 2021.
- CATROGA, Fernando; TORRAL, Luis Reis; MENDES, José Amado. *HISTÓRIA DA HISTÓRIA EM PORTUGAL SÉCS. XIX-XX*. Lisboa: Editora Círculo de Leitores, 1996.
- CASTRO, Ivo. *O português médio segundo Cintra*. Lisboa: Editora Cosmos, 1999.
- CASTRO, Ivo. *Introdução à História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editora Colibri, 2006.
- CINTRA, Luis Felipe Lindley. Les anciens textes non littéraires, classement et bibliographie, *Revue de Linguistique Romane*, 27, pp. 40-58, Paris, 1963.
- CINTRA, Luis Filipe Lindley. *Sobre "Formas de tratamento" na língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Editora Livros Horizonte, 1986.
- COLOMBAT, Bernard *et al.* *Uma história das ideias linguísticas*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CURADO, Manuel. A descoberta do inconsciente no século XIX português. *Revista do Centro de Estudos Humanísticos*, Minho, v. 5, n. 8, p.157-186, maio 2012.
- DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ELIA, Silvio. *A difusão das línguas europeias e a formação das variedades ultramarinas, em particular dos crioulos: aplicação especial ao português do Brasil*. Coimbra: Coimbra, 1966.

ELIA, Silvio. *Ensaio de Filologia e Linguística*. 3. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

ELIA, Silvio. *Fundamentos Histórico-Linguísticos do Português do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

ELIA, Silvio. *O problema da Língua Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

ELIA, Silvio. *O Romantismo em face da Filologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956.

ELIA, Silvio. *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Padrão, 1987.

FARACO, Carlos Alberto. *História do Português*. São Paulo: Editora Parábola, 2019.

FARACO, Carlos Alberto. *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica.: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Marcia. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2006.

FIGUEIREDO, Cândido de. *A ortografia no Brasil: história e crítica*. Lisboa: Livraria Clássica, 1908.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Combates sem sangue: em favor da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica, 1925.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Falar e escrever* : volume III 6. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1951.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Falar e escrever* : volume II 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1911.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Gramática Sintética*. 4 ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1948.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Lições práticas da língua portuguesa*: volume I. 8. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1930.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Lições práticas da língua portuguesa: volume II*. 9. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1955.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Lições práticas da língua portuguesa: volume III*. 6. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1929.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Linguagem de Camões nas suas relações com a língua de hoje: notas à margem dos "lusíadas"*. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1930.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Novas reflexões sobre a língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica, 1923.

FIGUEIREDO, Cândido de. *O problema da colocação de pronomes*. 6. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1937.

FIGUEIREDO, Cândido de. *O que se não deve dizer: bosquejos e notas de filologia portuguesa- volume I*. 7. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1953.

FIGUEIREDO, Cândido de. *O que se não deve dizer: bosquejos e notas de filologia portuguesa- volume III*. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1955.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Os Estrangeirismos* 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1906.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Os meus serões*. Lisboa: Livraria Clássica, 1928.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Peregrinações (1868 a 1908): versos de Candido de Figueiredo (escolhidos, corrigidos e anotados)*. 3. ed. Lisboa: Nabupress, 2010.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Problemas da Linguagem: volume I*. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1946.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Problemas da Linguagem: volume II*. 4. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1945.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Problemas da Linguagem: volume III*. 4. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1950.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Vade-Mecum dos estudiosos da língua*. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1924.

FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da. *O Português entre as línguas do mundo: situação, história, variedades*. Coimbra: Coimbra, 1985.

FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da. *Noções de história da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica, 1959.

GRAÇA, Heráclito. *Fatos da Linguagem*. 4. ed. Rio de Janeiro: Abl, 2012.

HOUAISS, Antonio. *O português no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Unibrade, 1988.

LEITE, Marli Quadros. A gramatização da colocação dos pronomes átonos em gramáticas portuguesas e brasileiras. *Todas As Letras: Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, p.127-140, jul. 2013.

LEITE, Marli Quadros. Alencar e a formação do pensamento crítico sobre o português do Brasil. *Língua e Literatura* (USP), v. 27 , p.83 - 120 , 2010. ISSN: 01014862.

LEITE, Marli Quadros. *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*. São Paulo: Humanitas, 2007.

LEITE, Marli Quadros. Considerações sobre uso e Norma na Gramática Portuguesa: O Methodo Grammatical para todas as Linguas (1619), de Amaro de Roboredo. *Filologia e Linguística Portuguesa* , v. 13 , p.337 - 368 , 2011.

LEMOS, Virgílio de. *A língua portuguesa no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000.

LOBO, Tânia. A sintaxe dos clíticos: o século XVI, o século XX e a constituição da norma padrão. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Orgs.). *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA, 2002.

LUSITANO, Cândido. *Reflexões sobre a língua portuguesa*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842.

MATHEUS, Maria Helena Mira. *Caminhos do português: exposição comemorativa do ano europeu das linguas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no Português do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

MILANI, Sebastião Elias. *Aspectos historiográficos-lingüísticos do século XIX: humboldt, whitney e saussure*. Jundiaí: Paço Editorial, 2011.

MORAES, Jorge Viana de. HUGO SCHUCHARDT: neogrammatism and phonetic laws: a debate of historiographical interest. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, São Paulo, v. 5, n. 43, p.115-136, jan. 2019.

OCCIDENTE: REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO ESTRANGEIRO. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, v. 5, n. 6, maio 1883.

O POVO DO NORTE. Lisboa, 18 dez. 1892.

PAGOTTO, Emilio. A norma das constituições e a constituição da norma no século XIX. *Revista Letra*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p.31-50, jan. 2013.

PINTO, Edith Pimentel. *Português do Brasil: textos críticos e teóricos*. São Paulo: Edusp, 1978.

QUENTAL, Antero de. *Odes Modernas*. Lisboa: Martin Claret, 1885.

REVISTA ATLÂNTIDA. Lisboa: Existências, v. 2, n. 5, 1915.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões Gramaticais*. 2. ed. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Presses Universitaires de France, 1980.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida. *Do português clássico ao português europeu moderno. Um estudo diacrônico da cliticização e do movimento do verbo*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, 1995

TORRES MORAIS, Maria Aparecida; Ribeiro, I. Contraste da sintaxe dos clíticos no português europeu e português brasileiro. *Linha D'Água*, (17), 19-47, 2005.

VIANA, Luiz. *A língua do Brasil*. Salvador: A Graphica, 1936.

VIARO, Mario Eduardo. Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos – eiró/-eira na língua portuguesa. In: MASSINI- CAGLIARI, G.; BERLINCK, R.A.; GUEDES, M.; OLIVEIRA, T.P. (Org.). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe*. 12.ed. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2007.

VON WARTBURG, Walter. *Problemas e Métodos da Linguística*. 5.ed. Lisboa: Difel, 1946.

WHITNEY, William Dwight. *A vida da linguagem*. São Paulo: Editora Vozes, 2010.

